

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Sociologia



Dissertação

**Os limites do desenvolvimento e as relações de gênero no espaço rural:
a visão das mulheres agricultoras de Arroio do Padre, RS.**

Janaína Silva da Rosa

Pelotas, 2015

JANAÍNA SILVA DA ROSA

**Os limites do desenvolvimento e as relações de gênero no espaço rural: a
visão das mulheres agricultoras de Arroio do Padre, RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e
Política da Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos
Coorientadora: Dra. Fernanda Novo da Silva

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R788I Rosa, Janaína Silva da

Os limites do desenvolvimento e as relações de gênero no espaço rural : visão das mulheres agricultoras de Arroio do Padre, RS / Janaína Silva da Rosa ; Flávio Sacco dos Anjos, Fernanda Novo da Silva, orientadores. — Pelotas, 2015.

143 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Gênero. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural. I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Silva, Fernanda Novo da, orient. III. Título.

CDD : 301.5

JANAÍNA SILVA DA ROSA

**OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO
ESPAÇO RURAL:**

A VISÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS DE ARROIO DO PADRE, RS.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 21 de agosto de 2015,

Banca examinadora:

Dra. Fernanda Novo da Silva (Presidente)
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Cláudio Becker
Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Pedro Robertt Niz
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Shirley Grazieli Nascimento Altemburg
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

Concluir um curso de pós-graduação não é uma tarefa simples ou fácil, exige comprometimento, dedicação, paciência e perseverança. Quando ingressei no PPGS, ouvi muitas colocações como essa ou similares, porém por mais que me esforçasse não seria capaz de imaginar o que a vida me reservaria. Nesse período ocorreram em minha vida coisas boas e ruins, as quais tiveram grande impacto e afetaram o desenvolvimento da pesquisa e da dissertação. Primeiro, um acidente automobilístico que comprometeu por oito meses minha locomoção. Depois, recuperada, participei de um processo seletivo e fui admitida como extensionista rural na EMATER/RS-ASCAR – o que significou a realização profissional e a concretização de um grande sonho, ao mesmo tempo em que se constituiu como um grande desafio. Foram estas circunstâncias que redirecionaram meu objetivo inicial de dedicar-me integralmente a pesquisa (apoiada, financeiramente, pela bolsa CAPES). Exponho, em breves linhas, estes acontecimentos para que demonstre que seria impossível superar estes obstáculos e conciliar a trajetória profissional e acadêmica sem o suporte daqueles que sempre me apoiaram e ficaram ao meu lado. Aos queridos amigos, aos meus amados familiares, que me acompanham desde sempre, aos meus orientadores e professores da banca examinadora, que pactuaram o compromisso com essa dissertação, dividindo comigo os méritos deste trabalho, e, em especial, ao meu amado companheiro, que é um amigo, parceiro e meu grande amor devo dizer: Este trabalho não seria possível sem vocês! A todas aquelas pessoas que estiveram comigo, me amparando no âmbito pessoal, profissional ou acadêmico meu muitíssimo obrigada! Por fim, mas não menos importante, preciso agradecer ao CNPq e a CAPES pelo fomento à pesquisa.

RESUMO

ROSA, Janaína Silva da. **Os limites do desenvolvimento e as relações de gênero no espaço rural:** a visão das mulheres agricultoras de Arroio do Padre, RS. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

A presente dissertação tem como objeto de estudo as relações sociais de gênero na agricultura familiar, no município de Arroio do Padre, RS, perante o processo de desenvolvimento rural. Nossa premissa é de que as relações sociais de gênero no meio rural são mantidas através de estruturas hierárquicas rígidas que conferem a mulher uma posição inferior a do homem na escala de poder. Nesta pesquisa, consideramos também as estratégias voltadas ao processo de desenvolvimento rural, destinadas a promover não apenas o crescimento econômico, mas também a ascensão social das pessoas que vivem neste meio, muitas vezes expostas a situações limitantes de déficit de cidadania. Por consequência, a questão das relações de gênero deve ser contemplada no processo de desenvolvimento rural. Nesta investigação buscamos compreender como se desenvolvem as relações sociais de gênero no meio rural na contemporaneidade, a partir da perspectiva da própria mulher rural, indagando o que essas mulheres têm a dizer sobre si mesmo. Em última instância, cabe questionar: que pensam as mulheres rurais sobre a sua condição? Como percebem as relações sociais de gênero? Como visualizam a própria situação de existência? Existem iniciativas identificadas com o tema do desenvolvimento rural que indiquem flexibilização nas relações de gênero? Quais e de que forma? O objetivo principal é refletir sobre a situação da mulher rural no âmbito da agricultura familiar do sul do estado do Rio Grande do Sul, tendo como contexto empírico o município de Arroio do Padre. Para tanto, o instrumental teórico e metodológico da análise baseia-se nos estudos desenvolvimento rural e das relações sociais de gênero na agricultura familiar. O material empírico foi reunido a partir de (treze) entrevistas em profundidade realizada com mulheres rurais de Arroio do Padre, bem como através de observação sistemática em reuniões de três distintos grupos de mulheres, organizados pelo órgão municipal de assistência técnica e extensão rural, durante o ano de 2014. A investigação apontou que as mulheres consideram a sua situação de subordinação como algo natural e como parte do papel a ela atribuído como esposa e mãe, embora haja a consciência da sobrecarga do trabalho feminino e das extenuantes jornadas.

Para as mulheres jovens, permanecer no campo é a última alternativa, principalmente devido à penosidade do trabalho na agricultura, embora haja o reconhecimento das melhorias estruturais do meio rural nas últimas décadas. As estratégias de desenvolvimento rural parecem apontar no sentido de expansão das liberdades femininas, mas de forma incipiente e muitas vezes reforçando o padrão de dominação masculina.

Palavras-chave: gênero; agricultura familiar; desenvolvimento rural.

ABSTRACT

ROSA, Janaína Silva da. **The limits of development and gender relations in rural:** the vision of women farmers of Arroio do Padre, RS. 2015. 114f. Dissertation (Master in Sociology) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

This work has as object of study the social relations of gender in family farming in the municipality of Arroio do Padre, RS, to the rural development process. Our premise is that social gender relations in rural areas are maintained through rigid hierarchical structures that give women an inferior position of the man in the scale of power. In this research, we also consider strategies aimed at rural development process, to promote not only economic growth but also social mobility of people living in this environment often exposed to situations of limiting citizenship deficit. Consequently, the issue of gender relations must be considered in the rural development process. This research aims to understand how to develop social gender relations in rural areas in contemporary times, from the perspective of the rural women, inquiring what these women have to say about himself. Ultimately, one must question: who think rural women about their condition? How they perceive the social relations of gender? How to visualize the very existence of situation? There are initiatives identified with the subject of rural development indicating flexibility in gender relations? What and how? The main objective is to reflect on the situation of rural women within the family farm in southern Rio Grande do Sul state, with the empirical context of the municipality Arroio do Padre. Thus, the theoretical and methodological tools of analysis is based on the rural development studies and social gender relations in family farming. The empirical material was gathered from (thirteen) in-depth interviews held with rural women Arroio do Padre, as well as through systematic observation at meetings of three distinct groups of women, organized by the municipal body of technical assistance and rural extension for the year 2014. The research showed that women consider their subordinate status as natural and as part of its assigned role as wife and mother, although there is awareness of the burden of women's work and exhausting days. For young women, remain in the field is the last alternative, mainly due to the painfulness of labor in agriculture, although there is the recognition of structural improvements in rural areas in recent decades. The rural development strategies seem to point towards

expansion of women's freedoms, but incipient and often reinforcing the pattern of r domination.

Keywords: gender; family farming; rural development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População em Arroio do Padre.....	78
Tabela 2	Configuração produtiva.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Categorias de análise.....	28
Figura 2	Mapa município Arroio do Padre	74
Figura 3	Mapa razão de sexo estado do Rio Grande do Sul.....	76
Figura 4	Brasão de Arroio do Padre	78
Figura 5	Configuração familiar.....	81
Figura 6	Confecção de almofadas.....	86
Figura 7	A Almofada pronta	86
Figura 8	Local da reunião grupo 2	88
Figura 9	Grupo 3 reunido.....	88
Figura 10	Local da reunião grupo 1	89
Figura 11	Grupo 1 reunido.....	89
Figura 12	Prefeitura Municipal de Arroio do Padre.....	90
Figura 13	Peças artesanais na reunião do grupo 2.....	115
Figura 14	A entrevistada e seu trabalho	116

LISTA DE SIGLAS

ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CMVA	Contribuições Marginais de Valor Agregado
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
GIPAF	Grupo de Interesse em Pesquisa na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MST	Movimento Sem Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RS	Rio Grande do Sul

SEPLAG Secretaria de Planeamento e Gestão Cidadã (Estado do Rio Grande do Sul)
SUAS Sistema Unificado de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema de pesquisa	16
1.2	Hipóteses.....	22
1.3	Objetivos.....	23
1.3.1	Objetivo Geral	23
1.3.2	Objetivos Específicos.....	23
1.4	Metodologia	24
1.4.1	Coleta e análise dos dados	26
2	DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR..	30
2.1	Desenvolvimento: uma noção interdisciplinar	31
2.2	Os meandros do desenvolvimento rural	33
2.3	Agricultura familiar e desenvolvimento rural	38
3	GÊNERO E O PAPEL DA MULHER	46
3.1	Da teoria feminista aos estudos de gênero	47
3.2	Relações sociais de gênero e o papel da mulher	54
4	GÊNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL	60

4.1	O papel da mulher na agricultura familiar	60
4.2	A perspectiva de gênero no desenvolvimento rural	64
5	CONTEXTO EMPÍRICO: A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL.....	68
5.1	O caso de Arroio do Padre	74
6	DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO EM ARROIO DO PADRE.....	80
6.1	Caracterização das famílias	80
6.2	Trabalho na colônia e na cidade	85
6.3	A vida e o trabalho da mulher rural	100
6.4	Mulher e desenvolvimento rural	109
7	CONCLUSÕES.....	121
	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICES	141

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as questões de gênero no âmbito da agricultura familiar, a partir da realidade atual do pequeno município de Arroio do Padre, situado na Serra dos Tapes, microrregião de Pelotas do Rio Grande do Sul. O anseio de realizá-la surgiu depois de haver trabalhado por oito meses como extensionista rural junto à Cooperativa Sul Ecológica, cuja abrangência se estende pelos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Cerrito, Turuçu, Herval, Morro Redondo e Arroio do Padre. A convivência intensa com os agricultores despertou-me o interesse de explorar as interfaces entre o desenvolvimento rural e outras questões mais gerais que afetam o universo da mulher rural nesta região sul-rio-grandense.

Desde então, fui dando-me conta que, se por um lado houve um avanço no reconhecimento do Estado brasileiro, e da sociedade em geral, acerca da importância social, econômica, ambiental, política e cultural da agricultura familiar, por outro lado, outros aspectos foram, muitas vezes, desconsiderados tanto do ponto de vista político quanto do institucional. Sendo esse, precisamente, o caso das questões de gênero no âmbito da agricultura familiar.

A realidade nos demonstra que as relações sociais de gênero tradicionalmente conferem às mulheres rurais um papel subordinado, não obstante, assumam a importância de uma participação que extrapola totalmente os limites da esfera doméstica, sobretudo quando elas diariamente suportam pesadas jornadas de trabalho, visando assegurar a viabilidade social e econômica dos estabelecimentos familiares. Este fato é visto como um dos motivos que explicam a migração de jovens

mulheres para zonas urbanas, o que ameaça, no médio e longo prazo, a reprodução social da agricultura familiar.

É necessário considerar, para além da análise da condição feminina na agricultura familiar, a situação econômica, social e ambiental do meio rural. Atualmente a questão do desenvolvimento rural está no epicentro do debate teórico e político sobre os processos sociais rurais. Embora muitas vezes conflitantes, os diversos conceitos apontam para a importância da agricultura familiar como lócus para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, se reconhece a importância da promoção de igualdade social, econômica e de equidade de gênero, através de políticas públicas identificadas com estas premissas.

A ênfase na condição da mulher rural numa pequena localidade da microrregião de Pelotas não impede que estejamos cientes das mudanças que incidem sobre a dinâmica da agricultura familiar. De forma que, interessa-nos a perspectiva da mulher rural inserida neste contexto. Esta pesquisa se situa, portanto, no campo do estudo das relações sociais de gênero, a partir da visão das próprias mulheres acerca de sua condição. Em relação às discussões sobre o desenvolvimento rural foi de interesse investigar as estratégias que parecem indicar dinâmicas em que o papel da mulher assume maior nível de protagonismo. Do ponto de vista pessoal, a realização dessa pesquisa significou a possibilidade de retomar o contato com as famílias rurais de nossa região a partir de outra perspectiva, qual seja, a de conhecer o que as mulheres pensam sobre si mesmas e sobre o universo social e simbólico em que se encontram inseridas.

Admitimos, portanto, que a pesquisa possuiu uma abordagem multimétodo, combinando o viés qualitativo e quantitativo. Investigamos a visão e a atuação feminina num contexto marcado por transformações demográficas importantes, assim como pelas mudanças recentes na dinâmica da agricultura familiar. Pretendeu-se compreender como estas mulheres percebem e se posicionam no marco das relações de gênero na família e na sociedade. Também foi investigado se, e de que forma, elas atuam em diferentes âmbitos para além dos limites da exploração familiar, como é o caso das cooperativas existentes em Arroio do Padre, na Igreja, ou em atividades desenvolvidas pela agência de extensão rural oficial e local.

1.1 Problema de pesquisa

A agricultura familiar é uma forma social de produção centrada na reprodução da família e de um modo ou estilo de vida. Há a combinação de produção e consumo com mão de obra e gestão familiar, diferindo do modo patronal de produção agropecuária. No caso da agricultura familiar, os detentores dos bens de produção são igualmente responsáveis pela gestão dos processos e pelos recursos produtivos, incluindo a força de trabalho empregada nas atividades agropecuárias e não-agropecuárias realizadas dentro e/ou fora da unidade de produção.

As dimensões social, familiar e profissional estão ligadas por uma complexa rede de relações sociais e de poder. Nesse sentido, as decisões econômicas e produtivas são orientadas de acordo com as necessidades dos membros da família, não se baseando apenas na racionalidade agrícola. Segundo Sacco dos Anjos; Caldas e Hirai (2010, p.117) a agricultura familiar “pode ser entendida como uma forma social de produção que apresenta uma lógica peculiar de funcionamento, cuja racionalidade orienta-se na busca por assegurar a reprodução social de seus membros”. Assim, as relações entre os familiares são de suma importância à reprodução social e econômica da unidade produtiva.

Nas últimas décadas, o modelo convencional de desenvolvimento centrado na modernização dos processos produtivos na agricultura refletiu negativamente do ponto de vista ambiental, social, econômico e político no que concernem as regiões rurais do Brasil. O êxodo rural, que se intensificou a partir dos anos setenta (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998), apresenta-se como evidência da exclusão social que incidiu sobre os espaços rurais do país. A modernização conservadora e dolorosa da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1982; BRUM, 1988; SACCO DOS ANJOS, 2003) levou a uma série de problemas que assolam a agricultura familiar e ameaçam suas condições de reprodução social.

Estudos recentes demonstram as transformações demográficas nos espaços rurais, assim como os efeitos delas decorrentes, com ênfase nos processos de

masculinização¹ (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005) e envelhecimento², consequências do êxodo rural seletivo por sexo e idade (BRUMER, 2004). Além destes dois fenômenos, Sacco dos Anjos e Caldas (2005; 2007) alertam para o processo de desagrarianização, entendido como sendo o declínio progressivo da capacidade da agropecuária em ocupar a força de trabalho, tendo em vista o crescimento na importância das atividades não-agrícolas. Essa foi uma das grandes conclusões das pesquisas realizadas a partir do Projeto Rurbano (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000; SACCO DOS ANJOS, 2003; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; 2007), em vários estados da federação. Estes fenômenos demográficos são objeto de preocupação porque apontam, entre outros aspectos, para a falta de sucessores que deem continuidade ao trabalho da família no estabelecimento agropecuário, ameaçando a reprodução social deste modo de vida e produção.

Atualmente é concordância entre alguns autores (GRAZIANO DA SILVA, 1982; BRUM, 1988; SACCO DOS ANJOS, 2003) que o quadro de crise agrária e ecológica é resultante do fracasso do modelo conservador de desenvolvimento agrícola. Essa afirmação acompanha a mudança nos rumos da discussão acadêmica acerca do conceito de desenvolvimento, afastando-o da noção que o concebe como sinônimo de crescimento econômico, as discussões atuais consideram que desenvolvimento implica em questões políticas e socioculturais. Assim, o desenvolvimento rural deve ser promotor de justiça social e sustentabilidade ambiental no meio rural.

Neste cenário, é necessário vislumbrar a situação da mulher rural, estudos apontam o êxodo rural seletivo por sexo e idade (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; BRUMER, 2004; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005), nas últimas décadas, isso significa que os jovens e, em especial, as mulheres jovens, estão evadindo para as zonas urbanas. Este fenômeno, que não é recente, foi estudado por Pierre Bourdieu (2006), na França dos anos 1970. Segundo o autor as moças desde cedo vislumbram a vida urbana para escapar das condições de penosidade e invisibilidade do trabalho

¹ Sobre o fenômeno da masculinização rural no Rio Grande do Sul consultar: Camarano e Abramovay (1998) e Sacco dos Anjos e Caldas (2010).

² Sobre o assunto consultar: Sacco dos Anjos e Caldas (2010).

no meio rural. Assim, o êxodo seletivo por sexo é explicado a partir da busca da mulher por oportunidades que a cidade oferece ou é capaz de oferecer. Camarero e Sampedro (2008) discutem a estreita relação entre a masculinização rural e ocupação de mão de obra nas zonas rurais e urbanas da Espanha. Segundo estes autores, as mulheres rurais buscam, através de diferentes estratégias, ‘fugir’ do caráter submisso e, principalmente, das condições de sobrecarga de trabalho que a vida na unidade familiar lhes reserva.

No caso do Rio Grande do Sul, Anita Brumer (2004) elenca a divisão tradicional do trabalho por sexo e geração, a herança da terra e a limitação das políticas públicas como fatores determinantes para o êxodo rural feminino. A divisão sexual do trabalho, justificada como essencial à agricultura familiar, é um dos motivos apontados para a migração de jovens mulheres para as zonas urbanas. Neste sentido, a atuação feminina concentra-se nas tarefas de reprodução e de produção³ no espaço doméstico (PAULILO, 2004; PAULILO; BUENO DE GRANDI; SILVA, 2000). Elas aliam a jornada de trabalho doméstico ao trabalho na agricultura, o qual é normalmente desvalorizado e visto como ‘ajuda’ (BRUMER, 2004; PAULILO, 1987). Essas mulheres são consideradas igualmente em segundo plano no que afeta a questões como a herança da terra e sucessão na propriedade (BRUMER, 1988, 2004; BRUMER; FREIRE, 1984).

Na esfera familiar da unidade produtiva, o trabalho feminino não é percebido como trabalho produtivo, assim, não se considera a contribuição da mulher na renda familiar (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Essa situação contribui para que a mulher rural possua pouco poder decisório no interior da unidade familiar de produção. Convém pontuar que o trabalho feminino na agricultura é, inclusive, em dados oficiais, frequentemente considerado como trabalho não-produtivo ou não-econômico (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Não obstante, o homem, considerado o chefe da família, é o administrador da propriedade e responsável pela esfera pública de manutenção do estabelecimento rural. Sendo assim, as relações sociais de gênero

³ As tarefas de reprodução referem-se as atividades destinadas a criação dos filhos e manutenção da família, enquanto que as tarefas de produção são aquelas relacionadas à esfera econômica da unidade produtiva, que vão gerar capital e custear os gastos da família (SORJ, 2004). Nesse sentido, a mulher rural envolve-se em atividades produtivas no entorno da casa, como em pomares, hortas, galinheiros, chiqueiros e ordenha das vacas, para citar alguns exemplos.

são mantidas com base em uma hierarquia que confere ao homem uma posição de notável superioridade.

Bourdieu (2002) trata da forma como os contratos matrimoniais no meio rural, assim como a preferência pelo filho homem mais velho à herança da terra, são vistos como exemplos de estratégias de reprodução social das famílias produtoras. Trata-se, então, de mostrar a contradição de um modelo hierárquico rígido, que supõe a reprodução das famílias e, entretanto, na situação atual, promove a desestruturação dessa categoria. Soma-se a esta questão o que chamamos de “*míto da agricultura familiar como bloco monolítico*”, trata-se de considerar as famílias agricultoras sob a mesma perspectiva, ignorando as individualidades e singularidades entre as famílias, bem como, que não há um único modelo de agricultora familiar. Esta percepção, da agricultura familiar como bloco monolítico está presente em documentos oficiais e na atuação de lideranças e organizações que atuam no meio rural, o que, logicamente, acaba expresso no conteúdo das políticas públicas. Por força desse quadro tornam-se quase imperceptíveis as tensões entre gêneros e entre gerações dentro da dinâmica da agricultura familiar, de tal sorte que a atuação das entidades públicas e privadas, ao não levar em conta esses aspectos, acaba por reproduzir a desigualdade que, em princípio, deveriam estar dispostas a enfrentar.

A necessidade de promoção de ‘harmonização’ social, econômica e ambiental goza de certo consenso nas definições conceituais de desenvolvimento rural. Por consequência, a noção de igualdade e justiça social implícita nestes conceitos abrange também as relações de gênero, no sentido da promoção da equidade de condições e de direitos a ambos os sexos. Assim, eliminar as distorções e desigualdades de gênero no meio rural seria impreterível ao processo de desenvolvimento rural.

Atualmente a agricultura familiar está no centro das mais variadas propostas de desenvolvimento rural. A agricultura familiar como ferramenta do desenvolvimento rural, parece ser também uma preocupação governamental nas últimas décadas, haja vista a criação de diversos programas e políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE, PNCF, apenas para citar alguns exemplos). Estas políticas não se limitam à questão do acesso ao crédito e à distribuição fundiária, elas, por exemplo, propõem a institucionalização de mercados de compra e venda de produtos da produção familiar.

Algumas delas estabelecem linhas específicas dirigidas ao público feminino, a exemplo do PRONAF Mulher⁴ (linha de crédito destinada ao financiamento de atividades rurais empreendidas por mulheres). Segundo Heredia e Cintrão (2006), as políticas públicas identificadas com a questão da mulher rural nas últimas décadas, como o acesso feminino à Previdência Social Rural, à Política de Reforma Agrária e, mais recentemente, o PRONAF Mulher, são iniciativas que indicam a preocupação institucional com a necessidade da promoção de equidade de gênero no meio rural. Por outro lado, embora seja reconhecida a importância destas políticas públicas, elas são muito limitadas e pouco efetivas diante da acentuada desigualdade social e de gênero no meio rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Amartya Sen (2010) defende que desenvolvimento significa expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, através da expansão de sua condição de livre agente. Assim, as políticas públicas direcionadas a desenvolver o meio rural e a agricultura familiar promoveriam a condição de livre agente da mulher rural, em especial naquelas ações destinadas ao público feminino. Faz-se então necessário uma investigação que coloque a mulher no centro desta discussão, indagando que sentido ela atribui a esta e a outras questões?

Embora se reconheça o avanço acadêmico sobre as relações de gênero no Brasil, haja vista a existência de revistas específicas sobre este tema (Revista Pagu; Revista de Estudos Feministas; Revista Artêmis), de vários núcleos de estudos⁵ e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação⁶, pouco dessa atenção destina-se ao caso específico da mulher rural. Muitos estudos sobre gênero, quando falam

⁴ A Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM, 2014) elege três grandes problemas a serem enfrentados no âmbito rural, quais sejam: a) enfrentamento à violência contra a mulher; b) desenvolvimento rural sustentável com igualdade de gênero; c) Direito à terra. Essas estratégias estão presentes no Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (BRASIL, 2013). Ver a propósito: BRASIL, (2013); SPM (2014).

⁵ Fizemos uma busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ e identificamos nada menos que 133 grupos que incluem a palavra “mulher” em seu nome ou linha de pesquisa. Não obstante, apenas três incluem a expressão “mulher rural”. Do mesmo modo, há 22 grupos sobre “questões de gênero”, mas apenas um se refere a questões de gênero no âmbito rural. Consideramos que este fato confere relevância a esta pesquisa. Também destacamos o levantamento bibliográfico que Salvaro et al (2010) empreendem no Banco de Tese da Capes. Na busca realizada por estes autores por divisão sexual do trabalho na agricultura, encontraram 77 resumos de teses e dissertações entre os anos de 1987 e 2010. Destes estudos, apenas dois (ZORZI, 2008; HERNANDEZ, 2009) dedicam-se ao tema das políticas públicas voltadas à mulher rural. Este é outro aspecto que confere relevância à presente pesquisa.

⁶ Para citar como exemplo o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina que possui em suas áreas de estudos uma para Estudos de gênero, com duas linhas de pesquisa.

sobre trabalho, por exemplo, não consideram o trabalho na agricultura desempenhado pela mulher. Por outro lado, os estudos sobre o espaço rural pouco atenção dão a questão da desigualdade entre os sexos. As escassas pesquisas que existem focam nas causas e consequências dessa desigualdade, mas não investigam o sentido atribuído pelas mulheres às questões de gênero.

Estudar as relações sociais de gênero, investigando o que estas mulheres têm a dizer sobre si mesmas é o que nos propomos desenvolver nesta pesquisa. Em última análise, cabe indagar: que pensam as mulheres agricultoras de Arroio do Padre sobre a sua condição? Como percebem as relações sociais de gênero? Como visualizam a própria situação de existência? Existem iniciativas identificadas com o tema do desenvolvimento rural que indiquem a expansão das liberdades femininas? Em caso positivo, quais e de que forma? Considerando a situação do meio rural na contemporaneidade, de forma paralela, será analisado se, e como as estratégias de desenvolvimento rural, influenciam a situação da mulher.

Através desse prisma busca-se contribuir na discussão acadêmica sobre desenvolvimento rural, destacando a importância das questões de gênero. Paralelamente, se trata de analisar a influência das estratégias de desenvolvimento rural no empoderamento feminino⁷ e na flexibilização dos ditames impostos pela tradicional divisão sexual do trabalho. Explorar as relações sociais de gênero, investigando de que forma elas são construídas ou atualmente desafiadas é o centro dessa pesquisa, fornecendo subsídio para estudos de gênero inseridos na temática do desenvolvimento rural. Busca-se, assim, uma maior compreensão e conhecimento sobre a situação feminina no meio rural, principalmente sobre o que pensam e o que querem as mulheres agricultoras.

1.2 Hipóteses

⁵ Este termo é um neologismo da palavra inglesa empowerment e passou a ser utilizado após 1985, na II Conferência mundial das mulheres, organizada pela ONU. Refere-se ao acesso bens econômicos e poder por parte das mulheres. Sobre esse assunto consultar: Deere e Léon (2004).

As quatro últimas décadas compreendem um conjunto de transformações demográficas bastante importantes no meio rural do Rio Grande do Sul, incluindo o caso dos municípios integrantes da microrregião de Pelotas, onde é claramente perceptível a redução do número de filhos e, consequentemente, da força de trabalho dos estabelecimentos familiares. Paralelamente, há também uma tendência à masculinização com a saída prematura das mulheres em busca de oportunidades e de perspectivas no plano pessoal e profissional que a agricultura e o meio rural são incapazes de oferecer. Nesse sentido, sobre as mulheres que escolheram permanecer e constituir família recaem jornadas de trabalho extenuantes, onde aos papéis a elas reservados pela tradicional divisão sexual do trabalho, somam-se outras atribuições que extrapolam totalmente o âmbito doméstico, como são precisamente as atividades nas lavouras. O caso de Arroio do Padre expressa claramente essa realidade. Neste contexto, são edificadas as hipóteses que seguem:

- a)** As mulheres dessa pequena localidade desempenham um papel, determinado nas relações sociais de gênero, que é central para viabilização técnica e econômica dos estabelecimentos e para a reprodução social das famílias.
- b)** Estas mulheres aceitam e naturalizam sua própria condição de exploração.
- c)** O processo de desenvolvimento rural, em especial as políticas públicas mais recentes, enfocadas ao desenvolvimento dos espaços rurais, são limitadas e, muitas vezes, acabam por reforçar a desigualdade de gênero. Pois continuam em consonância com o papel hegemônico de desenvolvimento conservador e não visam reposicionar a mulher na sociedade.
- d)** No que tange as políticas públicas mais recentes destinadas à mulher rural, o processo de implementação e condução encontra-se fragmentado e descompassado, o que dificulta a efetiva promoção da igualdade de gênero no campo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Examinar a situação e a posição feminina perante as relações sociais de gênero no âmbito da agricultura familiar do sul do estado do Rio Grande do Sul, tendo como objeto e contexto empírico, o caso do município de Arroio do Padre.

1.3.2 Objetivos específicos

Entre os objetivos específicos constam:

- a)** Analisar a forma como a mulher relaciona-se com a família e com o mundo social (esfera doméstica e pública), investigando como se apresenta a divisão sexual do trabalho e sua atuação na esfera pública e privada do estabelecimento rural.
- b)** Estudar as relações sociais de gênero na agricultura familiar, indagando a interpretação que essas mulheres fazem do processo de construção social dos sexos e da divisão do sexual do trabalho, assim como a influência do contexto sobre esse discurso.
- c)** Averiguar em que sentido as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do espaço rural estão em consonância com os problemas e necessidades destas mulheres segundo sua própria perspectiva e a perspectiva do desenvolvimento.
- d)** Investigar como se apresentam as relações de gênero na contemporaneidade, a partir das novas possibilidades decorrentes dos programas públicos e das novas estratégias de desenvolvimento no espaço rural.

1.4 Metodologia

Desde o início deste trabalho, consideramos a dissertação como algo a ser moldada com o desenvolvimento da pesquisa. Entendemos que as etapas interagem e é praticamente impossível pensar a investigação como linear, onde não haja lugar à reformulação do problema, das hipóteses e outras fases. Nas palavras de Cea D'ancona (1998, p. 198): *"Pero, ante todo, el proceso de investigacion no ha de concebirse como algo fijo e inmutable"*. Sabemos que o universo em estudo está em constante mutação. Nesse sentido, adotou-se tal postura buscando embeber o estudo em reflexividade. Foi a construção do objeto que apontou os caminhos metodológicos, o que não significa dar as costas à cientificidade e aos critérios de objetividade. Levar a cabo uma investigação sociológica implica em debates e posicionamentos metodológicos, epistemológicos e teóricos. Assim, neste espaço, serão comentados os aspectos metodológicos que influenciaram esta pesquisa, a qual optou por uma abordagem multimétodos, combinando método qualitativo e quantitativo.

O estudo multimétodo é denominado como aquele em que há uma abordagem mista, que concilia métodos qualitativos e quantitativos (AMO; RUIZ; NAVARRO, 2004; BOLIVAR, 2008; YIN, 2010). Este tipo de estudo busca a combinação entre os métodos e técnicas para obtenção de dados e de resultados- de acordo com o objetivo proposto (CEA D'ANCONA, 1998). Neste estudo, os métodos quantitativos dizem respeito a análise de dados secundários (índices e indicadores de desenvolvimento e dados demográficos), já os métodos qualitativos adotados foram observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com roteiro prévio. Dessa forma, analisamos os dados do município do Arroio do Padre, com o objetivo de aferir a medida de desenvolvimento neste município. Procedemos ainda a observação sistemática em um grupo de encontro de mulheres rurais e, por fim, a entrevista com 13 mulheres destes grupos.

Enxergamos que o desequilíbrio de poder nessas relações sociais priva, em muitos aspectos, o exercício da liberdade feminina. Articulamos essa problemática às

políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar, mas também das mulheres enquanto sujeitos históricos. Buscamos investigar essa problemática através do olhar da mulher rural, ou seja, nos interessa a forma como a mulher posiciona-se em meio às relações de gênero. Buscamos detectar se iniciativas do desenvolvimento rural estão identificadas com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Assim, investigamos também, a forma como ela percebe as mudanças sociais que acometem o espaço rural nas últimas décadas e como estas mudanças influenciam sua vida e a sua condição de livre agente. Fica claro que o âmbito destes questionamentos só pode ser alcançado perante a combinação da pesquisa quantitativa com a qualitativa.

Segundo Moresi (2003) os métodos quantitativos, servem para descobrir informações sobre pessoas que integram uma dada população, características em comum destes grupos de indivíduos. “Esta técnica de pesquisa também deve ser usada quando se quer determinar o perfil de um grupo de pessoas, baseando-se em características que elas tem em comum (como demográficas, por exemplo)” (MORESI, 2003, p. 15). Este era justamente o nosso objetivo ao recorrer aos métodos quantitativos e a análise de dados secundários. Esta ferramenta permitiu que se conhecesse melhor o perfil populacional do município de estudo, permitindo inferir observações sobre hábitos e costumes das mulheres e da população no geral.

Para Cea D'ancona (1998), a pesquisa com viés qualitativo busca a análise do individual e do concreto, por meio da compreensão e interpretação dos significados subjetivos do ponto de vista do ator social. Para esta autora, a ênfase fica na linguagem e no olhar microssocial. Este é o caso deste estudo, em que nos propomos explorar as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar. Com o método qualitativo podemos analisar a perspectiva da mulher em relação a sua vida, suas opiniões e assim ao sentido que atribuem às relações sociais de gênero.

Assim, Poupart (2010) comenta que a pesquisa qualitativa é utilizada em determinadas situações, em que se pretende explorar determinadas questões onde dificilmente se conseguiria através de algum método quantitativo. Nas palavras deste autor: “[...] por seu caráter exemplar e fugaz, vários fenômenos sociais resistem à mensuração. Uma pesquisa qualitativa [...] possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações” (POUPART, 2010, p. 130).

Em suma, a pesquisa foi constituída de dois momentos. Primeiro houve a pesquisa bibliográfica sobre os assuntos abordados no problema (gênero, agricultura familiar, desenvolvimento rural) e sobre dados demográficos, índices e indicadores de desenvolvimento do município de estudo. No segundo momento combinamos dois diferentes métodos: entrevista e observação sistemática. Ambas incursões se deram no município de Arroio do Padre, escolhido devido sua proximidade com a cidade de Pelotas (centro econômico e social que figura como “atrativo aos jovens”), além do fato de ser um município marcadamente agrícola e com alta taxa de masculinização e envelhecimento no meio rural. O contato com as entrevistadas foi intermediado por extensionistas rurais que atuam neste município, acompanhando os grupos de encontro de mulheres, nos quais eram marcadas entrevistas com participantes, ao acaso. A investigação a campo foi considerada terminada quando se atingiu o ponto de saturação, esta foi a forma de delimitação da amostra. Sobre a determinação da amostra e coleta de dados, falaremos na subseção a seguir.

1.4.1 Coleta e análise de dados

Esta pesquisa acha-se vinculada a uma pesquisa mais abrangente, desenvolvida por pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Agronomia e de Sociologia da UFPel. Pesquisa, essa, financiada pelo CNPq, no âmbito do projeto intitulado “Até onde elas podem e querem chegar? Gênero e Mercados Institucionais”, o qual vem sendo executado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar da Universidade Federal de Pelotas (NUPEAR – UFPel).

Tratou-se de um estudo de caso que explorou a dimensão de gênero no meio rural. Na pesquisa a campo foram realizadas 13 entrevistas com mulheres de diferentes faixas etárias. A coleta de dados foi na forma de entrevista semiestruturada, mediante roteiro prévio de perguntas (ver Apêndice A). Nossos entrevistados foram essencialmente mulheres agricultoras do município do Arroio do Padre. A entrevista semiestruturada caracteriza-se por questionamentos básicos que, relacionados com

o tema de pesquisa, permitem fazer surgir novas perguntas a partir das respostas dos informantes (MANZINI, 2008). Essas entrevistas versaram sobre a vida das entrevistas, sendo divididas em três eixos: caracterização e trajetória de vida (informações como nome, história da vida e da família), trabalho (atividades que desempenhavam na agricultura, na casa e outras) e a opinião sobre questões como matrimônio, religião e filhos.

A entrevista é considerada, segundo Poupart (2010, p.222): “uma ferramenta de informação sobre as entidades sociais e instrumento privilegiado de exploração do vivido dos atores sociais”. O mesmo autor elenca dois argumentos metodológicos da entrevista para a pesquisa qualitativa. Primeiro é que ela serve como fonte de informações sobre uma determinada formação social que não é possível acessar por técnicas como análise documental e observação. O outro argumento é a capacidade de fazer sobressair o ponto de vista dos atores, sendo essa, precisamente, a nossa proposta neste estudo. Como forma de delimitação da amostra utilizou-se o conceito de ponto de saturação, significa dizer que as entrevistas foram conduzidas até o momento que o campo não trouxe mais nada de novo, quando é atingido o dito “ponto de saturação” (THIRY-CHERQUES, 2009).

Além das entrevistas, foi utilizada outra técnica de coleta de dados, qual seja, a observação sistemática, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003), são realizadas sob condições controladas, com propósitos pré-estabelecidos, devidamente planejada e sistematizada. Neste caso se deu através de minha inserção em grupos de mulheres organizados pela equipe municipal da EMATER/RS-ASCAR. Trata-se de três diferentes grupos de agricultoras inseridas em diferentes realidades, os quais se reúnem mensalmente. Os grupos são distribuídos de acordo com a localidade, onde um dos grupos estava iniciando, sendo formado por membros da Cooperativa recentemente criada no município. Durante período de campo, tivemos a oportunidade de acompanhar seis reuniões (duas em cada grupo).

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e analisadas com o objetivo de explorar o sentido e sua dimensão perceptiva. Uma importante consideração de Gibbs (2009), incorporada na reflexão deste trabalho, versa sobre o fato da análise não ser apenas descritiva, mas também analítica e teórica. É necessário treinar o olhar para conseguir interpretar os textos de forma concisa e

objetiva, sem que os pressupostos do pesquisador se sobressaiam às evidências. Após a transcrição, as entrevistas foram lidas atenta e minuciosamente, após seguiram-se as etapas seleção dos trechos que se relacionam com os objetivos propostos, construção de categorias gerais, com base nos trechos e estruturação da redação. Para definirmos as categorias, lançamos mão dos temas pertinentes aos objetivos. Assim, a análise dos dados buscou a criação de categorias gerais, tendo em vista os objetivos da pesquisa e o seu conteúdo teórico.

Para possibilitar a análise foram criadas categorias, que permitiram comparar os discursos das diferentes mulheres, conforme expressas na figura 1.



Figura 1: Categorias de análise

Fonte: Elaborado pela autora.

Devido ao peso que o trabalho parece assumir na vida das entrevistadas, achamos necessário dividi-lo em duas categorias: “trabalho na agricultura” e o “trabalho de mulher”, a primeira diz respeito as atividades de rotina na lavoura e a segunda está relacionada as tarefas que são responsabilidades exclusivamente da mulher no âmbito produtivo e familiar. Neste sentido também demarcamos aquelas falas que diziam respeito ao que seria o “papel da mulher” dentro da propriedade familiar, em que entram questões como “casamento” e “maternidade”, assim como “serviço da casa e “tarefas de cuidado”. Questões como “estabilidade financeira” estão presentes em grande parte das entrevistas, muitas vezes relacionadas a oposição

entre: “cidade vs meio rural”. Por fim, destacamos os trechos que enunciavam o “lazer”, a “capacitação produtiva” e o “futuro” buscando conhecer melhor a vida, expectativas e oportunidades das mulheres rurais.

Desta forma, nesta pesquisa, após a revisão bibliográfica sobre os temas gênero e relações sociais de gênero, desenvolvimento rural e agricultura familiar, procedeu-se uma pesquisa sobre índices e informações referentes ao município de estudo, informações tais como: IDH, história do município e o próprio site da prefeitura de Arroio do Padre. Após o aprofundamento teórico, já com o projeto de pesquisa aprovado no processo de qualificação, partimos à pesquisa a campo. Inicialmente, por intermédio da EMATER/RS-ASCAR, participamos dos grupos de mulheres do município. A observação nos grupos além de facilitar o contato inicial com as mulheres, permitiu a percepção das relações sociais em um ambiente externo ao espaço doméstico, foi possível notar de forma inicial como interagiam, do que conversavam e quais problemas as aflingia e etc.

Por ocasião das reuniões foram marcadas as entrevistas, a amostra foi definida ao acaso, ou seja, nos grupos escolhíamos aleatoriamente uma mulher e perguntávamos se concordava em nos receber em uma determinada data, se houvesse algum impedimento partíamos para outra. Movida pelo propósito de buscar fontes de variação dentro da mesma unidade familiar, buscando diferenças entre gerações de mulheres, nos foram indicadas algumas famílias que possuem várias mulheres na mesma residência.

Estes foram os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. A seguir traremos o embasamento teórico sobre o qual se desenvolveu a investigação.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

No que se refere ao espaço rural brasileiro, desde a metade do século XX, duas noções de desenvolvimento orientaram os estudos acadêmicos e também a ação política do Estado (SCHNEIDER, 2004). A primeira noção predominou a partir dos anos 1970, estando ancorada em um modelo convencional de desenvolvimento caracterizado pela ênfase no chamado ‘produtivismo’. A outra é mais atual, surge a partir do reconhecimento das desigualdades sociais resultantes da modernização conservadora do período anterior (GRAZIANO SILVA, 1982; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2010). Essa nova concepção, embora longe de ser unívoca, converge para a ideia de igualdade social, econômica e de equilíbrio ambiental (FURTADO, 2000; VEIGA, 2005), assim como reconhece a importância do papel da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento do meio rural. O poder público encontra-se comprometido, haja vista a criação de políticas públicas destinadas à sua afirmação econômica e social. Da mesma forma, demonstra certo reconhecimento acerca das questões de gênero que assolam a agricultura familiar (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Assim, nos últimos anos a questão de gênero no meio rural foi sendo incorporada pela academia, e no âmbito político-institucional, através de novas concepções de desenvolvimento rural.

Segundo nosso ponto de vista, estudar as relações sociais de gênero no meio rural implica, para além da condição feminina, o contexto social em que estão inseridos homens e mulheres na agricultura familiar. Nesse sentido, faz parte do processo de desenvolvimento rural o incremento na condição de livre agente da mulher no campo, bem como, a flexibilização nas relações sociais de gênero. Na

pratica isso significa o reconhecimento e valorização do trabalho feminino, bem como o empoderamento político e social. As políticas públicas e a extensão rural são essenciais sob esse prisma. Alguns autores (BURG; LOVATTO, 2007; KARAN, 2004; SILIPRANDI, 2000; 2009;) ainda apontam a importância do trabalho da mulher para a conversão agroecológica dos ecossistemas⁸. É dessa forma que encaramos os desafios da pesquisa acerca da situação de vulnerabilidade econômica e social de inúmeras comunidades rurais no Brasil (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009, 2010) o que, aliado ao desequilíbrio de gênero, pode colocar em risco a reprodução social da agricultura familiar.

2.1 Desenvolvimento: uma noção interdisciplinar

Por muito tempo, cientistas e políticos consideraram desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Esta visão inclusive orientou a modernização conservadora da agricultura no Brasil (1964-1985). Todavia, ao longo do tempo há uma tomada de consciência das diversas fontes de desigualdade que assolam o mundo. Surgem novas orientações que envolvem, para além do caráter econômico, o aspecto social como primordial para o desenvolvimento. Este conceito passa a ser associado, não mais a noção de progresso, mas à noção de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 2000). O economista indiano Amartya Sen traz uma importante contribuição a esta discussão. Ao estabelecer comparações entre países, usando indicadores de desenvolvimento, Sen (2010) demonstra que países ditos desenvolvidos podem apresentar, por exemplo, índices de mortalidade infantil maiores que os países pobres (subdesenvolvidos). Assim, defende que o

⁸ Durante os anos 70, a Agroecologia começa a ganhar destaque e se afirma como um campo de conhecimento, lançando um novo olhar à atividade agrária- do ponto de vista teórico-científico, traçando metodologias para a construção de uma agricultura socialmente justa, ambientalmente equilibrada e dessa forma sustentável através do tempo. Propondo uma visão sistêmica indica uma análise integrada e multidimensional dos processos técnicos, ecológicos, políticos, econômicos e socioculturais envolvidos nas atividades do meio rural (CAPORAL, 2009). Este enfoque sistêmico percebe a necessidade de adaptarmos as técnicas produtivas da agricultura para técnicas mais sustentáveis, é nesse sentido o papel da mulher ganha destaque como agente deste processo.

desenvolvimento está intimamente ligado à expansão das liberdades individuais e que crescimento econômico é apenas uma faceta do desenvolvimento.

José Eli da Veiga (2005) considera que existem três correntes para estudar o desenvolvimento: a que o concebe como sinônimo de crescimento, a que o considera um mito inalcançado e, por fim, o “caminho do meio”. No último caso, o desenvolvimento é visto a partir de uma perspectiva interdisciplinar, em que o eixo econômico é apenas um aspecto, sendo que o objetivo do desenvolvimento é, então, amenizar as desigualdades sociais. O desenvolvimento adquire, assim, uma perspectiva de justiça social, em que só há desenvolvimento se as pessoas tiverem condições e oportunidades similares.

Por muitos anos a ideia de desenvolvimento esteve vinculada às noções de progresso e de acúmulo de bens e riquezas (FURTADO, 2000). Atualmente, o processo de desenvolvimento é mediado pelo processo de crescimento econômico, porém vai muito além dele. O crescimento econômico será exitoso se possuir uma base ampla e abrangente, de modo a aumentar os empregos e expandir os serviços sociais (VEIGA, 2005).

Outra importante faceta deste processo é o custeio público das políticas de desenvolvimento. O Estado é então responsável pela orientação do foco do desenvolvimento, sendo o protagonista na alocação e distribuição dos recursos. As políticas públicas, mediadoras deste processo, são instrumentalizadas de acordo com a interpretação que os governantes fazem do desenvolvimento. Assim, José Eli da Veiga (2005) afirma:

Percebera-se a importância de refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava. Ficara patente, enfim, que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica (VEIGA, 2005, p.32).

Neste mesmo sentido, para Amartya Sen, desenvolvimento não é apenas crescimento econômico e sim a expansão das liberdades substantivas das pessoas. Esse tipo de enfoque dirige a atenção aos fins do desenvolvimento, não aos meios ou aos instrumentos. O autor enfoca a complexidade desta noção, já que os meios e os instrumentos são diversos e estão articulados. Neste contexto, “O desenvolvimento requer que se removam as principais formas de privação de liberdade [...]” (SEN, 2010, p.16).

A liberdade é central ao processo de desenvolvimento por duas razões, as quais o economista chama de razões avaliatórias e de eficácia. Nesse contexto, a avaliação do desenvolvimento deve ser a verificação do aumento da liberdade das pessoas. E a eficácia do desenvolvimento depende da condição livre de agente dessas pessoas. Chama a atenção para o fato de que a liberdade individual não é apenas constitutiva do desenvolvimento, ela é mais que isso:

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras. [...]. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas [...] (SEN, 2010, p.18).

A expansão das liberdades substantivas é ancorada em procedimentos interligados. A liberdade está instrumentalizada em cinco tipos distintos: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. É preciso frisar que as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância valoratória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula umas às outras, liberdades diferentes (SEN, 2010).

O processo de desenvolvimento pode ser encarado como uma questão interdisciplinar (FURTADO, 2000), que abrange questões econômicas, sociais e políticas. Quando falamos de desenvolvimento rural, acrescentamos algumas outras questões a esta discussão. Embora a contribuição dos autores que discutem o desenvolvimento, alguns aspectos relativos ao espaço rural na contemporaneidade precisam ser destacados. É o que nos propomos a fazer na subseção seguinte.

2.2 Os meandros do desenvolvimento rural

A discussão acerca do desenvolvimento no meio rural é ampla, ambígua⁹ e

⁹ A ambiguidade está presente na existência de dois ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de um lado, e Desenvolvimento Agrário, de outro). O primeiro deles está voltado fundamentalmente à agricultura patronal e o segundo à agricultura familiar e à Reforma Agrária.

segue linhas teóricas variadas segundo as diferentes disciplinas que a englobam. Atualmente, existem noções de enfoques transdisciplinares, inclusive. Esse debate é bastante amplo, não apenas dentro da academia, mas também no âmbito político junto aos movimentos sociais do campo e às empresas de extensão rural e assistência técnica. É possível observar dois momentos da discussão acerca do desenvolvimento do meio rural no Brasil. O discurso da década de 1960 e 1970, apoiado no processo de modernização dos campos, afirmava-se na ideia de produtividade como forma de desenvolvimento econômico. Já o debate atual se dá em termos de formas de desenvolvimento multidimensionais, articuladas em diversos eixos como o político, econômico, social, cultural e ambiental.

Não se pode ignorar que o processo de modernização da agricultura brasileira é reflexo da chamada Revolução Verde, quando ao final da Segunda Grande Guerra Mundial o modelo agrícola de produção passa por uma mudança de objetivos e técnicas acarretadas pela introdução de novas tecnologias de produção- resultado do desenvolvimento industrial e científico, absorvendo o pensamento capitalista na produção de alimentos.

Se no campo teórico, essa abordagem era respaldada pelos entusiastas da “Revolução Verde”. No plano prático, foi acompanhada por uma política de crédito destinada a financiar agricultores capazes de acompanhar o progresso. Na década de 60, esse modelo agroquímico de produção começou a ser difundido pelo Brasil, recomendado e disseminado pelos centros de pesquisa e extensão rural. Na época surgiram diferentes institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com a ideia de estimular os agricultores a aderirem aos pacotes tecnológicos.

Acreditava-se que a via do progresso técnico e tecnológico na produção agrícola impulsionaria o crescimento econômico e esse, por sua vez, seria o responsável pelo desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades. A transformação social seria resultado do processo de modernização da base produtiva na agricultura. É o que podemos chamar de desenvolvimento produtivista, pois visava apenas a esfera de produtividade agrícola como forma de crescimento econômico. O que aconteceu é que muitos agricultores, impossibilitados por razões de ordem técnica de acompanhar o progresso, migraram para cidade (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Outros resistiram, produzindo de forma alternativa e muitas vezes em situação

de miséria e de baixa qualidade de vida. O desenvolvimento econômico converteu-se num fator de exclusão e não um instrumento efetivo de desenvolvimento rural.

O modelo produtivista de produção agrícola contribuiu para aumentar a desigualdade no campo e impulsionar o êxodo rural de 27 milhões pessoas entre os anos 1960 e 1980 (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). O agravamento do quadro de exclusão e abandono social do campo, pelo endividamento (crédito rural) e empobrecimento de agricultores, são consequências diretas do modelo convencional de produção (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Resultando na subordinação das famílias ao mercado e às indústrias.

Expostos a uma situação de dificuldade, pondo em risco sua capacidade de reprodução social, muitas famílias rurais migraram do campo em busca de melhores condições e oportunidades nos centros urbanos. Condições e oportunidades que não foram encontradas, muitas famílias passaram a viver em situação precária nas zonas periféricas das grandes cidades, causando o inchaço destas. O reflexo da modernização no meio ambiente não foi menos grave ou preocupante. A monocultura, a massiva mecanização e as constantes e sempre maiores doses de agrotóxicos (biocidas e fertilizantes solúveis) tornaram esse método 'convencional' de produção insustentável ao longo do tempo, pois esgota os solos, polui as reservas naturais d'água, causa desequilíbrio dos ecossistemas e a perda de biodiversidade animal e vegetal.

A industrialização da agricultura cumpriu seu objetivo- por um lado, impulsionando a balança comercial brasileira com significativos avanços de exportações de produtos primários, dando visibilidade e peso ao país nas relações internacionais. Apesar disso, intensificou as desigualdades no campo e se mostrou incapaz de alcançar uma sustentabilidade produtiva. O que na época era visto como alternativa ao desenvolvimento econômico, hodiernamente é enxergado como um modelo produtivo social e economicamente excludente, centralizador de renda e de terras e dependente da indústria química e mecânica. Ainda (e como consequência) causador de degradação ambiental e do esgotamento de recursos naturais.

Frente às consequências da modernização dolorosa da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1982), o debate sobre o desenvolvimento ressurge com motivações bastante diferentes daquelas que impulsionaram a abordagem

produtivista. Essa discussão é impulsionada a partir da percepção da face excludente e da natureza conservadora desse processo. No enfoque atual sobre desenvolvimento rural prevalece a discussão sobre a viabilidade e a necessidade de modelos de desenvolvimento que sejam ambientalmente sustentáveis e justos do ponto de vista socioeconômico. A agricultura familiar encontra-se no centro desse debate como lócus ideal ao desenvolvimento sustentável (CARMO, 1999).

Os atuais enfoques de desenvolvimento rural buscam romper com os limites impostos pela abordagem convencional, sobretudo quando converte o espaço rural em substrato exclusivo da produção agropecuária. Busca-se reconstruir a agricultura não apenas nos limites do estabelecimento agropecuário, mas em termos regionais, integrando os indivíduos na sociedade como um todo. Vale ressaltar que Sacco dos Anjos e Caldas (2008) destacam que usualmente instituições e lideranças agrícolas falam em desenvolvimento rural, mas, na verdade, trata-se da velha ênfase no desenvolvimento agrícola. Comentam que a diferença, embora pareça obvia, não o é. Segundo os autores citados, desenvolvimento do meio rural refere-se ao desenvolvimento que envolve as pessoas, um desenvolvimento social e cultural e não apenas um desenvolvimento agrícola na esfera produtiva e econômica (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2008).

O processo de desenvolvimento rural é fortemente influenciado pela globalização. Para Schneider (2000), a interdependência de mercados gera uma restruturação econômica produtiva e institucional que só pode ser percebida através de múltiplas facetas e dimensões do desenvolvimento rural. Assim, o modelo de desenvolvimento rural atual busca romper com a noção da função especificamente agrícola do meio rural, absorvendo a criação de novos produtos e serviços. Busca reconstruir a agricultura não apenas no estabelecimento, mas em termos regionais e integrada na sociedade. O desenvolvimento implica, em última análise, a construção de justiça social em sintonia com a segurança econômica e com a exploração sustentável dos recursos naturais.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento rural é a tentativa de ir além do desenvolvimento produtivista, afirmando as bases econômicas, sociais e ambientais de forma integrada. Baseado nas limitações e capacidades locais em direcionar pressões externas no sentido de fortalecimento da autonomia dos atores, “para

promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente" (SCHNEIDER, 2004. p.98).

Caporal e Costabeber (2003) propõem um conceito multidimensional de sustentabilidade para o desenvolvimento rural sustentável. Para estes autores é imprescindível o respeito à biodiversidade e à diversidade sociocultural dos atores sociais do campo. Nesse contexto "em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos" (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 3).

Tal proposta inclui três níveis compostos por diferentes dimensões. O primeiro nível é integrado pelas dimensões ecológica, econômica e social. O segundo nível pelas dimensões cultural e política, enquanto o último nível compreende a dimensão ética. A dimensão ética diz respeito à política na construção de um desenvolvimento sustentável, mas também a consciência de cada indivíduo no sentido de preservar o meio ambiente, priorizando redes e produtos locais.

O desenvolvimento implica, em última análise, a construção de justiça social em sintonia com a segurança econômica e com a exploração sustentável dos recursos naturais. Para isso é necessária uma nova forma de enxergar a complexidade dos processos envolvidos, essa nova racionalidade reorientaria os processos produtivos e econômicos. Como já comentamos, o processo de modernização da agricultura (SCHNEIDER, 1995; WANDERLEY, 2003) conservadora e "dolorosa" (GRAZIANO DA SILVA, 1982; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS; CALDAS e HIRAI, 2010) excluiu muitos agricultores do campo. E em contraste com os desdobramentos do modelo desenvolvimentista, discutem-se novos caminhos de um rural menos excludente.

No debate em torno às estratégias de desenvolvimento rural, a agricultura familiar ganha destaque devido à sua capacidade de diversificação da produção e a seus aspectos sociais. Para muitos, essa forma de produção garantiria o abastecimento alimentar da população, ao mesmo tempo em que promoveria um desenvolvimento equilibrado em termos sociais e ambientais (CARMO, 1998).

2.3 Agricultura familiar e desenvolvimento rural

Os atuais enfoques de desenvolvimento rural colocam ênfase na valorização da economia e da produção local, a construção de redes autossustentáveis de comercialização, edificando uma lógica econômica diferenciada, que se baseia na retroalimentação do sistema regional e na redução da dependência de mercados externos, combinado com a preservação dos ecossistemas. Nesse viés a agricultura familiar seria como uma ferramenta para construção dessas relações no desenvolvimento rural e para garantia da soberania e segurança alimentar das populações rurais. Nesse sentido, é importante o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, desta nova concepção de desenvolvimento, a qual se manifesta através das políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

Sacco dos Anjos e Caldas (2008) salientam que a ascensão da agricultura familiar como ator social na cena política e acadêmica brasileira é resultado da pressão política dos movimentos sociais que se intensificaram no início dos anos 1990, destacando-se entre eles: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e os setores progressistas da Igreja Católica e Luterana. Esses movimentos surgem em meio à constatação dos efeitos sociais do processo de modernização agrícola e mobilizam-se no sentido de denunciar a desigualdade social e a concentração de terra, reivindicando ações efetivas por parte do Estado.

Vale destacar um fato interessante que ocorreu e ocorre no Brasil, as igrejas (católica e luterana) possuem forte ligação com os movimentos sociais do campo. Podemos citar o Grito da Terra organizado por setores da Igreja Católica, movimento que mobilizou as populações rurais e tornou-se símbolo das lutas pela justiça social e agrária (BRUSTOLIN; MACHADO, 2008). Já a Igreja Evangélica possui até a atualidade um órgão de extensão rural, o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), atuante em toda região sul do Brasil (VANDERLINDE, 2003).

A mobilização causada por esses movimentos e sua capacidade de articulação resultou na criação do “Programa de Valorização da Pequena Produção Rural” (PROVAP) em 1994, sendo basicamente destinado ao crédito agrícola. No ano

seguinte (1995) há a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Até então o Brasil não possuía nenhum programa de apoio à esta forma social de produção. Segundo Sacco dos Anjos e Caldas (2009), simultaneamente à criação deste programa surgem estudos que demonstram a importância da agricultura familiar e mudam seu estereótipo perante a sociedade e à academia brasileira.

Assumir a agricultura familiar como alvo de uma política pública vinculada ao desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da prática, representou uma mudança no discurso do governo (CARNEIRO, 1999) e indicou novos caminhos à produção acadêmica. Sacco dos Anjos e Caldas (2006; 2008) destacam o PRONAF enquanto marco da história agrária brasileira. A partir desse momento, o debate acadêmico destaca a agricultura familiar, explorando a importância de estratégias de reprodução, a eficiência de políticas públicas, os meios de reprodução social e os aspectos técnico-produtivos.

O reconhecimento definitivo, por parte do Estado, da importância agricultura familiar vem com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006). Segundo esta lei, pode ser considerado agricultor familiar aquele que: a) obter uma área menor do que 4 (quatro) módulos fiscais (medida de área, variável em cada município); b) utilizar mão de obra familiar; c) tenha percentual mínimo da renda familiar gerada no próprio estabelecimento; e d) seja o responsável pela gestão do estabelecimento agropecuário. Esta concepção é muito importante pois é que dirige o alcance das políticas públicas destinadas a esta população. Porém, o conceito de agricultura familiar por ser muito mais amplo.

Por um lado, definir o que é agricultura familiar é uma tarefa a que muitos pesquisadores, extensionistas e órgãos públicos estiveram empenhados. A dificuldade está em agrupar toda diversidade sociocultural e econômica que lhe é inerente. Por outro lado,

As definições para agricultura familiar se modificam respeitando o período histórico e o espaço onde esta inserida. No entanto podemos considerar que ela sempre esteve presente no espaço agrário brasileiro, e que é de fundamental importância mesmo sujeita a mudanças e instabilidades de políticas públicas. (OLIVEIRA et al, 2012. p.6)

Gasson e Errington (1993) em um conceito com bastante aceitação no meio acadêmico, definem agricultura familiar a partir de alguns aspectos fundamentais: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados por laços de parentesco; c) o trabalho é basicamente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os recursos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e, f) os membros vivem na unidade produtiva.

Atualmente as diferentes análises teóricas coincidem no entendimento de que agricultura familiar é uma forma de produção em que há a centralidade da família, ou seja, há grande importância nos laços de sangue e de casamento (ABRAMOVAY, 1998). A família é responsável pela mão de obra do estabelecimento, assim como pelas decisões econômicas e produtivas.

O fato da mão de obra e da gestão da propriedade pertencerem ao mesmo grupo familiar é uma característica singular desta categoria que a diferencia das demais explorações capitalistas (patronais). “É um arranjo familiar de produção agrícola que contraria o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, pois no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados” (CARMO, 1999, p. 11). Assim, trabalho, terra e família têm importância central no conceito de agricultura familiar, o qual pode ser visto como um ponto de encontro da diversidade das unidades de produção familiar.

Outra característica é a centralidade das atividades agropecuárias no dia-a-dia das famílias. Significa que a manutenção da família e da terra têm maior importância na esfera de decisão familiar que a manutenção puramente econômica e produtiva. Assim, Carmo (1999) afirma que a agricultura familiar é uma forma de organização produtiva em que as decisões relativas à exploração agrícola não são orientadas apenas pelo viés produtivo e de rentabilidade econômica, mas sim, pelas necessidades e objetivos da família. Esta é a necessidade de reprodução social da agricultura familiar.

Referir-se à reprodução social é falar das estratégias sociais e econômicas que os membros das famílias elegem para dar continuidade a um modo de vida. É baseado nessa premissa que se insere a importância desta categoria social e sua singularidade como objeto de análise. Na agricultura familiar as relações sociais confundem-se na esfera familiar e produtiva. A produção não é apenas um trabalho, mas também um

“negócio de família”. Essas características são importantes, não apenas no sentido acadêmico, mas também perante as relações sociais que os agricultores estabelecem dentro e fora da unidade de exploração.

Almeida (1996) destaca que existem dois tipos de estudos que focam a reprodução social da agricultura familiar. De um lado, os que analisam a reprodução familiar no ciclo curto, enfocando a forma como a família combina trabalho, recursos e conhecimento para atender o consumo e o suprimento de insumos do ciclo seguinte. De outro lado, segundo o mesmo autor, constam os estudos centrados no ciclo longo ou ciclo geracional, examinando as formas pelas quais as famílias perpetuam-se no meio rural. Afirma que as famílias adotam estratégias de curto e longo prazo como resposta às pressões macroeconômicas e políticas.

Hoje é comum o argumento que a vocação principal da agricultura familiar é a produção de alimentos, enquanto a agricultura patronal (empresarial) e de larga escala dedica-se, sobretudo, à produção de *commodities*¹⁰. A agricultura patronal é normalmente baseada na monocultura, a qual implica em uso massivo de agrotóxicos e na prioridade dada aos mercados externos para comercialização da produção. Por sua vez, o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) destaca a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno. Além disso, a produção da agricultura familiar tende a ser mais diversificada, podendo ser possível a produção de alimentos em quantidade e qualidade (OLIVEIRA et al, 2012).

A capacidade da agricultura familiar para produzir alimentos de forma sustentável, em harmonia com o meio ambiente, com geração de empregos e renda é discutida na importância do desenvolvimento rural. Há a compreensão de que a agricultura familiar contribui na diversificação de uso do espaço rural possibilitando práticas agrícolas que preservam o meio ambiente (OLIVEIRA et al, 2012). Além de figurar como geradora de emprego e renda, a agricultura familiar torna-se opção de segurança alimentar e ocupa o centro das discussões acerca da construção de um meio rural desenvolvido social e ambientalmente sustentável.

¹⁰ Essa é uma visão de caráter geral e não pode ser assumida de forma axiomática. Nesse sentido, assim como existem milhares de estabelecimentos familiares dedicados à produção de soja (*commodity*), também há grandes explorações dedicadas à produção de alimentos para atender o mercado interno, como é o caso do arroz na região em estudo.

Nesse sentido, o Estado brasileiro tem buscado desenvolver as comunidades rurais, assim como, em fortalecer a agricultura familiar. Programas e políticas públicas têm sido instituídos como ferramentas de desenvolvimento, buscando fortalecer esta forma social de produção, haja vista o caso de programas como o PRONAF e, mais recentemente, dos mercados institucionais. No último caso, trata-se de garantir a compra dos produtos de agricultores familiares por período contínuo, bem como do repasse simultâneo a comunidades carentes, escolas, hospitais e entre outras instituições públicas (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2008, 2010; BECKER; COSTA; SACCO DOS ANJOS, 2011; GRISA, 2009; GRISA et al, 2009).

Mesmo com a atenção do Estado, a agricultura familiar, de modo geral, enfrenta dificuldades principalmente no que tange à estabilidade social e financeira das famílias. Estas dificuldades, entre outras, são: “o acesso à terra, às técnicas agrícolas modernas e ao crédito bancário, fatores que se não impedem, restringem a integração aqueles ao mercado e, consequentemente, a prosperidade” (MELO DE ALBUQUERQUE, 2008, p.3). Para enfrentar os dilemas do desenvolvimento, já ponderamos que é imprescindível a atuação do Estado no sentido de criar a acompanhar políticas públicas que visem reduzir as desigualdades sociais, neste caso específico, na agricultura familiar. Nos últimos anos, o Estado brasileiro mostrou-se comprometido com essa categoria, criando e aperfeiçoando políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Porém, estas políticas têm suas limitações.

Dentre as políticas públicas destinadas à agricultura familiar, vale destacar: a política de crédito (PRONAF), a previdência social rural, os programas de habitação rural e os mercados institucionais. Cada uma tem sua respectiva importância no sentido de fomentar produtiva e socialmente as famílias agricultoras.

O PRONAF prevê o acesso ao crédito, por parte das famílias rurais e pode ser encarado dentro da perspectiva do desenvolvimento. No sentido de que a expansão das liberdades individuais inclui acesso ao crédito para empreender projetos próprios (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009). Esta política, porém, apresenta limitações, como dificuldades de acesso ao crédito e endividamento dos agricultores (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009) por falta de outros apoios, sobretudo na esfera técnica. Neste sentido: “[...] el PRONAF no es suficiente para modificar las estructuras sociales

e económicas arcaicas que aún persisten en ciertas áreas de un país tan inmenso como Brasil" (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009, p. 812).

Outra importante política pública para a agricultura familiar é a previdência social rural. Essa política é importante inclusive para o custeio de atividades agrícolas e para a redução das desigualdades no campo, como Caldas e Sacco dos Anjos (2009) assim o demonstram. Também, os programas de habitação (Minha Casa Minha Vida), promovidos pelo governo federal nas últimas décadas, podem ser considerados um importante avanço das políticas públicas para o meio rural. O programa Minha Casa Minha Vida, instituído pela Lei Federal nº Lei nº 11.977, de 2009, foi vinculado ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado em 2003. Esse programa gera a oportunidade para as famílias rurais, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social, construirem ou reformarem sua moradia. Embora o programa possua limitação em relação a abrangência para as famílias, é uma política com marcada atuação na área social do meio rural (ROVER; MUNARINI, 2010).

Becker e Sacco dos Anjos (2008) afirmam que o atual quadro de crise econômica e produtiva acaba levando o Estado a tomar atitudes que convertem a agricultura familiar como ferramenta estratégica à promoção da soberania alimentar com produção diversificada de alimentos e matéria-prima. Todavia, a criação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)¹¹ e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)¹² ampliam, notavelmente, as perspectivas das famílias rurais do país. Isso porque se oferece garantia de compra e do preço de aquisição dos produtos. As compras institucionais (doação simultânea, formação de estoque, venda para exército, hospitais, escolas e etc.) passam, então, a ganhar espaço nas esferas de discussão política e acadêmica como alternativa de afirmação da agricultura familiar e promoção da soberania alimentar da população. O surgimento dos mercados institucionais (compras da agricultura familiar) encaixa-se perfeitamente na discussão sobre desenvolvimento rural. E também em torno das relações sociais de gênero, visto

¹¹ Política pública instituída dentro do Programa Fome Zero, Lei Federal N° 10.696, de 2 de Julho de 2003, regulamentado pelo Decreto N° 4.772 de 2 de julho de 2003, alterado pelo Decreto N° 5.783, de 15 de agosto de 2006.

¹² Lei 11.947 de junho de 2009, que determina que no mínimo 30% das verbas destinada a aquisição de alimentos da merenda escolar deve ser adquirida da agricultura familiar.

que estas leis preveem participação mínima de 50% de mulheres entre os beneficiários.

Apesar dos avanços na criação de políticas públicas para a agricultura familiar, pouca atenção tem sido dada às questões de gênero, inclusive do ponto de vista teórico, dado que se assume essa noção – a agricultura familiar - como se fosse uma categoria rígida, imutável e homogênea. Essa perspectiva muitas vezes reforça o padrão de desigualdade de gênero vigente no meio rural. Desconsidera-se a superexploração feminina e a desvalorização de sua condição, bem como, as próprias contradições que ocorrem no seio das famílias de agricultores. Nas últimas décadas o Estado tem dado mostras de perceber a questão de gênero como um tema a ser enfrentado. Exemplo disso são algumas políticas públicas orientadas para as mulheres rurais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Do mesmo modo, pouca atenção é dada ao tema das relações sociais de gênero no meio rural, em termos teóricos. Os estudos que acabam por analisar a situação da mulher problematizam e investigam saídas coletivas (como a organização em movimentos sociais) ou mesmo a ação das políticas públicas. Porém, raros são os estudos que se dedicam à compreensão das relações de gênero a partir da perspectiva das mulheres rurais.

Destacamos aqui os principais pontos da discussão de desenvolvimento do meio rural que se aproximam com o enfoque deste estudo. O que é necessário acrescentar é que enxergamos o desenvolvimento como noção e não como um conceito fixo. Para nós, o desenvolvimento rural é mais uma noção teórica que nos convida a enxergar a complexidade dos processos na atualidade. Neste contexto, a perspectiva do desenvolvimento econômico é absolutamente restrita e estanque. A ideia de desenvolvimento implica, na prática, em rediscutir o papel do Estado, das instituições públicas, privadas e das organizações não governamentais. E é o que propomos neste estudo, no caso específico das questões de gênero na agricultura familiar. Para isto é necessário, além da abordagem do papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural, aprofundarmos teoricamente as questões do gênero, para então podermos enxergar relações sociais de gênero na agricultura familiar perante o processo de desenvolvimento rural, em que a mulher deve estar plenamente inserida.

3 GÊNERO E O PAPEL DA MULHER

A teoria social tem argumentado que no decorrer da história ocidental o lugar ocupado pela mulher na escala de poder foi sempre inferior ao do homem. O esclarecimento desse fato deu-se a partir dos anos, no constante diálogo entre movimento social, produção teórica e acadêmica. Estudos verificam a construção social (e posteriormente discursiva) dos sexos, demonstrando que as categorias homem e mulher são constructos sociais e não existem enquanto destino biológico. A partir dos anos 1970, o uso do termo ‘gênero’, como forma de referência à construção social dos sexos, é intensificado em especial pelas autoras de origem anglo-saxônica. O Gênero é constitutivo das relações sociais sendo também, uma forma de significar relações de poder (SCOTT, 1991), relações essas que definem o masculino em uma hierarquia mais alta na escala de poder que o feminino.

Na sociedade contemporânea, mesmo com o conhecimento adquirido com os estudos e movimentos feministas, persiste uma visão patriarcal de mundo (SAFFIOTI, 2004). Aqui, compreendemos o sistema patriarcal como aquele em que o homem é o chefe da casa, tendo absoluto poder econômico e legal sobre os demais membros da família (LERNER, 1986). Atualmente as mulheres não são totalmente destituídas de direitos, influências e recursos, porém ainda se vive sob uma égide patriarcalista, considerado por Lerner (1986) como um subconjunto das relações patriarcais, em que há uma espécie de “contrato” de obrigações e direitos recíprocos. Neste contrato o homem é considerado o provedor econômico da casa e a mulher é responsável pelos afazeres domésticos. Em troca do cuidado com os filhos e com a casa a mulher, destituída de poderes, recebe o sustento e a proteção do marido (PATEMAN, 1988).

É baseado neste contrato tácito entre homem e mulher que histórica e culturalmente, o papel da mulher ficou restrito a esfera doméstica e as tarefas de cuidado e parentais. Com as mudanças que ocorreram nas últimas décadas (como as guerras e a pílula anticoncepcional) as mulheres foram ocupando espaços antes reservados aos homens, assim como ampliando as discussões sobre relações sociais de gênero e, inclusive, sobre a *discursividade* do gênero. Porém no meio rural a estrutura hierárquica entre homem e mulheres é mais rígida e conservadora, destinando a mulher um quadro de exploração e sobrecarga de trabalho, por isso a necessidade de articular as relações sociais de gênero ao desenvolvimento rural, ancorado na agricultura familiar, conforme nos propomos.

3.1 Da teoria feminista aos estudos de gênero

Parece-nos importante um breve resgate do caminho que a crítica feminista¹³ percorreu na sociedade e nas ciências humanas, antes de evidenciar o aporte teórico em que se baseia este estudo. É comum afirmar que a teoria feminista e os estudos de gênero são resultados de um frutífero diálogo entre movimento social e teoria acadêmica. Esta última é marcada pela articulação entre diferentes matizes teóricos e disciplinares (LIMA DA CONCEIÇÃO, 2009). Por isso, atualmente o debate acerca das desigualdades entre os sexos possui um caráter interdisciplinar (PEDRO, 2005).

A socióloga brasileira Lucila Scavone (2008) comenta que os estudos de gênero, em seu diálogo com as diversas teorias (marxismo, estruturalismo, psicanálise e pós-estruturalismo), passaram a integrar o conjunto das teorias sociais contemporâneas. Segundo a autora, muitos cientistas sociais recusam a “[...] relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-na [sic] de menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes” (SCAVONE, 2008, p. 174).

¹³ É importante esclarecer a diversidade de enfoques e teorias que se encontram sobre o guarda-chuva das teorias feministas. O próprio termo feminismo pode ter, no mínimo, três conceitos, segundo Delphy (1994). Assim, falamos em feminismo, referindo-nos à crítica elaborada na academia e nos movimentos sociais que tratem da desigualdade de gênero na sociedade.

Esta socióloga afirma, entretanto, a existência de uma sociologia feminista que se mantém no diálogo com a realidade e com os movimentos sociais:

Com maior engajamento crítico e político há o processo de construção de uma sociologia feminista que atenta para as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social, pois pressupõe que teoria e ação política se retroalimentam. Falar em uma sociologia feminista é considerar que estamos tratando de uma sociologia que faz uso das teorias feministas ou de uma ciência que é capaz de dialogar com essas teorias e considerar suas diversas matrizes teóricas. É, também, dizer que estamos tratando com as teorias feministas que dialogam com as Ciências Humanas e com a Filosofia, com as Ciências Exatas e Biológicas. (SCAVONE, 2008, p. 174)

Convencionalmente classifica-se o feminismo enquanto movimento social em três grandes fases ou “ondas”. A primeira, no século XVIII, foi influenciada pelos ideais da revolução francesa e norte-americana. A segunda, fruto da revisão do pensamento que acontece no final dos anos sessenta, é marcada pelo questionamento da construção social dos sexos biológicos. Nesse momento, a teoria feminista contemporânea começa, então, a ser construída, ganhando espaço no debate acadêmico. A terceira onda é a que vivenciamos na atualidade, a qual é marcada pela noção de construção discursiva dos sexos sociais e pela articulação com temáticas de classe, raça e sexualidade.

Os primeiros movimentos em defesa dos direitos femininos se dão nos séculos XVIII e XIX no marco do pensamento iluminista (MACÊDO, 2003). Esta fase é também denominada Feminismo Liberal devido à crítica que faz à filosofia liberal- ideais de liberdade e igualdade que inspiram as revoluções francesa e norte-americana (RODRIGUES DA SILVA, 2009). Questionam a contradição entre o ideal de universalidade dos direitos políticos e individuais com as justificativas legitimadas na natureza para a diferenciação de direitos entre os sexos. Entretanto, no início do século XX, o movimento perde força. As duas grandes guerras mundiais e a crise econômica nos anos 1920 são os principais fatores responsáveis pela frenagem da luta feminina por direitos civis e de igualdade (RODRIGUES DA SILVA, 2009).

É no final da década de sessenta que ressurge a temática feminista, acompanhando a ‘virada cultural’, momento de revolta popular contra o *establishment*, surgimento da Nova Esquerda e da contracultura (ADELMAN, 2009). Esse período é marcado pela mudança de paradigmas na sociedade e nos estudos científicos. A

releitura marxista empreendida pela psicanálise e a nova problematização da articulação entre ação (agência) e estrutura marcam esse período (referido na sociologia como ‘pós-estruturalista’). O pensamento científico rompe com alguns pontos do pensamento iluminista, incluindo uma nova concepção do sujeito.

É um momento de importantes rupturas no plano teórico da sociologia. Autores com Pierre Bourdieu, Antony Giddens e outros formulam teorias que rompem com a antiga discussão dicotômica sobre a formação e manutenção da sociedade. Para Pierre Bourdieu, há um momento objetivo em que os indivíduos internalizam as estruturas e um subjetivo em que externalizam essa criação, podendo manter ou alterar as estruturas sociais¹⁴.

O que os cientistas sociais de períodos anteriores discutiam era se as estruturas sociais formavam e limitavam as ações dos indivíduos ou, pelo contrário, se a ação desses indivíduos é que criava e mantinha as estruturas sociais. Os anos 1960 acabam com essa dicotomia e dão um novo enfoque à antiga questão. Estes autores abriram espaço para o estudo da diferenciação social, denunciando o duplo movimento de formação da sociedade e dos indivíduos.

Miriam Adelman (2009) destaca que esses movimentos abrem espaço para “novas formas de pensar” (ADELMAN, 2009, p.54). Essas “novas formas de pensar” levam a uma reformulação de paradigmas nas ciências da humanidade a qual repercute na sociologia. Impõe-se a necessidade de desafiar o conhecimento construído sobre uma visão androcêntrica de mundo, baseada no determinismo biológico e em dicotomias (razão/emoção, natureza/cultura, homem/mulher etc.) (ADELMAN, 2009). Lucila Scavone (2008) trata do contexto social em que se inseriam as mulheres nesse período. Para entender as questões colocadas pelo feminismo é necessário compreender as transformações históricas e sociais dos anos 1960. Esta autora explica:

Importante lembrar que esse feminismo teve como substrato material a sociedade urbano-industrial moderna, cuja configuração se acelerou justamente nesse período e foi marcada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, a qual se ampliou progressivamente no decorrer do século XX. Aos poucos, as mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho (doméstica e extradoméstica) e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar. Outro fator importante foi o

¹⁴ A esse respeito consultar: Bourdieu (1989, 1996 e 2004).

advento da contracepção medicalizada e segura nos anos 1960, dando possibilidade às mulheres de escolherem o número de filho/as que desejavam e romperem com o determinismo biológico e social da maternidade. (SCAVONE, 2008, p. 176).

O feminismo de segunda onda (1960, 1970 e 1980) se detém na busca pela origem das desigualdades sexuais e na luta contra a opressão masculina, questionando o fato de só os homens possuírem acesso à esfera política. Carloto (2001) comenta que nesse período figurava a preocupação com o entendimento das mulheres como seres dependentes e desvalorizados. Nos anos 1970, fica claro que homens e mulheres são produtos de uma criação social baseada nas diferenças sexuais. Essas construções sociais, que são legitimadas por argumentos biológicos, na verdade, sombreiam relações de poder.

O debate teórico evolui, surgem diferentes correntes atravessadas por ideologias e posicionamentos políticos. Podemos citar a bifurcação teórica e metodológica entre as feministas da igualdade e da diferença¹⁵ e o campo ideológico separado em correntes: feminismo liberal, socialista e radical¹⁶. Lima da Conceição (2009, p. 740) comenta que: “As diversas abordagens estavam no mesmo plano epistemológico. Tinham respostas distintas, apesar das perguntas serem as mesmas e de se buscar a resposta na causalidade social”.

Por diferentes caminhos as feministas de segunda onda reivindicam e apontam o caráter social dos sexos. A partir de então, a obra clássica de Simone de Beauvoir: “O segundo Sexo”- escrita nos anos 1940, é intensamente lida e serve de inspiração para diferentes embates no âmbito do feminismo. Scavone (2008) destaca algumas

¹⁵ A noção de identidade é a uma afirmação da categoria mulher, apontando a universalidade masculina no mundo social buscando uma identidade separada do homem. Aquelas engajadas nessa vertente lutavam pela afirmação da feminilidade e das diferenças entre homens e mulheres. Essa corrente diferencialista tinha como principais escritoras Luce Irigaray e Hélène Cixous (PEDRO, 2003). Contrapondo-se a elas no limiar dos anos 1970 surgem as igualitaristas. Reivindicam igualdade de direitos entre homens e mulheres, cuja principal representante é Simone de Beauvoir, a qual é também conhecida como perspectiva culturalista. “Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Sob esta ótica, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais” (ARAÚJO, 2005, p 45). A corrente diferencialista é esvaziada após a constatação da construção social dos sexos.

¹⁶ Os anos 70 também são conhecidos pelo surgimento do feminismo socialista, em contraponto ao feminismo liberal. Esta corrente teórica e ideológica do movimento fundamenta-se na teoria marxista e análise da exploração da mulher pelo capitalismo. Surge ainda a corrente do feminismo radical, inspirada, também, na obra de Simone de Beauvoir. Segundo Joan Scott, esse movimento lutava pelo fim das diferenças sexuais na política, o que é um paradoxo, contando que “a reivindicação tinha de ser feita em nome das mulheres (um produto do próprio discurso da diferença sexual), e acabava por alimentar a 'diferença sexual' que procurava eliminar” (SCOTT, 2002. p. 27).

escritoras da década de 1940 que “abriram caminho” para a construção de um campo de estudos feministas como Madeleine Guilbert e Margareth Mead. Mas, ressalta que Simone de Beauvoir, na área da filosofia e da literatura, “abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo” (SCAVONE, 2008, p.175).

Simone de Beauvoir produz uma ruptura epistemológica ao questionar a determinação biológica dos sexos e demonstrar como a mulher é um conceito construído na socialização (ADELMAN, 2009). A construção do feminino se dá na diferença com o masculino e não por destino biológico, psíquico ou econômico (BEAUVIOR, 1967). Não há relação inerente entre as diferenças biológicas dos sexos e as diferenças criadas e mantidas pela sociedade entre o homem e a mulher. Sublinha, então, que a construção social dessas diferenças regula o comportamento e as atividades dos sexos. Assim, o padrão de feminilidade e as tarefas atribuídas à mulher não se explicam no âmbito das diferenças morfológicas com o homem, mas na criação social do feminino e masculino. Dessa forma:

A célebre frase de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, inaugurou uma nova era para o feminismo, pois se compreendeu que o ser mulher é uma construção cultural. Argumentos foram utilizados para desconstrução da premissa da fragilidade natural da mulher. Não é natural a desigualdade e sim a diferença biológica” (MACEDO, 2003, p.30, aspas no original).

Já nos anos 1980, os movimentos de operárias e negras americanas denunciaram outras formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, como as de classe e de raça. Daí começa o entendimento de que a categoria mulher não existe enquanto totalidade e unanimidade. Há mulheres em diferentes contextos socioculturais sendo dominadas e oprimidas de diferentes formas. Nesse período o estudo feminista detém-se sobre a articulação entre relações sociais de gênero e de classe e a dupla-opressão sofrida pelas mulheres. Lima da Conceição (2009) destaca que, nesse momento, o feminismo carecia de um objeto que se prestasse à análise dos fenômenos estudados; embora tivesse o problema teórico, não tinha o “objeto formal”. Afinal, é errôneo adotar ‘mulher’ enquanto categoria única e representativa, no sentido universal. Havia uma confusão metodológica ao tomar a mulher (no singular) como objeto de análise. Os estudos feministas passam a utilizar o termo “gênero” com o intuito de escapar dessa confusão metodológica. É nos anos 1980 que Joan Scott

define o conceito de gênero enquanto categoria de análise, sendo este termo normalmente visto como desconstrução da categoria analítica ‘mulher’ como a única possível para estudos nesta área.

Compreendemos que os estudos de gênero e sua conceitualização ajudaram na percepção de que não apenas a mulher que é oprimida na construção social dos sexos, mas homem também é o, pela responsabilidade e necessidade de manter o status de “macho” provedor do lar. Permitiu também, trazer a discussão outras formas de opressão de gênero e sexualidade (como homossexuais, travestis, transgêneros e transsexuais). Neste estudo, porém, nos deteremos à categoria mulher, enquanto construção social sobre o sexo biológico, que traz para aqueles identificados nesse gênero a necessidade de responder a certos códigos de conduta, desempenhar papéis e ocupar um local na escala de poder determinado pelas relações sociais de gênero (SCOTT, 1991). Entendemos, porém, que esta é uma questão de gênero e não apenas da mulher.

No limiar dos anos 1990 passa-se à discussão de uma falsa dicotomia sexo e gênero, inaugurando a Terceira Onda do Feminismo. Judith Butler, inspirada nos movimentos sociais de lésbicas e gays, questiona o caráter discursivo do sexo social. A autora (2003) enfatiza o gênero como um fenômeno inconstante e contextual que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto de encontro das relações culturais e históricas. Lima da Conceição (2008) afirma que não significa negar o sujeito, mas sim perguntar sobre seu processo de construção e significado político. Ela explode a noção identidade única das expressões de gênero, já que tal identidade (ser mulher ou ser homem) é socialmente construída (LIMA DA CONCEIÇÃO, 2008). Atualmente o dualismo sexo/gênero, que marcou as primeiras teorizações, tem sido bastante criticado.

Assim como os estudos feministas contribuíram para o desenvolvimento do pensamento sociológico, diferentes estudos sociológicos contribuíram para a evolução das teorias feministas. A brasileira Lucila Scavone (2008) destaca o enfoque de gênero que Nancy Fraser (1987) dá ao trabalho de Habermas, invocando as ações comunicativas entre homens e mulheres. Habermas opõe a família enquanto esfera de reprodução simbólica ao trabalho social como esfera de reprodução material. Desta

forma, o autor encobre o trabalho das mulheres na esfera doméstica e por isso recebeu crítica das feministas.

Outros autores referenciados pelas teóricas do feminismo são Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Foucault em especial é bastante utilizado em quadros teóricos sobre poder e dominação. Não obstante, ele recebe críticas pela ideia de que o discurso normativo da sexualidade deve ser desconstruído individualmente, o que contrasta com a noção de saída coletiva pregada pelos movimentos feministas (SCAVONE, 2008). Nesse contexto, vale dizer que as principais exponentes dos estudos de gênero, a historiadora Joan Scott e a filósofa Judith Butler, mantêm estreito diálogo com a obra *foucautiana*. Nas palavras de Lucila Scavone:

Dos autores contemporâneos, Michel Foucault foi um dos pensadores cuja teoria proporcionou maior possibilidade de diálogo com o feminismo, especialmente, por suas análises sobre as questões do corpo, da sexualidade, da Medicina, das tecnologias de poder, mostrando como produzem sujeitos/corpos disciplinados. Alguns aspectos de sua teoria foram utilizados pelas estudiosas feministas – a analítica do poder, a crítica ao sujeito único universal, a aceitação da diversidade e multiplicidade das relações sociais e apresentam elementos com muitas afinidades com o feminismo e que contribuíram para o avanço das teorias de gênero. (SCAVONE, 2008, p.181)

Por outro lado, Pierre Bourdieu foi “[...] um dos teóricos que mais suscitaram adesões, críticas e rejeições entre as teóricas feministas com os seus estudos e reflexões sobre a dominação masculina, provavelmente, por seu lugar de intelectual dominante, mas, sobretudo, pela aplicação de sua teoria a um objeto cujo desenvolvimento teórico já estava muito mais avançado do que o construído por seu campo analítico” (SCAVONE, 2008, p.182). A socióloga Scavone refere-se às críticas dirigidas a Bourdieu por não utilizar autoras feministas em sua análise da dominação. Para Devreux (2008), Bourdieu enxerga a dominação simbólica como mais importante que a dominação material exercida no campo da divisão sexual do trabalho. Outra crítica dirigida ao sociólogo francês refere-se à incorporação (aceitação) da dominação pelas mulheres, internalizada pelo *habitus* (sistemas de disposições que internalizam as estruturas sociais e que são posteriormente externalizados construindo ou reconstruindo as estruturas sociais).

Bourdieu, em sua obra, “A dominação masculina” (2014), responde a estas críticas. O autor, no prefácio à edição alemã, justifica o livro como forma de corrigir

suas análises anteriores sobre o tema. Quanto à impossibilidade de mudança da ordem social (pela internalização do habitus) argumenta a necessidade de des-historicizar as estruturas sociais de sexo para, assim, alterar a ordem social de dominação masculina (BOURDIEU, 2014, p.5). Com efeito, Lucila Scavone (2008) salienta que os conceitos de Bourdieu são ainda utilizados pela crítica feminista, principalmente os “[...] relacionados a [sic] dominação, poder e violência simbólica, a trabalho e a condições de sua reprodução, e a [sic] própria noção de habitus, de campo, entre outros, para o entendimento da permanência da dominação masculina” (SCAVONE, 2008, p. 182).

Por fim, é importante atentar para o risco de contar a 'história feminista' como uma narrativa linear e causal. O fato é que “Em um contexto feminista, é sempre uma questão de poder e autoridade determinar quais estórias predominam ou são elididas ou marginalizadas” (HEMMINGS, 2009, p.219). O que fizemos até aqui foi no intuito de demonstrar o caminho teórico que a identificação da construção social dos sexos percorreu nas ciências e como a categoria universal ‘mulher’ foi sendo esvaziada.

3.2 Relações sociais de gênero e o papel da mulher

Existem aqueles que ponderam que a perspectiva de gênero introduz um novo paradigma nos estudos feministas (MACHADO, 2008). Isso porque possibilita abordar as diferentes formas de opressão, além de melhor problematizar questões como orientação e identidade sexual. Para alguns (SCAVONE, 2008; LIMA DA CONCEIÇÃO, 2000) o emprego deste conceito permitiu maior científicidade aos estudos feministas (agora tratados como estudos de gênero). Isso por que trata da opressão feminina sem abordar ‘a mulher’ como uma categoria universal e monolítica, o que traz implícito uma unidade que na realidade não existe.

O conceito ‘gênero’, para certos autores (LIMA DA CONCEIÇÃO, 2009; SCAVONE, 2008; PEDRO, 2005), inaugura um novo momento do feminismo

denominado por vezes como pós-feminismo¹⁷, feminismo contemporâneo ou pós-moderno. A introdução desta noção permite um avanço nos estudos acadêmicos, caracterizada pela teorização intensa. Isso porque o conceito de gênero fornece um ‘objeto concreto’ à pesquisa. No nosso caso, os estudos de gênero são úteis para descrever e compreender as condições desiguais que levam à migração feminina para a zona urbana. Nenhuma corrente específica, no nosso entendimento, dá suporte para entender as relações sociais de gênero perpassadas pelas relações sociais no âmbito da agricultura familiar. Assim, nas linhas que seguem abordaremos apenas os aspectos das teorias de gênero que apresentam relevância para o caso da mulher rural.

A conceptualização de gênero envolve a construção social dos sexos, diferenciação criada e mantida na e através das relações sociais, simbolizações culturais e relações de poder. Esta diferenciação baseia-se nas características morfológicas dos indivíduos, criando a noção de direitos e deveres “naturalmente” diferentes aos sexos. Tal noção serviu de justificativa para o estabelecimento de relações de poder que definem o masculino em uma hierarquia mais alta na escala de poder. Os primeiros estudos de gênero dedicam-se a apreender como se construíam as relações sociais de sexo, qual sua base e como é posta na vida social nos diferentes arranjos históricos e culturais. Porém, possuíam caráter demasiado descritivo (SCOTT, 1991; TILLY, 1994), até que a historiadora Joan Scott (1991) conceitua ‘gênero’ enquanto categoria útil de análise.

Scott (1991) define gênero como constitutivo das relações sociais (baseadas nas diferenças biológicas dos sexos), sendo também, uma forma de significar relações de poder. Dessa forma, as relações sociais de gênero estão implicadas nas esferas simbólicas da sociedade (a exemplo de representações sobre os papéis sociais), nos conceitos normativos (expressos na religião, educação, ciência, política e direito) e na identidade subjetiva (a noção de poder em si, relacionando-se às distribuições do poder) (SCOTT, 1991). Esta distribuição de poder implica no controle ou no acesso aos recursos materiais e simbólicos.

¹⁷ Esses nomes aludem o diálogo que a teoria feminista busca estabelecer com correntes teóricas do pós-estruturalismo, a exemplo da influência que exercem Foucault e Derrida em Judith Butler e Joan Scott.

Para Joan Scott (1991), a sociedade constrói o gênero e este serve de argumento e justificativa para o estabelecimento de diferenciações dentro da sociedade como um todo. Para esta historiadora, o 'gênero' torna-se testemunha de relações e fenômenos que nada tem a ver com a sexualidade ou com a diferença biológica dos sexos. Chama de legitimação de gênero, processo mantido nas relações sociais de gênero (SCOTT, 1991). Desse modo, a carga cultural que estabelece o gênero está impregnada na sociedade e não apenas nos assuntos que envolvem a mulher diretamente. É um modelo cultural que se impõe sobre os corpos em função de seu sexo biológico, exigindo que exerçam papéis sociais diferenciados. Por isso, gênero, enquanto uma categoria útil para a análise, ganha valor heurístico (MACÊDO, 2003). Assim:

A produção de nossa existência tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea. A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência (CARLOTO, 2001, p. 201).

Dessa forma, as relações sociais de gênero são produzidas e reproduzidas dentro de uma lógica patriarcal. Segundo essa ótica, as relações entre homens e mulheres são tidas sobre uma espécie de contrato firmado no casamento (PATEMAN, 1988). Nesse contrato a obrigação do homem é prover o lar e a da mulher é cuidar dos filhos e da manutenção da casa. Daí advém a naturalização do papel feminino. Cuidar e amar são considerados como características inerentes à mulher, daí fundamenta-se a lógica da divisão sexual do trabalho e a ligação da mulher com as tarefas de cuidado, que retomaremos a seguir.

A divisão sexual do trabalho é estudada (KERGOAT, 1996, 2002, 2003; HIRATA, 2002; HIRATA e KERGOAT, 2007) como a base da desigualdade entre homens e mulheres, que na sociedade se expressa e se reproduz nas relações sociais de sexo. São relações de poder que colocam o homem em uma escala superior à da mulher, caracterizando-se a dominação masculina. Para além do quadro teórico interessa-nos, nessa corrente, a forma como percebem o trabalho social articulado entre os papéis sociais de homens e mulheres.

Para estudarmos a condição feminina no âmbito da agricultura familiar é importante trazer aspectos da corrente francesa referente à divisão sexual do trabalho.

Essa escolha pode ser considerada ambígua pelos estudos feministas, isso porque as autoras francesas resistem ao uso do conceito de gênero. Dentro de uma perspectiva marxista, um dos seus principais argumentos é que o termo gênero ‘suavizava’ a tensão existente nas relações sociais de sexo. Afinal, parte do movimento feminista francês situou-se no interior de partidos de esquerda. (KERGOAT, 1996; KERGOAT e HIRATA, 1994; SCAVONE, 2008).

A discussão entre as autoras francesas e as autoras do “gênero” é mais uma distinção de orientações teóricas. De forma que, em nossa análise utilizaremos essas perspectivas enquanto ferramentas interpretativas da realidade feminina no meio rural. Tampouco nos guiaremos exclusivamente pelo aporte teórico que elas pressupõem, seja no caso das marxistas francesas, seja no caso das pós-estruturalistas do gênero. Assim, entendemos que podemos lançar mão das características da divisão sexual de trabalho, sem deixar de entender a perspectiva das relações sociais de gênero expostas por Scott (1991). Por fim, para a historiadora Karen Ofen (2011), o termo gênero surgiu antes mesmo de Simone Beauvoir e de Joan Scott. Ela aponta que no idioma francês há uma distinção clara entre sexo (sexo biológico: macho e fêmea) e gênero, *genre* em francês, (construção social: feminino e masculino). Esta historiadora declara: “[...] é errôneo considerar que “gênero” não tenha um uso aceitável em francês, eu espero também ter convencido as historiadoras francesas a abraçar essa herança” (OFEN, 2011, p. 62, aspas no original). Não sabemos se foi o apelo de Ofen que convenceu as francesas, mas o fato é que a aversão ao termo gênero parece diminuir. Em obras recentes, até mesmo Kergoat e Hirata (2007) utilizam o termo gênero.

Kergoat (2003, p. 56) define divisão sexual do trabalho como “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.)”. Para ela a divisão sexual firma-se sob dois princípios organizadores: o da separação (há trabalhos para homens e para mulheres) e o hierárquico (o trabalho dos homens vale mais que o das mulheres) (KERGOAT, 2002, 2003; HIRATA; KERGOAT, 2007). Esses princípios organizam a divisão do trabalho em todas as sociedades conhecidas, os quais, invariavelmente, são legitimados pela ideologia naturalista. Já Kergoat (2002) considera que o trabalho

seja a base material das relações sexuais, assim como o poder é a base ideativa (determinismo biológico/naturalização como ideologia de legitimação).

A divisão sexual do trabalho, para Devreux (2008), é uma divisão social, uma organização social do compartilhamento do trabalho, que é transversal a toda sociedade, articulando o trabalho produtivo e o reprodutivo. Assim, nas diferentes sociedades, a mulher envolve-se no trabalho reprodutivo, sendo parcial ou totalmente excluída do trabalho produtivo.

É importante atentar para o fato de que, as tarefas reprodutivas não são apenas as ligadas à reprodução familiar, mas também ao trabalho parental e de cuidados (DEVREUX, 2008). Hirata (2002) comenta que o trabalho doméstico ‘naturalizado’ como responsabilidade da mulher ocasiona uma dupla-jornada do trabalho feminino. Algumas características do trabalho doméstico reforçam a exploração feminina como a servidão e a gratuidade, sendo que a gratuidade aponta para a invisibilidade e desvalorização deste tipo de trabalho.

A divisão de trabalho é explicada como algo necessário ou como uma reunião de esforços que é supostamente benéfica a todos, associando-se a imagem feminina à disposição e vontade de servir ao outro. As tarefas são realizadas sem exigir nada em troca, por puro altruísmo, como algo natural ao feminino e por isso considerada parte da construção social do gênero. Dessa forma, o trabalho doméstico é explicado em termos de naturalização das diferenças biológicas. Bila Sorj (2004) coloca o cuidado como um tema prioritário para o feminismo pensar a exploração das mulheres, sendo um dos motivos que dificultam a divisão equitativa das tarefas domésticas.

Embora a mulher esteja ascendendo (lentamente) na escala de poder, a ideologia sexista, que prevê a supremacia masculina, ainda é muito presente, assim como uma visão de mundo patriarcalista. O estudo proposto se limita à análise das interações estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade, mais especificamente em termos da dominação do homem sobre a mulher. Vale ressaltar que compreendemos o gênero como um sistema de relações sociais e de poder estruturadas de forma binária entre “homens” e “mulheres”. Esta binarização tem como argumento o sexo biológico, mas na verdade é uma construção social e não biológica. Sendo assim, gênero é um aspecto da identidade social que é atribuído ao

ser humano no momento do seu nascimento, com base no sexo biológico, o que traz uma falsa noção de naturalização dos papéis do homem e da mulher. O gênero está ligado ao poder e ao ideário da opressão de um gênero (homens) sobre o outro (mulheres), e também a um sistema rígido que força todos a se identificar como homem ou mulher. Porém, o gênero também opõe também àqueles que são associados ao masculino, ao forçá-los a adequar-se ao contrato sexual (LERNER, 1986; PATEMAN, 1988).

Apesar da importante contribuição da crítica feminista para os estudos sociológicos, as teorias que se apresentam parecem-nos limitadas para pensar o caso específico da mulher rural. Já há muitos anos, os gêneros de outras que lhe são transversais, como as de classe (HIRATA e KERGOAT, 1994) e as de raça (CARNEIRO, 2003). Dessa forma, embora estes estudos subsiditem a visualização do desequilíbrio de gênero no meio rural, não permitem ver especificamente a complexidade das relações sociais tecidas no contexto da agricultura familiar.

4. GÊNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Partimos do suposto que, apenas as teorias de gênero não nos permitem acessar a complexidade e singularidade em que se encontram imersas as agricultoras, assim como os unicamente estudos rurais não fornecer-nos-iam estes subsídios, por isso a necessidade do cruzamento entre estes campos teóricos.

4.1 O papel da mulher na agricultura familiar

Na agricultura familiar as relações sociais de gênero reproduzem-se em um espaço marcadamente conservador e patriarcalista. Nesse sentido, a mulher possui restrito poder decisório no âmbito econômico familiar (BRUMER, 2004), sendo, muitas vezes, preterida da herança da propriedade familiar (CARNEIRO, 2001; DEERE; LEÓN, 2002). O trabalho feminino, na agricultura, é desvalorizado e sobre carregado pelas tarefas domésticas. Assim, as relações sociais de gênero mostram-se legitimadas no argumento biológico, restando o entendimento de que as atividades desenvolvidas pelas mulheres requerem qualidades que apenas elas possuem (BRUMER, 2004). Tratam-se das obrigações na esfera de reprodução, sendo que essas qualidades se baseiam na natureza (biologia) e na aquisição através do processo de socialização. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho é um aspecto bastante importante quando pensamos a situação da mulher na agricultura familiar.

No contexto do meio rural, é possível explicar a divisão do trabalho entre homens e mulheres através da teoria da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, o espaço público é designado ao homem e o espaço doméstico, incluindo as tarefas de reprodução e parentais, é destinado à mulher (BRUMER, 2004; PAULILO, 2000, 2004; PAULILO; BUENO DE GRANDI, 2000). Paulilo e Bueno de Grandi (2004) apontam que as mulheres saem menos de casa que os homens e quase nunca dirigem automóveis. (BRUMER, 2004; PAULILO, 1987). Emma Siliprandi (2000) observa que as mulheres rurais participam das atividades coletivas na extensão rural (reuniões, oficinas, cursos e seminários) em número reduzido, e quando estão presentes nessas atividades, envolvem-se mais em temas como saúde e educação e em menor intensidade em temas econômicos e produtivos. Verifica-se, assim, o princípio de separação: há trabalhos (e espaços sociais) para o homem e outros trabalhos (e espaços sociais) para a mulher. O trabalho também possui as propriedades de hierarquização: o trabalho do homem vale mais, e o da mulher é visto como ajuda e trabalho 'leve' (PAULILO, 1987). Embora, Paulilo (1987, p.70) deixe claro que "o trabalho é classificado como "leve" não pelas suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar". Nesse sentido:

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles" (BRUMMER, 2000, p.13, aspas no original).

No final dos anos 1970, Heredia (1979), ao estudar as famílias do meio rural nordestino, demonstrara a oposição entre "casa" e "roçado", ou seja, a unidade de consumo e de produção nas unidades agrícolas familiares. O que é produzido no 'roçado' é consumido em 'casa'. Para esta autora, as atividades que os membros do grupo doméstico desenvolvem no roçado ou na casa influenciam diretamente na hierarquia familiar (HEREDIA, 1979). Assim:

O pequeno produtor, como pai de família, é quem deve prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico. E como os bens necessários a consumo são fornecidos pelo roçado ele é o responsável pelas atividades que se realizam no mesmo. Desta forma, o lugar do homem é no roçado, enquanto o da mulher, mãe de família, é a casa. [...] No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa,

é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema de autoridade doméstica. (HEREDIA, 1979, p.78 - 79, destaques no original)

Conforme argumenta Heredia (1979), é a oposição entre casa e roçado que delimita o que é e o que não é trabalho. Embora a distância temporal e geográfica, o raciocínio de Beatriz Heredia pode ser facilmente extraído para a situação que estudamos. Dessa forma, na agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho pressupõe uma subordinação entre os gêneros (SILIPRANDI, 2000, p.3).

O trabalho da mulher, no âmbito da agricultura familiar, não se restringe à esfera dos trabalhos reprodutivos, haja vista as atividades desempenhadas em caráter parcial ou integral na lavoura e em atividades de autoconsumo. Entretanto, na esfera familiar, o trabalho feminino não é considerado como trabalho produtivo, “[...] nem mesmo nos casos em que a existência desses produtos contribui, como todos os outros, para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via venda” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 4). Segundo Heredia e Cintrão (2006), o trabalho agrícola da mulher é considerado como extensão das tarefas domésticas, como “ajuda”. Sendo assim, a contribuição do trabalho feminino não é considerada em termos monetários, aspecto que contribui para a submissão da mulher rural.

Assim, na agricultura familiar, a necessidade de combinar a mão de obra familiar e o trabalho sazonal na agricultura propicia a naturalização da divisão sexual por idade e gênero (NOBRE et al, 2005). Dessa forma Miriam Nobre, Nalu Faria e Maria Silveira chamam a atenção:

A naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade [...]. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. (NOBRE et al, 2005)

Vale ainda ressaltar, que na região onde localiza-se esta pesquisa, há uma forte influência da cultura germânica e pomerana, devido à colonização por imigrantes europeus não-ibéricos do Rio Grande do Sul. Neste contexto, é forte a influência da religião evangélica luterana e da ética do trabalho na formação da identidade dos descendentes de imigrantes (SEYFERTH, 2000). Segundo esta autora: “A formação de uma cultura e de uma identidade étnica teuto-brasileira está relacionada ao processo histórico de colonização (ainda que compartilhado com imigrantes europeus de outras etnias)” (SEYFERTH, 1994). A consequência disto é que as relações sociais

de gênero são perpassadas por relações sociais étnicas, marcadas profundamente pelo imaginário do imigrante, em que o trabalho é fonte de sucesso pessoal. Essas relações atribuem à mulher o papel de mãe e responsável pelo lar, sendo que a ética de trabalho torna-se uma justificativa para o acúmulo de trabalho feminino. Ademais, cabe destacar que existe um forte argumento religioso, alicerçado, especialmente, no âmbito das Igrejas de Confissão Luterana, ainda expressivamente presentes nos espaços rurais do sul do Brasil. Tal condição aliada às características das relações sociais de gênero na agricultura familiar, as quais comentamos anteriormente, tornam o objeto de estudo inalcançável apenas com as teorias de gênero.

Nota-se como as teorias apresentadas permitem entender as maneiras e argumentos para a opressão e sobrecarga de trabalho vivida pela mulher rural. Por um lado, as relações de gênero permitem a reflexão sobre a construção social que limita a atuação feminina, baseando-se na concepção do sexo biológico. Por outro lado, os princípios expostos por Danièle Kerfoot (2002; 2003), relacionados à divisão sexual do trabalho, são úteis para entender a divisão tradicional do trabalho no meio rural. Porém, estas teorias possuem limitações ao não nos permitir ver os aspectos intrínsecos à mulher inserida na agricultura familiar. As próprias autoras destacam a necessidade de estudar as relações sociais de gênero perpassadas pelas demais relações que configuram o campo social (KERFOOT, 1996)

Nesse sentido, a sociedade rural é mais conservadora que a urbana (AGUIAR, 2000), predominando uma visão patriarcalista que restringe a liberdade feminina. Na agricultura familiar as relações familiares e de trabalho se confundem, com o qual, a situação da mulher rural é bastante peculiar. A dupla jornada de trabalho doméstico e na lavoura (PAULILO et al, 2000; PAULILO, 2004), o pouco poder decisório no âmbito produtivo (DEERE; LÉON, 2002), a herança da terra prioritária ao homem (CARNEIRO, 2001) e a limitação de políticas públicas, são alguns dos motivos elencados para o êxodo rural seletivo por sexo (BRUMER, 2004). Para abordar tais aspectos, é necessário ir além das relações sociais de gênero. É preciso compreender o contexto das interações sociais próprias do ambiente rural, sobretudo porque se trata de um espaço social em que a privação de recursos e de oportunidades é a realidade de muitas comunidades. Situação, inclusive, reconhecida pelo governo

brasileiro que busca enfrentá-la via criação de políticas públicas que elegem as mulheres rurais como público alvo.

Estudos sobre gênero no desenvolvimento rural apontam que as mulheres são uma ferramenta para o resgate do contato do homem com a natureza e primordiais para estabelecer a segurança e soberania familiar das famílias. Sendo necessário que o trabalho da mulher esteja articulado as demais dimensões do desenvolvimento rural, além de políticas públicas, a interação da esfera social para comercialização de seus produtos na redes de comercialização, a valorização e o resgate ambiental e ecológico de seu trabalho e seu empoderamento político e social.

4.2 A perspectiva de gênero no desenvolvimento rural

Consideramos que o espaço rural se constitui em uma situação singular em relação ao âmbito urbano, isso porque no meio rural a população encontra-se exposta a um 'déficit de cidadania' (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2010), situação essa que é pior para o caso das mulheres. Entretanto, o Estado mostra-se consciente deste problema como evidenciam as políticas públicas criadas recentemente e destinadas prioritariamente às mulheres do meio rural. Todavia, invariavelmente essas políticas limitam-se no sentido de tomar a agricultura familiar como um bloco monolítico, desconsiderando as características que variam entre os estabelecimentos agropecuários e as contradições existentes em seu interior. É no intuito de compreender essa complexidade que consideramos a necessidade de articular referenciais analíticos de gênero com os de desenvolvimento rural.

Presente de forma constante nos diferentes enfoques do desenvolvimento rural está a noção de justiça social. Neste novo enfoque está implícita a ideia de que as injustiças sociais de diferentes tipos devem ser combatidas. Alguns estudos sobre a mulher no meio rural começam a apontar que esta nova concepção de desenvolvimento, por dedução lógica, também deveria incorporar o enfrentamento aos problemas de desigualdade entre homens e mulheres.

Podemos também destacar a importante contribuição do Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia (1998), sobretudo na obra intitulada: “Desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2010). Essa noção permite que pensemos a situação das pessoas no meio rural como submetidas, em maior ou menor medida, a uma condição de exclusão social, em especial as mulheres que se encontram submetidas as desigualdades oriundas das relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Segundo essa visão, admite-se que para desenvolverem-se plenamente as pessoas precisam desfrutar de liberdades substantivas, ou seja, não é apenas ter o direito formal de exercer a liberdade, mas também as condições materiais para isso. Esse enfoque enxerga a situação da mulher como privada de suas liberdades. A mudança social depende, então, da evolução da sua condição de agente.

A vinculação da ideia de gênero no contexto do desenvolvimento sustentável tem sido estudada por autores como Emma Siliprandi que destaca as contribuições e limites do feminismo no desenvolvimento rural e vice-versa (SILIPRANDI, 2000). Assim, Siliprandi (2002) chama atenção para o direcionamento de gênero das políticas públicas:

No caso das agricultoras, as lutas têm sido para reverter a situação de invisibilidade em que se encontram, e, em geral, enfatizam a necessidade de se colocarem recursos nas mãos das mulheres, para melhorar as condições de produção dos produtos agrícolas de subsistência. Salienta-se também a necessidade de melhorar sua educação, seu acesso a informações nutricionais e de saúde, como uma forma de melhorar sua própria nutrição, das crianças e demais membros da família. Também aqui se observa que, quando se consegue torná-las beneficiárias diretas de programas e projetos, os resultados em termos de empoderamento são evidentes. No entanto, a grande maioria das políticas de apoio ao desenvolvimento rural (como reforma agrária, crédito e assistência técnica) ainda tem “os chefes de família” – leia-se “homens” – como beneficiários (SILIPRANDI, 2002, p.67).

Há estudos (BURG; LOVATTO 2007; SILIPRANDI, 2000; 2007) que apontam o engajamento das mulheres em formas alternativas de produção agrícola como um caminho para a construção do desenvolvimento rural e para a flexibilização das relações sociais de gênero. Para Burg e Lovatto (2007) as mulheres possuem um conhecimento sobre os agroecossistemas que manejam, desempenhando o papel de administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas. Segundos estes autores:

Esse papel é tão mais importante quando considerarmos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica e também se considerarmos que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural (BURG; LOVATTO, 2007, p. 4).

Nesse sentido, surge entre os movimentos sociais o “ecofeminismo”, o qual alia a questão ambiental à discussão de gênero (SILIPRANDI, 2000). Muitas vezes, em que as famílias optam por modelos de produção mais ecológicos, são as mulheres que induzem esta mudança. Por isso, Siliprandi (2000; 2007) defende que as mulheres devem engajar-se nas lutas ambientais. Devemos citar também a contribuição ecofeminista de Vandana Shiva (1991) que traça um paralelo entre a violência com mulheres e com a natureza em relação as bases materiais do mundo capitalista. Assim, é possível imaginar que para o desenvolvimento rural, com foco na preservação do meio ambiente e na geração de alimentos, é imprescindível o engajamento da mulher como promotora deste processo, esta é também uma alternativa para construir o desenvolvimento rural sem exploração do trabalho feminino.

Outros estudos realizados no Brasil, como o de Analisa Zorzi (2008), centram a atenção sobre as questões de gênero a partir da criação da mais importante política de crédito dirigida ao fomento da agricultura familiar, com ênfase na linha específica (PRONAF Mulher) dirigida ao público feminino. Este estudo destaca o significativo ganho em autoestima que a gestão de um negócio próprio propiciou às mulheres rurais. Porém, esta situação não teve influência sobre práticas históricas e sociais que determinam o papel da mulher no âmbito da agricultura familiar.

A liberdade supõe não apenas o respeito aos direitos dos indivíduos, mas acesso aos meios (materiais e simbólicos) para expressar suas potencialidades. Assim, as liberdades substantivas envolvem a possibilidade de exercer uma ação política, ou seja, participar das decisões na sociedade. Os indivíduos necessitam de condições sociais adequadas para adquirir a condição de agente e não serem vistos como atores passivos à espera das benesses dos programas sociais do governo.

Assim é o caso das mulheres, as quais, para Sen (2010), foram sempre negligenciadas nas discussões sobre desenvolvimento e para as quais a condição de agente “[...] é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, e sua

determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente com muitas características centrais do processo" (SEN, 2010, p. 263).

A liberdade substantiva diz respeito à igualdade assegurada para o desenvolvimento das capacidades e funcionamentos, fruto dos processos e oportunidades que só um ambiente democrático é capaz de oferecer. Essa visão de desenvolvimento engloba o papel da mulher e é vista como crucial para os objetivos que persegue esta pesquisa. Assim, graças à obra de Sen, podemos pensar o desenvolvimento rural do ponto de vista da privação de liberdades substantivas da agricultura familiar e, em especial, a condição de livre agente da mulher rural. Esta perspectiva ainda nos auxilia a entender o papel do Estado e das políticas públicas nesse sentido, daí a necessidade de explorar essa dimensão na pesquisa em Arroio do Padre.

5 O CONTEXTO EMPÍRICO: AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

O Brasil e o estado do Rio Grande do Sul são marcados pela concentração fundiária, embora apresentem expressiva população de agricultores familiares. A agricultura familiar gaúcha possui diferentes características influenciadas pela formação social, cultural, política e econômica dos 497 municípios deste estado meridional, onde a região sul é a menos desenvolvida econômica e socialmente. Os municípios do sul apresentam maior concentração de terras e uma agricultura familiar marcada pela descendência germânica. A metade sul reflete a industrialização da agricultura nos anos 1970 e o acentuado êxodo rural. As famílias que persistiram passaram a produzir para a indústria de transformação de vegetais, a qual nos anos 80 teve seu ápice e seu fim, mais uma vez refletindo em abandono do campo. Atualmente, boa parte das unidades produtivas familiares produzem tabaco em sistemas de integração produtiva com as indústrias fumageiras.

O Censo Agropecuário de 2006 identificou a existência de 4.367.902 explorações de caráter familiar no Brasil, as quais correspondem a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários. A área total ocupada por esses estabelecimentos equivale a 80,25 milhões de hectares, correspondentes a 24,3% da área total, o que demonstra a situação de concentração de terras no país. Os estabelecimentos não-familiares representam 15,6% do total e ocupam 75,7% da área total. Assim, a área média ocupada pelos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares, sendo a dos não familiares de 309,18 hectares.

Outro dado levantado pelo IBGE destaca a participação da agricultura familiar na ocupação da mão-de-obra, chegando a 74%, contra 25,6% no caso das propriedades não familiares (IBGE, 2006).

Sacco dos Anjos e Caldas (2005) destacam a importância econômica da Região Sul do Brasil, a qual compreende Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Segundo estes autores, a região ocupa apenas 6,7% da área total do território, é responsável por quase 19% do PIB brasileiro e por 26% das exportações totais do país. Nesse sentido, o estado do Rio Grande do Sul é considerado como sendo a quarta economia do país (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Segundo a mesma fonte, a participação no Produto Interno Bruto (PIB) deste estado na formação do PIB nacional corresponde a 6,7%.

A economia do Rio Grande do Sul é marcadamente estruturada sobre a atividade agrícola geradora, não apenas de recursos diretos ao PIB estadual, mas também indiretamente através da industrialização de produtos primários. Ainda segundo o Atlas Sócio Econômico do Rio Grande do Sul (2014), são dois os setores hegemônicos da economia do estado sul-rio-grandense: a agropecuária e a indústria de transformação. Nesse sentido, destaca-se a expressiva presença da agricultura familiar.

O censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) identificou a existência de 441.347 estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul, sendo que 378.426 deles são de caráter familiar, os quais ocupam uma área de 6.171.622 hectares. No extremo oposto, os 62.921 estabelecimentos não familiares ocupam uma área de 4.027.867 hectares. Todavia, nada menos que 85,8% dos estabelecimentos agropecuários gaúchos possuem área inferior a 50 hectares, concentrando apenas 24,4% da área total (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Assim, a estrutura fundiária no Rio Grande do Sul é marcada pela concentração de terras, mesmo com a forte expressão da agricultura familiar.

Na região Sul do RS a situação não é diferente, marcada pela concentração de terras e de renda, a região ocupa mais da metade do território do estado. Zona de relevo plano onde predomina a atividade pecuária e o monocultivo de grãos. A região foi colonizada, na segunda metade do século XIX pelos imigrantes europeus não ibéricos. Os quais praticavam uma agricultura tradicional, baseada na diversidade de

cultivo e na produção para o autoconsumo. De acordo com Sacco dos Anjos; Caldas e Griep:

O auge das colônias coincidiu com o alto nível de diversificação produtiva das comunidades rurais, responsáveis por engendrar as bases de uma indústria rural de natureza artesanal, mas bastante importante à época. Dela fazem parte os moinhos coloniais, as primeiras cantinas de vinho e, sobretudo, as primeiras indústrias de conservas de pêssego e de aspargo. (Sacco dos Anjos; Caldas; Griep, 2010. p.116)

O presente estudo se insere dentro desta região sul do estado do Rio Grande do Sul. Nesta região, segundo Costa, Froehlich e Carpes (2013), a pecuária possui forte expressão destacando-se, também, a orizicultura, fruticultura e olericultura. Na região conhecida como extremo sul, o processo de colonização se deu com o assentamento de imigrantes europeus não ibéricos de diversas origens: alemães, pomeranos, italianos e franceses (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; GRIEP, 2010).

Para Giralda Seyferth, a colonização no estado do Rio Grande do Sul por imigrantes germânicos, originou um sentido de identidade que difere da identidade nacional, nas palavras desta autora:

Tal situação teve dois resultados diretamente relacionados à questão étnica: a elaboração de uma forte organização comunitária que, por sua vez, serviu de respaldo ideológico a um dos temas preferidos do discurso étnico: o "trabalho alemão". Associações assistenciais (religiosas e leigas), escolas comunitárias ou ligadas a ordens religiosas católicas ou à igreja luterana, diversas sociedades culturais e recreativas, o uso cotidiano da língua alemã, além de todo o complexo econômico e social originado da colonização com base na pequena propriedade familiar, deram feição própria às colônias, distinguindo-as da sociedade nacional. (SEYFERTH, 1994, p.112)

As duas características destacadas por Giralda Syferth (1994) são facilmente percebidas em regiões marcadas pela colonização germânica. Segundo Seyferth, isso deve-se a noção, remanescente dos imigrantes, que iriam formar uma nova nação em solo brasileiro. Daí advêm a organização comunitária que permanece por décadas após a colonização. Nesse sentido a autora chama atenção há: "uma representação territorial para as respectivas comunidades étnicas – as colônias – em parte decorrente do modelo colonizador planejado e controlado pelo Estado brasileiro, que facilitou sua conversão simbólica para espaços étnicos" (SEYFERTH, 2000). Também, e sempre presente, há a ligação do descendente de imigrante com o trabalho, oriundo dos pioneiros germânicos e das dificuldades que passaram para estabelecer as

“colônias”. Surge assim a noção da conquista através do trabalho (SEYFERTH, 2000). Por fim, a religiosidade ocupa o espaço de conservação de valores étnico, sendo uma das razões para a preservação e manutenção da organização comunitária.

Porém, quando nos referimos à Serra dos Tapes, falamos especificamente de uma região que se estende pelos municípios de Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul. Ali o processo de colonização se deu por incentivo do Governo Imperial brasileiro, através da cedência de terras com o fim de formarem-se colônias agrícolas. Esse processo, que ocorre na segunda metade do século XIX, influencia a estrutura fundiária da região (SALAMONI e WASKIEWICZ, 2013). Nesse sentido Sacco dos Anjos, Caldas e Hirai destacam:

Não nos parece um exagero afirmar que a constituição desses núcleos coloniais representou o surgimento de um verdadeiro «enclave» da agricultura de base familiar em meio ao império da oligarquia regional ligada à pecuária extensiva e à produção do charque. O campesinato que emergiu no extremo sul gaúcho dedicou-se à policultura e à pecuária de pequena escala, sobretudo para atender ao mercado de consumo urbano crescente de Pelotas e região. (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e HIRAI, 2010, p.118, destaque no original)

Esses imigrantes que praticavam uma agricultura tradicional iniciam o processamento artesanal de conservas vegetais, que com o tempo, se transfere para o domínio de grandes empresas. A expansão industrial é resultado de uma política desenvolvimentista de incentivos do período de governo do presidente Getúlio Vargas.

Com efeito, na região de Pelotas o período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970 coincide com o surgimento de grandes indústrias conserveiras (compotas de pêssego, figo, espargos, abacaxi), essencialmente situadas no perímetro urbano dessa cidade-pólo [sic] do sul gaúcho (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e HIRAI, 2010, p.119).

Sendo que os colonos foram se convertendo em mão de obra assalariada (eventual ou permanente) dessas empresas até a crise industrial da década de 1980. Neste contexto, Sacco dos Anjos, Caldas e Hirai (2010) salientam o êxodo rural que se intensifica nesse período. Os agricultores que permanecem no meio rural dedicam-se à produção de leite, horticultura e, mais recentemente, ao tabaco. “Igualmente, a década de 1990 reserva um fato inusitado na cena rural do extremo sul gaúcho e tem a ver com uma impressionante expansão da cultura do fumo. Essa atividade ocupa hoje em torno de 182 mil famílias rurais nos Estados meridionais” (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e HIRAI, 2010, p.120) O extremo sul gaúcho torna-se uma das mais

importantes regiões fumicultoras do Brasil. O plantio do fumo é exaustivo, envolve boa parte da força de trabalho familiar durante o ano todo. Os autores (2010) destacam, ainda algumas características dessa cadeia produtiva:

A relação das famílias com as empresas é regida por contratos de integração vertical que, se por um lado, asseguram a compra antecipada da produção, por outro, obrigam as primeiras à adoção de um pacote tecnológico, via fornecimento de adubos, agrotóxicos e serviços (assistência técnica), cujo custo é descontado ao final da safra. Mas os produtores são igualmente responsáveis pela secagem do fumo colhido a campo, em estufas (construção de tijolos financiada pelas fumageiras), sendo essa uma etapa das mais complexas face os riscos que envolvem à qualidade da produção, a insalubridade da operação e a extensão das jornadas de trabalho (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2010, p.118).

A menção à cultura do fumo não é aleatória, mas intencional, em que pese ser esta uma atividade importante em Arroio do Padre. A região Sul do Brasil concentra mais de 90% da produção de tabaco brasileira (CALVALCANTE; PINTO, 2006). Essa situação reflete em agricultores reféns da indústria a montante e a jusante, ou seja, dependem da indústria para comprar os insumos para produção (sementes, venenos e adubos) e da mesma forma são dependentes das mesmas para venda do produto final. Essa situação converte-se em endividamento de muitos agricultores, muitas vezes o valor investido é maior que o obtido com a venda do produto, assim o agricultor não tem lucro e fica com uma dívida para pagar no próximo ano à empresa. Além disso, esse tipo de produção polui o meio ambiente e adoece as pessoas (AGOSTINETTO; et al, 2000; CALVALCANTE; PINTO, 2006).

A produção de tabaco torna-se então uma forma de exclusão e intoxicação das pessoas no campo. Além disso, no ano de 2003 a OMS (Organização Mundial da Saúde) aprovou Convenção-Quadro para Controle do Tabaco é um tratado internacional de saúde pública, representando um instrumento de resposta à crescente epidemia do tabagismo em todo mundo (CALVALCANTE; PINTO, 2006). As empresas e os agricultores sentem os reflexos desta convenção, seja no mercado, seja nas regras impostas para produção. Embora o fumo esteja ligado ao processo de exclusão e empobrecimento das pessoas no campo, é também uma fonte de renda garantida, pois a produção é segurada caso ocorram intempéries climáticas o agricultor é indenizado e não perde o valor investido. Esse é um dos motivos pelos

quais a produção de fumo é tão disseminada no RS, embora a penosidade do trabalho e a dependência da indústria.

Sacco dos Anjos e Caldas (2005), demonstram como o processo de modernização conservadora da agricultura é em parte responsável pela masculinização e pelo envelhecimento da população rural da Região Sul. Costa, Fröhlich e Carpes (2013) enfatizam que este processo tem relação direta com a masculinização do meio rural.

Portanto, o que parece influenciar o incremento da masculinização não é o processo de modernização diretamente, mas sim a diminuição drástica do grau de intensidade de utilização da terra e da mão de obra, que acontece em algumas atividades agropecuárias modernizadas. Assim, aponta-se para a redução do papel produtivo da mulher e o favorecimento ao êxodo rural feminino, animado pela busca de trabalho urbano, principalmente em algumas regiões, como consequência desta conjuntura (COSTA; FROEHLICH; CARPES, 2013, p. 477).

É possível vislumbrar a importância da agricultura familiar para a economia gaúcha. Ao mesmo tempo, fica evidente a privação de liberdade, usando as palavras de Sen (2010), dessas famílias, bem como as condições de penosidade no trabalho da lavoura a que estão expostas, principalmente no caso da produção de tabaco. Nesse sentido, cabe frisar a situação da mulher no caso específico da produção de fumo, marcada por jornadas extenuantes, durante todas as etapas deste cultivo, desde a preparação das mudas, até a secagem e classificação do produto.

Expostas a estas duras condições, muitas mulheres jovens vêem a cidade como um futuro promissor para uma realização profissional e pessoal que não encontram no meio rural. Nos últimos anos, porém, as políticas públicas destinadas a estas categorias sociais se intensificaram, tal como mencionamos anteriormente. Em linhas gerais, é este o recorte de realidade sobre o qual nos debruçamos na realização dessa pesquisa. A próxima subseção expõe alguns traços gerais do contexto empírico de investigação.

5.1 O caso de Arroio do Padre

Arroio do Padre é um município da Região Sul do Rio Grande do Sul com área total equivalente a 124,44 km² (BOLFE, 2009; PNUD, 2014) e uma população de 2.730 habitantes (PNUD, 2014), resulta que possui uma densidade populacional de 21,96 habitantes por metro quadrado. Há uma marcante presença da agricultura familiar, dos 507 estabelecimentos rurais, 486 pertencem a esta categoria (IBGE, 2006), os quais ocupam uma área de 9.146 hectares. Arroio do Padre faz fronteira com Pelotas em todas as direções, assumindo a configuração de uma “ilha” (Figura 2) cercada pelo município de Pelotas.

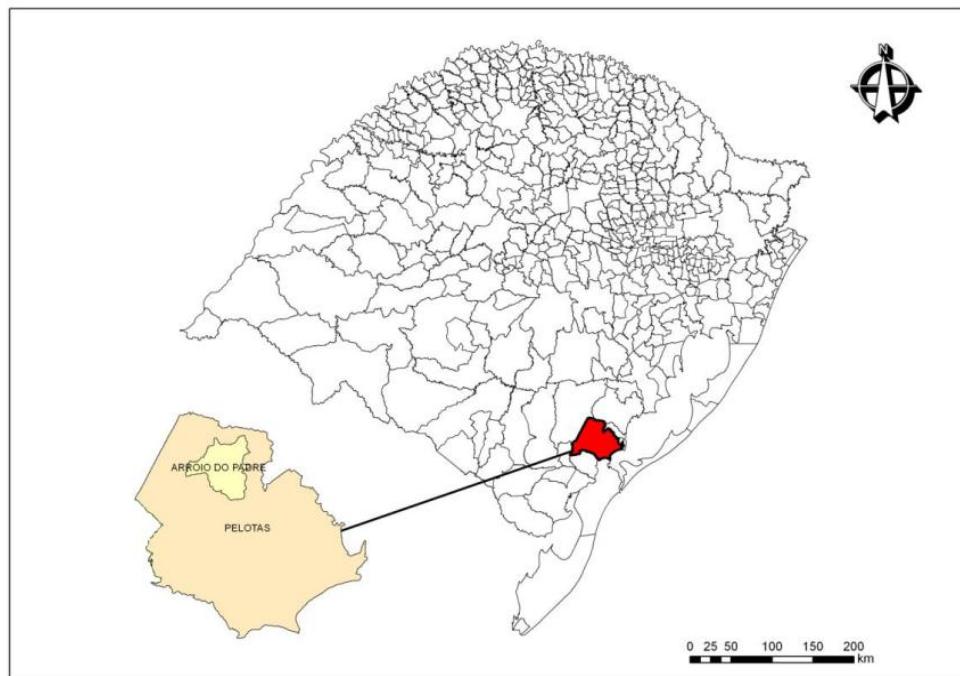


Figura 2: Mapa Localização Arroio do Padre.

Fonte: Adaptado de Dadalt (2011).

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM) é de 0,669, situando-se na faixa do IDHM médio, entre 0,6 e 0,699, sendo menor que o IDH do Brasil e do Rio Grande do Sul (PNUD, 2014). Em relação aos municípios do Rio Grande do Sul, Arroio do Padre ocupa a 413^a posição, onde 412 municípios estão em situação melhor e 84 estão em situação pior ou igual (PNUD, 2014). Este índice é composto pela média

entre 3 variáveis: renda, educação e longevidade. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,860, seguida de Renda, com índice de 0,756, e de Educação, com índice de 0,461. Ao dessecarmos o índice de educação (o mais baixo) notamos que o dado que baixa este índice é a porcentagem de pessoas com mais de 18 anos que não concluíram o ensino fundamental. Possivelmente, essas pessoas são mais velhas, anteriores a ações que possibilitaram o acesso à educação, nas últimas décadas.

Além disso, o analfabetismo é de 4,76% em pessoas com 15 anos ou mais (FEE, 2010), a expectativa de vida ao nascer é de 76,59 anos. Porém o PIB municipal é de R\$ 39.693 mil em 2012, o que significa uma renda per capita de R\$ 14.402,00 reais (FEE, 2015). Assim, podemos notar a elevada pobreza e uma renda per capita baixa.

Também é importante destacar o quanto medidores secundários podem não ser tão interessantes para avaliar o nível de desenvolvimento num município. Como nos alerta Sen (2010), municípios mais pobres podem representar bons índices de educação e saúde. Um município aparentemente bem desenvolvido como Arroio do Padre pode apresentar números de desenvolvimento humano baixos. Já a principal política pública do município é o PRONAF, nesse contexto a mulher é muitas vezes excluída por não ser a responsável pelas tomadas de decisão da propriedade. Para EMATER é difícil se envolver nesse assunto, o que gera desconforto e afastamento dos agricultores. Porém há iniciativas como os mercados institucionais que oferecem uma oportunidade de mercado para os produtores de alimento.

Este município tem sua história marcada pelo processo de colonização e assentamento de imigrantes europeus não ibéricos (DADALT, 2011), a qual comentamos anteriormente. Inicialmente a localidade de Arroio do Padre pertencia ao município de São Lourenço do Sul, sendo em 1890 incorporada ao município de Pelotas. Arroio do Padre tornou-se um município independente no dia 17 de abril de 1996, através da Lei Estadual nº 10.738. O município de Arroio do Padre é marcado pela imigração alemã, o que significa uma arraigada presença da religião luterana. O município ficou inclusive conhecido na mídia como o único município do RS que não tem Igreja católica. Inclusive no brasão da cidade, a Igreja Luterana está representada, como vemos na Figura 3, abaixo:



Figura 3: Brasão de Arroio do Padre

Fonte: Prefeitura Municipal de Arroio do Padre.

A vocação produtiva do município é a produção agropastoril e a fumicultura. Há também produção de hortaliças, soja, milho, leite e frango. Atualmente há o cultivo de frutas, como o caqui e a maçã. Durante o mês de abril ocorre a festa anual do Caqui e da Maçã, a qual é organizada pela prefeitura e entidades locais. Há por parte do poder público local e da sociedade civil um grande interesse em fomentar o turismo rural, com parques e campings.

A extensão rural age por duas diferentes instituições: o CAPA e a EMATER/RS-ASCAR, o primeiro é um órgão ligado à Igreja Luterana com atuação na área da Agroecologia o qual trabalha na execução de chamadas públicas e na ATER de uma cooperativa fornecedora de produtos aos mercados institucionais. Na região sul do RS, quando os descendentes de imigrantes europeus – boa parte deles fiéis de igrejas luteranas, migraram para as cidades deixando para trás também as comunidades religiosas as quais frequentavam. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) nota a redução de seu público e cria em 1978 um órgão próprio de extensão rural: o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). A fim de apoiar e viabilizar a atividade agrícola dos pequenos agricultores no âmbito social, econômico e ambiental.

Já o segundo órgão é a agência oficial de extensão rural do estado, criada em 1955, a EMATER/RS-ASCAR. Esta instituição passou por diferentes mudanças no foco e direcionamento do seu trabalho. Atualmente está vinculada à Secretaria de

Desenvolvimento rural, pesca e cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, sendo a responsável pela extensão rural de 200.000 famílias em todo o estado. Esta situação reflete na responsabilidade desta empresa em criar a maioria dos projetos de crédito de terra e das chamadas públicas, assim os técnicos relatam a sobrecarga do trabalho e dificuldades de implantação de políticas efetivas por diversos empecilhos. Vemos a importância da atuação destas empresas para o fomento da produção de base ecológica de alimentos.

A escolha do município está apoiada, entre outros aspectos, no fato de ser uma localidade representativa da Serra dos Tapes em termos sociais, econômicos, culturais e mesmo pelo conhecimento prévio que temos acerca da importância da mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas e do papel da mulher como protagonista em todos os processos que afetam a dinâmica da agricultura familiar. Outros aspectos que ganham relevância é a recente implantação dos mercados institucionais, com a venda de alimentos para escolas da região. Por último, destacamos o alto índice de masculinização (Ver figura 4) desta localidade, medido em termos de razão de sexo. Em Arroio do Padre existem 1.414 homens (51,65% da população) e 1316 mulheres (48,35% da população). Chamamos atenção para o dado de que residem 467 homens adultos no meio rural, em relação a 409 mulheres. A distribuição da população por idade, sexo e localidade é apresentada na Tabela 1.

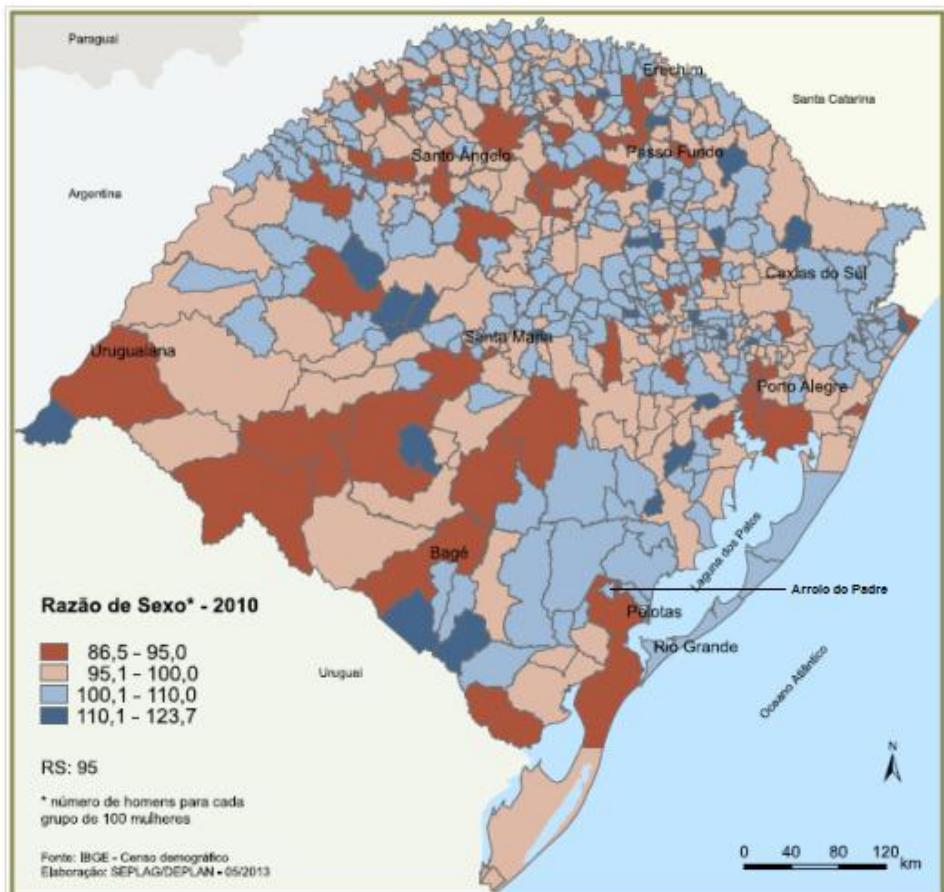


Figura 4: Mapa Razão de Sexo no Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado de: IBGE, 2006.

Tabela 1: População Arroio do Padre

	Rural		Urbana		Rural e Urbana		
	Absoluto e relativo (%)		Absoluto e relativo (%)		Absoluto e relativo (%)		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total
Crianças	218 (51%)	209 (49%)	43 (55%)	35 (45%)	261 (51%)	244 (49%)	505
Jovem	302 (56%)	234 (44%)	54 (49%)	56 (51%)	356 (55%)	290 (45%)	646
Adulto	467 (53%)	409 (47%)	93 (51%)	89 (49%)	560 (53%)	498 (47%)	1058
Idoso	199 (45%)	238 (55%)	38 (45%)	46 (55%)	237 (45%)	284 (55%)	521
População Total	1186 (52%)	1090 (48%)	228 (50,2%)	226 (49,8%)	1414 (51%)	1316 (49%)	2730

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010; PNUD, 2014

A partir da tabela é possível perceber que a razão de sexo e idade prevalece para os homens, sendo que estes apenas não são maioria na faixa etária dos idosos. Para os idosos, prevalece uma população maior de mulheres, podemos também considerar que se deve a expectativa de vida feminina ser historicamente maior que a masculina. Também notamos que embora a população urbana não possa ser considerada expressiva, as jovens mulheres são maioria em relação aos homens. Assim reforçamos a ideia que o êxodo rural prevalece entre as jovens mulheres, corroborando os estudos sobre masculinização e envelhecimento no Rio Grande do Sul.

Amartya Sen, em seus estudos, busca justamente demonstrar que as “medidas de desenvolvimento” não podem ser os únicos indicadores do desenvolvimento. Em sua obra, Sem (2010) cita casos de países com altos índices de PIB, mas com profundas desigualdades sociais. Por isso, os indicadores de desenvolvimento devem levar em conta a satisfação das liberdades humanas. Nesta pesquisa, decidimos incorporar, com grande relevância, o método qualitativo de coleta de dados e os resultados deste levantamento que trazemos a seguir.

6. GÊNERO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ARROIO DO PADRE

Esta seção irá retomar as questões do problema de pesquisa e os objetivos propostos, a partir das informações reunidas através desta investigação. Como salientamos anteriormente, a pesquisa identifica-se com a metodologia quanti-qualitativa. A partir da análise de conteúdo das entrevistas transcritas buscamos conhecer a vida das mulheres rurais de Arroio do Padre, como elas trabalham e como percebem sua vivência. Buscamos compreender, principalmente, o sentido que elas atribuem às relações de gênero e de que forma as políticas públicas e a extensão rural podem contribuir para a expansão das liberdades femininas.

6.1 Configuração familiar

As 13 mulheres entrevistadas pertenciam a nove famílias diferentes, ou seja, tivemos a oportunidade de entrevistar mulheres de distintas gerações pertencentes a uma mesma família. Para facilitar a compreensão a configuração familiar e produtiva e a relação de parentesco entre as mulheres estão representadas nas figuras 5 e tabela 2. Desta forma, convencionamos chamar as entrevistadas por letras do alfabeto e as famílias por algarismos numéricos. Esta decisão visa preservar a identidade de nossas entrevistas e facilitar o entendimento das figuras, as quais destacam as entrevistadas pela letra do alfabeto entre parênteses, além de trazer a idade dos membros familiares- sempre que possível.

Para facilitar a organização da tabela listamos os membros da família considerando do ponto de vista das mulheres entrevistadas enquanto “mães” a partir de então listamos os filhos, marido (pai) e demais moradores da residência. Vale ainda destacar que nos referimos à família enquanto unidade produtiva familiar, ou seja, os moradores no mesmo estabelecimento rural. Assim duas irmãs que moram e produzem em dois lotes de terra separados apareceriam como duas famílias na figura, se estas duas irmãs residissem no mesmo empreendimento apareceriam como uma só família. Esse é o caso da família 5 e 6, em que a entrevistada H é filha da entrevistada G.

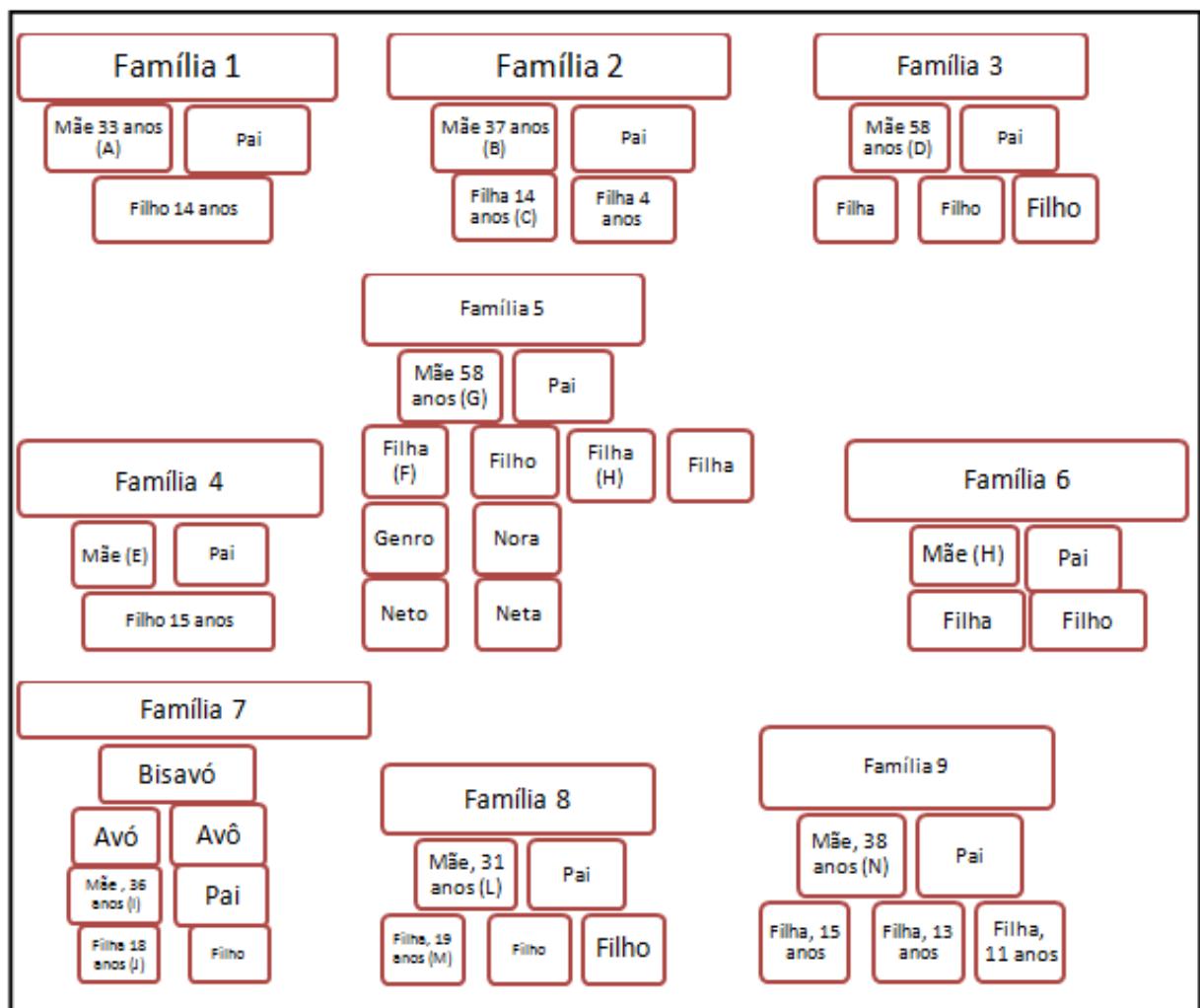


Figura 5: Configuração familiar

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 2: Configuração produtiva

Família	Renda principal	Atividade secundária	Atividade terciária
1	Emprego motorista Homem	Salgadinhos	Mulher
2	Tabaco		
3	Aposentadoria	Mercados Institucionais	
4	Emprego motorista Homem	Artesanato	Mulher
5	Tabaco	Leite	Verduras
6	Tabaco	Leite	Verduras
7	Tabaco		
8	Tabaco	Leite	
9	Tabaco		

Fonte: Elaboração da autora.

Quanto ao tamanho da família (número de membros), a maioria das unidades produtivas são compostas pela mulher, marido, e em média dois filhos adolescentes. Outras duas famílias possuíam seis integrantes ou mais. Nestes casos, além do casal e dos filhos moravam na mesma propriedade os pais ou irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas. Também entrevistamos um casal de aposentados (família 3) que possuem três filhos, todos eles morando em Pelotas. Ressaltamos que na família 5, dois filhos não moram no estabelecimento, também.

Das nove famílias que conhecemos, sete delas têm na atividade agrícola a sua maior fonte de renda, sendo seis famílias fumicultoras (quatro destas também produtoras de leite), e uma família que produz hortaliças para os mercados institucionais (tendo a aposentadoria rural como outra fonte de renda). As outras duas famílias possuem como principal fonte de renda o trabalho de motorista do ‘pai de família’.

Na agricultura familiar, famílias numerosas representam garantia de continuidade da posse da terra e do patrimônio. Mais membros na casa significam maior força de trabalho e maior capacidade produtiva. Além disso, o envolvimento do jovem na agricultura permite a continuidade da unidade familiar, mas é um trabalho árduo e instável, ficando o produtor a mercê do clima e das influências do mercado. Assim, a oportunidade de estudar e ter uma carreira profissional pode ser encarada como uma chance de ascensão profissional. Entretanto, o tamanho das famílias no meio rural tem diminuído drasticamente, o que aumenta a penosidade do trabalho,

além de aumentar as chances de que não haja sucessores para dar prosseguimento à propriedade familiar.

A produção de tabaco é expressiva no sul do Rio Grande do Sul, como comentamos no capítulo anterior. O que percebemos a campo não foi diferente, o tabaco é o carro chefe de muitas propriedades, o município do Arroio do Padre é também produtor de leite, sendo esta a segunda atividade mais comum em nossas entrevistas. A escolha do leite como atividade complementar a renda do fumo deve-se às cooperativas próximas e ao fato do período de ocupação atividade não confrontar diretamente com o envolvimento no fumo. O leite é tirado no início da manhã e no final da tarde, podendo facilmente ser encaixado com as atividades na lavoura do fumo.

Paulilo, Bueno de Grandi e Silva (2000) já demonstraram que quando a produção de leite é apenas para o consumo ou contribui pouca na renda familiar, ela é responsabilidade da mulher, porém, quando esta atividade começa a gerar renda o homem aparece enquanto responsável. A campo, notamos que as mulheres tratam dos animais como parte das tarefas “na volta da casa”, atividades em horta, pomares, jardins e animais de criação, que são responsabilidades femininas. Mesmo assim, o marido é quem responde e toma as decisões finais em relação a produção de leite e outras atividades secundárias. Por fim, apareceu a produção de hortaliças para os mercados institucionais. Notamos como essa atividade iniciou, sendo formada uma cooperativa para atender a estes mercados.

Das famílias estudadas, naquelas que os filhos são ainda pequenos, vislumbra-se a possibilidade de continuar nas terras. Aqueles estabelecimentos em que os filhos estão maiores, já se considera o fato de que estes poderão migrar para cidade. Das jovens entrevistadas, todas almejam um trabalho fora da agricultura. Há uma dicotomia evidente entre o trabalho na agricultura e os estudos, o jovem tem de fazer uma escolha: trabalhar na agricultura ou estudar. As jovens entrevistadas buscam no estudo uma forma de ascensão profissional. A entrevistada a seguir possui 19 anos e estuda em uma faculdade privada (Administração). Seu sonho profissional é o de ter uma empresa, porém persiste a consciência de que a vida na cidade também tem seu preço:

Eu acho assim que depende do trabalho né? Eu tinha uma amiga que trabalhava no [supermercado] Treichel¹⁸ por exemplo, e ela ia das 8 da manhã e ela voltava às 12 horas da madrugada. Eu acho assim que Pelotas é uma coisa assim que tu tens que estar lá no horário, aqui na colônia se tu está doente por exemplo tu pode te deitar, em Pelotas não, aí tu vai ter que ir pro trabalho. (M, 19 anos)

Das três jovens entrevistadas todas assumem que não pretendem dar continuidade ao trabalho na agricultura, porém não descartam seguir vivendo na colônia. Neste sentido, as entrevistadas pontuam que as condições de vida no meio rural melhoraram em termos de conforto e acesso a tecnologias e informações. De tal modo, é possível perceber que a escolha pela carreira profissional em detrimento do serviço agrícola não está tão relacionada a estes aspectos. O que pesa nas decisões dessas moças é a segurança de um emprego com renda fixa, livre da sazonalidade e da penosidade da vida na agricultura.

As famílias interlocutoras possuem descendência germânica, seus antepassados migraram para o Brasil instalando-se nas colônias do sul do estado. Estas famílias conservam características dessa descendência étnica, histórica e cultural como a ética de trabalho, o idioma pomerano e alemão, a religião luterana além de outros costumes e culinária típicos.

As relações sociais de gênero são diretamente influenciadas por estas questões. O trabalho é percebido de forma ambígua entre a cidade e a colônia e um futuro confortável para a família é o desejo das mulheres entrevistadas. A religiosidade luterana e os fortes costumes germânicos auxiliam para que as mulheres busquem no matrimônio e na maternidade sua realização pessoal. No sentido de expansão das liberdades femininas a igualdade de gênero em Arroio do Padre passaria pela independência econômica das mulheres, divisão das tarefas domésticas e acesso a direitos básicos (como previdência social).

Desta forma, as políticas públicas buscam alterar estas condições, mas possuem limitações no sentido de serem muito burocráticas, compreenderem a agricultura familiar como bloco monolítico e muitas vezes reforçarem o padrão de dominação masculina.

O papel da extensão rural neste contexto é de inegável importância, porém a sobrecarga de trabalho dos técnicos e forma como são formuladas as políticas

¹⁸ Trata-se de um supermercado com vendas por atacada e varejo, localizado na cidade de Pelotas.

públicas impede que a ATER seja efetiva. Entretanto, alguns importantes esforços fazem-se visíveis como a atuação das cooperativas produtoras de verduras, a diversificação no leite e frango, cursos de educação no campo (ex: Pronatec¹⁹). Estas são os principais resultados da pesquisa a campo, os quais serão detalhados nas próximas subseções.

6.2 Trabalho na colônia e na cidade

O trabalho é algo presente e sempre destacado na fala das agricultoras. Em parte, pela ética do trabalho, típica dos descendentes de imigrantes germânicos, em parte, pelo excesso de trabalho que as mulheres acumulam. Estas compreendem o seu trabalho e o seu papel de mulher como algo natural, influenciadas principalmente pela forte vertente religiosa. Trabalha-se mesmo até para descansar, a principal forma de lazer entre as entrevistadas corresponde ao artesanato. Mas esta é também uma fonte de renda apenas da mulher, sendo, em parte, possibilitada pelos cursos oferecidos pela extensão rural e pela assistência social do município. Embora exista a valorização do próprio trabalho, há o entendimento de que é impossível sustentar-se com essa renda. Neste sentido, há a carência de uma política pública efetiva que apoie o trabalho e iniciativas das mulheres rurais de Arroio do Padre.

A ética do trabalho é intrínseca à identidade dos descendentes de imigrantes europeus do Sul do Brasil, de forma que não há como analisar o trabalho das mulheres rurais desta região sem tratar do que se veio a chamar de “ética do trabalho”. Trata-se de um valor enraizado no universo cultural de boa parte das comunidades rurais do Rio Grande do Sul. A ética do trabalho exprime uma forma de capital humano ligada à imigração europeia “não-ibérica” que ocorreu durante a primeira e a segunda metade do século XIX. Com efeito, os imigrantes trouxeram consigo um conhecimento técnico bastante sofisticado para aquela época. Junto ao desenvolvimento das colônias de imigrantes desenvolveu-se uma espécie de código-moral, em que o

¹⁹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Este programa foi criado pelo Governo Federal, em 2011, pela Lei 11.513/2011. “Tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.” (BRASIL, 2015)

trabalho é um instrumento de realização da própria vida. O trabalho, no imaginário do colono alemão, italiano, polonês, etc., é a finalidade da vida, a qual, só se realiza, *no e pelo trabalho*. Segundo essa concepção, a única forma de ascensão social e econômica é através de muito trabalho. No trecho a seguir, fica explícito esse sentimento:

Desde 2001 que a gente tá morando aqui. Mas a gente não pagou logo tudo de vez, em 4 anos, conforme a gente tinha a safra do fumo, a gente entregava pro pai. Em 4 anos conseguimos pagar. Era 100 mil na época, **e a gente teve que batalhar pra conseguir pagar.** [grifos nossos] (A, 33 anos)

Assim, ainda hoje, dentre aqueles descendentes de imigrantes há a cultura em que só se cresce através do trabalho, mas há também um forte sentimento do trabalho em grupo, pelo bem da comunidade. Além disso, quando o direito de trabalhar é restrinido há o descontentamento. Aqui, referimo-nos ao choque para aceitação que há perante o marco legal da Lei de Erradicação do Trabalho Infantil. Esse sentimento ficou claro nas observações sistematizadas a partir da incursão a campo.

Nas reuniões organizadas pela EMATER/RS-ASCAR que acompanhamos, a dinâmica era mais ou menos a mesma nos três diferentes grupos. Com efeito, havia dois momentos: o de trabalhar e o de comer. Cada reunião tinha um tema, como por exemplo: confecção de almofadas ou pintura em porongo²⁰, sendo que os temas eram normalmente referentes ao artesanato ou à culinária. A prática de confecção de almofadas que acompanhamos está representada nas figuras 6 e 7.

Na figura 6 é possível vislumbrar que as mulheres trabalham próximas entre si, embora as mesas disponíveis para a prática tivessem bastante espaço elas ocupavam-no pouco pois trabalhavam em conjunto. Assim o espírito de organização comunitária é perceptível na forma que desenvolvem o trabalho em equipe. Após a demonstração do método, cada mulher buscava reproduzir a técnica individualmente, porém conversando, trocando ideias e ajudando-se, assim segue até o final da prática. Como eram atividades demoradas não era possível acabá-la na reunião, então no próximo encontro as mulheres levavam o resultado do trabalho, o produto final, a

²⁰ Porongo ou Cabaça é o nome popular dos frutos das plantas dos gêneros *Lagenaria* e *Cucurbita*. Seus frutos são utilizados no artesanato e na fabricação de cuiais para chimarrão (bebida típica).

exemplo da almofada da figura 7. Havia um forte senso de orgulho e apreço pelas peças, assim como a vontade de compartilhá-los com a comunidade.



Figura 6: Confecção de almofadas

Fonte: Acervo da autora (2014).



Figura 7: A Almofada pronta

Fonte: Acervo da autora.

O salão da igreja (Figura 8 e 9) é onde ocorrem as reuniões dos grupos de mulheres, à exceção de um grupo que se reunia em uma escola municipal (Figura 10 e 11) ao lado da Prefeitura (Figura 12), local em que se encontra também o escritório municipal da EMATER/RS-ASCAR. Os outros dois grupos reuniam-se nos salões comunitários das Igrejas Luteranas de suas localidades. Os locais e grupos descritos dizem respeito às figuras a seguir.



Figura 8: Local de reunião do grupo 2.

Fonte: Acervo da autora (2014).



Figura 9: Grupo 3 reunido.

Fonte: Acervo da autora (2014).



Figura 10: Local de reunião do grupo 1.

Fonte: Acervo da autora (2014).



Figura 11: Grupo 1 reunido.

Fonte: Acervo da autora (2014).

A Igreja permanece enquanto espaço comunitário, além dos cultos mensais (os quais acontecem em duas edições, na língua portuguesa e na linguagem Pomerana²¹) que são uma oportunidade de convivência, o salão da Igreja pode ser usado para encontros, festas, reuniões e outros eventos. Quando é necessário reunir os “vizinhos” para tratar de assuntos da comunidade, como em reuniões da EMATER/RS-ASCAR

²¹ Dialeto típico dos imigrantes germânicos.

ou do CAPA, reúnem-se na Igreja. A administração da Igreja, manutenção do local e a chave do salão ficam a cargo de uma diretoria, eleita periodicamente. Assim, para arrecadar dinheiro para a comunidade (expressão utilizada para referir-se a Igreja não apenas como instituição, mas também em relação aos seus frequentadores) são feitas as quermesses anuais e comemoradas datas como o Dia do Colono com festas para levantar fundos.



Figura 12: Prefeitura Municipal de Arroio do Padre.

Fonte: Acervo da autora (2014).

As estratégias para levantar dinheiro vão além da venda do ingresso, a sobremesa é vendida, os pratos são confeccionados e doados pelas mulheres da comunidade, bolos e tortas também são comercializados. Já o trabalho de assar a carne é dos homens, as mulheres cuidam das saladas, de servir a comida e arrumar o salão. Quando a Igreja necessita de reparos, são organizados mutirões de construção formados em sua maioria por homens. Dessa forma, a mão de obra é dividida pelos membros da comunidade, essa divisão perpassa as relações de gênero, não gerando custos para a Igreja, inclusive os materiais para os eventos são doados em sua maioria pelos membros da comunidade, e o que for obtido na festa é boa parte, lucro.

Comprovamos a centralidade e a importância da Igreja nessas comunidades, esse fator denota como associado a ética de trabalho dos descendentes germânicos está o espírito de comunidade, trabalha-se na comunidade e para a comunidade, o que é importante para a manutenção da vida na colônia. A Igreja mostrasse então

como uma mantenedora de costumes, e também reforça as relações sociais de gênero, ao reafirmar o papel do homem e da mulher no casamento, e o papel da mulher enquanto esposa e mãe.

Os salões paroquiais fornecem conjuntos de louça completo e também panelas, fogão com gás e freezers, além das mesas e cadeiras. A louça é usada para servir o café ao final do dia. Em todas reuniões, o momento do café foi bastante significativo, pois todas mulheres trabalhavam em sintonia, colocando a mesa e fazendo o chá, e depois lavando e guardando a louça. Cada uma fazia um pouco do serviço e, em minutos, tudo estava limpo e organizado. Quando perguntadas sobre esse “instinto” de trabalho em mutirão elas afirmam que ser natural. A Igreja não cobra para esse tipo de atividade desde que fique tudo limpo.

Os grupos de mulheres que acompanhamos mostravam essa união, em especial os grupos que se reuniam nas Igrejas, no grupo da cooperativa as mulheres eram mais estranhas entre si. Os grupos de Igrejas se conheciam há anos, algumas nasceram na localidade e estudaram juntas. Elas relatam o início do grupo de mulheres deu-se por iniciativa da extensionista do município, após alguns anos com a saída desta profissional o grupo ficou desativado até a chegada de uma outra extensionista, a qual reativou o grupo com o auxílio de algumas mulheres da comunidade, as quais foram de casa em casa convidando-as.

Esta extensionista relatava a dificuldade que as mulheres tinham para comparecer nas reuniões e as estratégias que adotou para manter a participação no grupo, como o sorteio de um brinde ao final do dia (comprado com a contribuição em dinheiro de cada uma delas) e a escolha de temas práticos como pintura em tecido ou porongo). Já o grupo da cooperativa é formado por mulheres das diferentes localidades, em que as famílias haviam se associado na cooperativa. Estas, se conheciam de vista, mas não possuíam a intimidade de encontrarem-se frequentemente. Os extensionistas relatavam a dificuldade de reuni-las, e comentavam o fato destas mulheres serem mais novas, ainda trabalharem ao lado dos maridos na lavoura e de necessitarem alavancar economicamente na vida.

Houve a dificuldade de conseguir reunir o grupo da cooperativa, nos dois encontros em que observamos, as mulheres participavam pouco e eram mais retraídas que as dos outros grupos. Aparentavam ser, na maioria, mulheres mais

novas, que ainda não possuíam estabilidade financeira. Dentro desta consideração vale destacar que a reunião do grupo de mulheres passaria a ocorrer junto com a reunião dos sócios da cooperativa para facilitar a participação feminina. Assim, ao mesmo tempo que, a participação das mulheres é fomentada, também é reforçada a divisão sexual do trabalho, cabe aos homens o assunto produtivo e as mulheres os assuntos de reprodução social da família, discutidas em um espaço reservado somente para elas. Assim, mesmo a ação do extensionista, algumas vezes, acaba por reforçar as relações de gênero e a naturalização do papel feminino.

Além da EMATER/RS-ASCAR, o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) desenvolve atividades e promove cursos voltados para as mulheres de Arroio do Padre. Este último, porém, é direcionado ao público em situação de vulnerabilidade social e promove pontualmente cursos de pintura em tecido e outros em que as nossas entrevistadas participaram. Assim, podemos notar a presença de algumas entidades que trabalham com mulheres, um trabalho destinado a capacitação produtiva e a independência da mulher. É necessário dizer que, algumas vezes, essa ação vem a reforçar as relações sociais de gênero desiguais, quando encara a perspectiva feminina desligada da esfera econômica do lar, encarando o papel feminino apenas como de manutenção da esfera doméstica e reprodutiva do lar.

Independente da forma como encaram, para as mulheres os cursos e encontros são positivos, elas consideram-no uma opção de encontro uma chance de sair de casa, visto que saem pouco, além da oportunidade de trocar experiências. Os cursos ensinam sempre algo novo e de preferência algo produtivo, uma nova técnica para trabalhar e produzir algo- mesmo que uma peça de crochê ou um porongo de enfeite. Na sua concepção, produzir essas peças é uma distração. Exemplo disso aparece evidenciado nos trechos abaixo, quando perguntadas sobre o que fazem para se distrair:

As compotas, que tô fazendo também, essas almofadas.... Às vezes vou na internet, olho umas coisas ali, falo com minhas irmãs que moram mais longe, e vai assim [...]. Tem, tem bastante encomenda [de salgadinhos]. Só minha sogra encomendou semana passada 200, são os pequeninhos. Faço médio e faço grande... [...] adoro fazer, porque isso também me distrai...porque se tu não tem muito, um foco, vamos dizer, aí tu fica pra lá e pra cá... (A, 33 anos)

Na sua concepção, trabalhar nessas peças é uma distração para os problemas diários. O trabalho confunde-se com o lazer, para “espairecer”, como muitas entrevistadas afirmaram. Isso inclui fazer crochê, tricô, salgadinhos para vender e etc. Ou seja, mesmo em seus momentos de descanso, estas mulheres estão produzindo algo. E esse trabalho é concebido como um lazer e não uma atividade, mesmo que em muitas situações gere uma renda alternativa. A ligação com o trabalho está presente no lazer e no dia a dia, confrontando-se inclusive com o marco legal das leis trabalhistas.

A ética do trabalho que impera sobre o dia a dia de agricultores e agricultoras e, não raras vezes, choca-se frontalmente com o marco legal e institucional do Estado que foi concebido para impedir que os filhos trabalhem com os pais desde pequenos. Iniciativas como o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” são vistas como antagônicas a um modo de vida onde trabalhar e viver representam as duas faces de uma mesma moeda:

[...] a gente sempre trabalhou na lavoura, eu desde bem nova, claro quando, hoje em dia é diferente, as crianças agora não é pra trabalhar mais né, tem tudo isso, ai o conselho tutelar tá ai pra quando trabalham, ai eu digo é melhor deixar eles. Hahaha. Consumir droga ou alguma coisa assim do que trabalhar né? Eu fui até presidente do conselho tutelar quando iniciaram, mas eu não me dava com a... não é que eu não me dava, é que eu assim não dava certo com a assistente social, que ela era totalmente, como eu disse, ela era da cidade e então eu disse como é que nós vamos ensinar nossas crianças sem trabalhar aqui, porque depois que eles estivessem uma idade de 13, 14 anos, claro ainda não é pra trabalhar, mas imagina, eu comecei a trabalhar com 12, com menos até. E ai tu não ensinando as coisas da lavoura pra uma criança, depois de adulto ninguém vai querer trabalhar porque isso não é uma coisa muito fácil e ninguém, já tens que gostar né pra trabalhar na lavoura porque senão. (D, 58 anos)

As companhias fumageiras tiveram de sofrer uma série de ajustamentos e adequações aos novos tempos (referimo-nos à Convenção-quadro e à série de restrições estabelecidas em relação à produção e consumo de tabaco), sendo que um deles é no sentido de impor uma severa vigilância sobre as explorações familiares em termos de impedir o trabalho das crianças, seja nas tarefas de campo, seja nas operações que envolvem secagem e classificação do fumo, em se tratando de uma cultura extremamente importante para a economia regional. Ainda assim, a presença de crianças nas tarefas ligadas a essa e a outras atividades produtivas é recorrente, até porque os pais nem sempre têm com quem deixar os filhos pequenos:

Eles vão comigo, sempre. A gente colhe fumo, as braçadinhas pequenas que ele consegue carregar pra fora ele carrega. Não por obrigação minha. “Mãe, eu vou carregar teu fumo”. Eu não vou proibir ele. Porque ele tá aprendendo brincando. (F, ≈ 35 anos)

Para os pais, que aprenderam a trabalhar na agricultura, desde pequenos, reconhecem no trabalho das crianças a forma de ensinar o “gosto pelo trabalho na agricultura” desde novo. Dessa forma, os pais têm dificuldade de passar ao filho o gosto pelo trabalho na agricultura, muito em função das representações sociais que existem em torno dessa atividade. O trabalho na agricultura é visto como algo rude, cansativo e, às vezes, até vergonhoso, principalmente quando comparado com serviços do meio urbano, como no trecho abaixo, em que a entrevistada afirma já ter tido vergonha de trabalhar na agricultura.

[...] porque ele é um adolescente né, aí eu digo, mas tu também não precisa dizer que tu vem aqui na vó e tu faz essas essas coisas se tu não gosta, se tu cha que vão debochar de ti, aí eu digo, tua vó também se sentia assim, primeiro eu tinha vergonha de dizer que eu trabalhava na lavoura, mas agora eu já tenho orgulho, a gente aprende com a vida, [...]. (D, 58 anos)

Na visão das entrevistadas, embora a maioria declare prazer e orgulho de trabalhar na terra, a agricultura é concebida de forma negativa pela sociedade, a penosidade do trabalho, o fato de ser um trabalho que “suja as mãos” e antagônico ao estudo, denotam esta atividade como vergonhosa para quem a executa. Nesse sentido, é fundamental mencionar que convencionalmente pesam sobre a agricultura, e sobre o mundo rural, um universo de representações sociais extremamente negativas do ponto de vista da natureza desta atividade, tal como referem alguns estudos, ao observar que no Brasil, e no continente latino-americano em geral, esse tipo de ofício é visto como próprio de pessoas para quem “*la cabeza no le da para más*” (ABRAMOVAY, 1998; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998; SACCO DOS ANJOS; CALDAS; POLLNOW, 2014).

Esse fator dificulta que os pais passem aos seus filhos os conhecimentos necessários para a prática agrícola. Para estes, leis como o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil são mais um empecilho para a permanência dos jovens no campo. Para os descendentes de alemão, é o trabalho que predomina na vida, se o jovem está proibido de trabalhar na agricultura quando crianças, depois de adulto ele não terá condições para o trabalho podendo seguir um

caminho negativo (como o uso de drogas e álcool). Este pais, reconhecem as dificuldades da vida na agricultura e não desejam o mesmo para os filhos. Por isso, “dão o estudo” para garantir que o filho tenha um futuro seguro. Assim, se vê o jovem rural, perante uma escolha, continuar a profissão do pai, dar seguimento a propriedade e a unidade familiar ou estudar e ter uma profissão fora deste estabelecimento.

Uma outra dificuldade para os jovens permanecerem no meio rural é obter e gerir seu patrimônio, ou seja, iniciar a vida ativa economicamente. Em alguns casos os casais de noivos recebem de presente de casamento uma porção de terras, a mobília da casa ou materiais para a construção do lar. Outras vezes, os jovens não têm posses, seguem morando e produzindo com os pais. Essas são as estratégias para que os casais jovens permanecem no meio rural. Porém, quando o desejo de independência é maior e as condições financeiras não favorecem, resta ao jovem estudar e procurar um emprego na zona urbana. Na fala das agricultoras fica evidente uma dicotomia entre a cidade e a agricultura.

Agora pra começar, um casal desde novinho, pra conseguir a terra, conseguir o trator e as coisa tudo, nós demoramos 14 anos pra conseguir tudo, acho que não vale a pena, como hoje em dia estão dizendo, “tem que estudar, tem que estudar”, [...] agora quem não tem bom estudo, que arranje um namorado bom da colônia mesmo e fica por aí, porque aí muitas vezes tem direito a herança e aí já ganha um pedacinho de chão [...]. (B, 37 anos)

Embora de forma um tanto quanto ambígua, ao mesmo tempo, há o entendimento que começar a vida na colônia sem posses é difícil, há o conhecimento tácito de que começar a vida na cidade, sem estudos, também o é. Ao mesmo tempo as ideias estudo e agricultura praticamente se anulam. Por outro lado, a vida na colônia é incerta, sujeita a fatores climáticos e prejuízos diferente da segurança do salário mensal que um emprego urbano oferece:

Bah, eu acho que pra cidade, se ela tem estudos eu acho que ela iria se dar melhor do que na colônia. Porque na colônia se tu tem o alicerce bom, tu te cria, mas se dá umas mancadas ou te estraga uma coisa, aí é ruim de se recuperar de novo, **porque na cidade tu ganha o teu salário, tu tem teu serviço certo e na colônia já não é assim**. Mas tem que ter gente que fique na colônia também porque senão a produção para, mas a produção é se tu tem sorte, tu te cria, mas tem anos que tu não colhe, tem anos que o granizo estraga tudo, ou é chuva demais e muitas vezes tu trabalha e trabalha e não tira o que tu investiu. E na cidade eu já acho melhor porque tu tem teu serviço, teu salário que é cada mês certo, na colônia já não é assim, porque nós

mesmos quando plantávamos verduras, nós tivemos uns *tufes*²² mas sempre conseguimos se reerguer de novo. [Grifos nossos] (E: ≈ 35 anos)

Na agricultura, a produção fica sujeita as intempéries climáticas, um granizo pode estragar os canteiros, um vento pode destelhar galpões e estufas de preparo do fumo, uma seca pode matar a lavoura e os animais. Assim, a vida destes agricultores fica sujeita ao clima, se o ano tiver boas condições climáticas se tem uma boa renda, se o clima não ajudar, não se tira nem o retorno do investimento. Os agricultores familiares estão mais sujeitos a essas intempéries pela falta de tecnologias baratas para paramentarem sua lavoura e reduzir os prejuízos. O agricultor ou agricultora está sempre à mercê das inclemências do clima, enquanto que o operário da cidade não responde à autoridade direta de um chefe e tem a segurança de um salário fixo.

Na fala de uma de nossas entrevistadas esse aspecto é destacado de forma bastante clara. Trata-se de uma mulher que concluiu o ensino médio e que já viveu na cidade de Pelotas durante cinco anos, período no qual trabalhou como doméstica para poder concluir seus estudos:

Isso nós tava comentando acho que ontem de noite ainda. Lá, como além de estudar eu trabalhava, né, eu vejo assim: aqui tudo é mais light. Tu não trabalha de empregado, tu levanta a hora que tu quer, embora que tenha as vaquinhas pra tirar leite que vão ficar berrando, mas tu levanta a hora que tu quer, vai dormir a hora que tu quer. Se hoje tá meio nublado e tu não quer ir pra lavoura, tu não vai. Então, por esse lado, tu não tem aquele compromisso de patrão esperando e aquela coisa toda, então, eu acho que, pra mim que já morei aqui e já morei lá, eu acho que é melhor. (F, ≈ 35 anos)

A vida na cidade tem a segurança do trabalho fixo todo mês e o ônus do horário rígido e de obedecer ao patrão. Assim, a realidade é contraditória porque a condição de colona ou de colono confere certa liberdade que não se tem na cidade e nos ofícios ditos urbanos. Isso porque na agricultura familiar são os membros da família que gerem o seu próprio negócio, tendo assim uma determinada autonomia sobre o seu trabalho. As contradições são bastante claras. Por outra parte, parece claro que a escolha da profissão de agricultor ou de agricultora se expressa de forma antagônica à ideia de estudo. A escolha no sentido de assumir a condição de colono/colona ou de agricultor/agricultora se apresenta de forma totalmente oposta ao mundo dos estudos e da busca de conhecimentos.

²² Expressão para prejuízo.

O que queremos questionar aqui é, quando os pais mandam os filhos às escolas, eles estão aumentando as chances que o filho tenha uma profissão urbana e longe do estabelecimento familiar. Porém, a educação no meio rural poderia ser diferente, adequada ao mundo em que se insere. Aprender também na escola a prática da agricultura, formaria jovens com a possibilidade de permanecer na propriedade e cuidar da sua comunidade. Vemos esse trabalho de forma incipiente porém eficaz dentro de suas possibilidades nos cursos do PRONATEC, os quais disponibilizam capacitações temáticas de acordo com a região em que o aluno está inserido, por exemplo no meio rural são ofertados cursos de agroecologia, regulagem de máquinas e entre outros.

Porém, as noções de estudo e agricultura se excluem mutuamente no imaginário da sociedade, em especial por parte daqueles que vivem no meio rural. Esse tipo de representação social se impõe de forma marcante nas mais diversas dimensões em que operam as relações sociais, tanto no âmbito das comunidades rurais quanto fora delas. Esse fato condiciona a escolha de jovens rurais e também na aplicação de recursos públicos na área da educação, melhoria das infraestruturas e de outros fatores ligados ao mundo do conhecimento e da informação.

Permanecer no campo, mesmo para os que gozam de uma condição econômica satisfatória, requer, entre outros aspectos, que energias e recursos sejam mobilizados no sentido de preservar um patrimônio que foi conquistado. O fato de não ter estudo limita, sobremaneira, as suas escolhas e possibilidades, tal como alude nossa entrevistada em sua fala:

Eu gostaria muito de morar em Pelotas. É que eu acho difícil aqui, mas a gente tem ainda coisas pra pagar, e como a gente vai ganhar um emprego se a gente não tem um estudo, né? O que que a gente vai fazer em Pelotas, né? (L, 31 anos)

Ao ser questionada sobre o desejo de estudar e ter uma profissão, assim se posicionou uma de nossas entrevistadas:

Depende a profissão, porque se é pra sair da colônia e ir pra Pelotas pra limpar a sujeira dos outros ou coisa assim, então fica em casa, planta lá uns canteirinhos de morango ou, sei lá, aqui na volta já tem muita mulher que saiu da colônia e trabalha no supermercado, tenta trabalhar na prefeitura e coisas assim. Eu também já pensei nisso, já pensei quando as coisas não andam bem, mas aí é sempre aquela coisa, tem filho, tem que ter também com quem deixar, aonde deixar, que nem no super, lá eles trabalham até as 8 horas, o

coleginho lá não fica aberto até aquele horário e aí tu sempre tem que pensar nessas coisas. Eu não sou contra de sair daqui ou se alguém quiser ter uma profissão ou estudar ou voltar pra prefeitura ou ajudar na colônia ou trabalhar pra que tu possa melhorar, eu não sou contra (F, ≈ 35 anos).

Nesta fala notamos que as possibilidades para as agricultoras conseguirem um emprego urbano são poucas, mesmo com a qualificação muitas mulheres que vem da zona rural acabam por trabalhar de domésticas nas cidades. Reiteremos então, a necessidade de formar mão de obra qualificada para o serviço no campo, que permite que o estudo seja aproveitado no estabelecimento rural. Boa parte das pessoas que vivem no meio rural concluiu, no máximo, a 5^a série. Ir além disso, até pelo menos dez anos atrás, era algo difícil de ser alcançado para as pessoas residentes nas pequenas localidades rurais. Mais recentemente, com a implantação do transporte escolar público tornou-se possível frequentar escolas de segundo grau situadas no perímetro urbano. Até então, a realidade era a mesma, famílias com escassos recursos financeiros que não contavam com meios para financiar a continuidade dos estudos dos filhos. Isso é o que se vê nos dois depoimentos a seguir transcritos:

Ah, eu estudei até a 5^a série, eu gostava muito de estudar naquela época, só que os pais eram pobres, não tinham carro, e moravam longe da estrada, e naquela época não tinha micro [ônibus] e tinha que pegar ônibus da linha... Só de manhã cedo tinha linha, e de noite pra voltar. E assim foi que tinha que parar de estudar. (E, ≈ 35 anos)

São perceptíveis as melhorias no acesso à educação no meio rural nas últimas décadas, assim, há um choque de gerações. Os pais cursaram até a quarta ou quinta série e os filhos que podem continuar seus estudos e finalizar o ensino médio no interior, graças as escolas no meio rural e o transporte escolar. Isso possibilita que os jovens estudem e completem sua formação escolar inicial, oportunidade que o distancia da lavoura, como já pontuamos. Sabedoras das dificuldades de quem não têm estudo, muitas das mães enaltecem o valor da educação através de conselhos, que por si só, são bastante eloquentes e sugestivos, como o que alude uma de nossas entrevistadas em sua fala:

E eu sempre digo assim pros meus filhos, “os estudos ninguém tira e não enferrujam”, se tu dá um carro ou uma bicicleta alguma coisa pro teu filho aquilo enferruja e terminam, mas os estudos, se tu conserva [...]. (D, 58 anos)

Para os jovens, há o desejo de permanecer na zona rural, os quais normalmente não se queixam de falta de acessibilidade e informação, mas sim, da

falta de oportunidades e das incertezas da vida na agricultura. Quando perguntadas sobre a condição da vida na colônia elas reconhecem que o acesso às tecnologias é importante:

Eu acho que melhorou... porque minha mãe sempre dizia... nós era em quatro, e minha mãe dizia que era complicado. Minha mãe morava de aluguel, e aí, imagina, não tinha internet, celular, essas coisas não tinha naquela época. Eu acho que ficou super mais prático hoje em dia, né? (A, 33 anos)

Para os que querem seguir no meio rural, a herança familiar, quando disponível, é sempre um bom começo:

Se ela ou ele, tanto faz né, pudesse continuar onde o pai e a mãe já estivessem trabalhando, tudo bem, acho que teria mais que investir naquilo, mas se quer começar assim do zero acho que é melhor lá, é mais fácil, porque aqui é mais complicado, tu tendo as coisas do pai e da mãe que tu possa dar continuidade, acho que é mais tranquilo, e sabendo como um todo, sabe-se que tem como viver bem na colônia. (I, 36 anos)

Assim, os jovens se veem confrontados por uma escolha: trabalhar na cidade ou seguir na propriedade no meio rural. Fatores como o nível de estudo, oportunidades no meio urbano, patrimônio e herança familiar na zona rural são fatores que pesam nesta escolha. Para que se tenha um desenvolvimento rural efetivo é necessário que os jovens permanecem no meio rural, que dêem continuidade ao sistema familiar de produção. Para isso, é preciso uma educação no campo que extrapole os limites convencionais da educação e seja voltada para a formação dos jovens rurais na agricultura. Assim, o serviço na agricultura seria mais atrativo aos jovens e uma produção de alimentos menos penosa e poluidora poderia ser fomentada. De maneira geral as entrevistadas consideram que a vida na colônia melhorou nos últimos anos, tal como transparece na fala desta senhora:

É, acho assim, na minha opinião, acho que é porque antes era bem mais forçado e agora já tá melhorando bastante na colônia acho que porque não sei se muitos foram pra cidade e tá se valorizando mais as coisas, porque de primeiro a gente trabalhava e trabalhava, e olha pra a gente ajuntar alguma coisa era só pra te sustentar e agora até eu disse ano batata doce tá valendo bem , as verduras a gente consegue vender (D, 58 anos)

Os investimentos públicos na rede elétrica realizados nas últimas décadas, também estão presentes na fala das agricultoras:

Não, pra vender, o leite de início era assim, a gente tirava o leite de manhã e levava pra estrada o leiteiro vinha às 5 horas da manhã, e aí não tinha luz

elétrica, era com a lanterninha, aquelas lanterna querosene, dava um vento forte apagava (...). Como é que pode mudar tão rápido a vida das pessoas? Porque é mais comodidade, quando eu falei que nós tinha 12 pessoas na casa a minha cunhada ficava lavando roupa as vezes dois dias por semana que ela lavava de todos e no tanque, à mão. (D, 58 anos)

A vida na zona rural, parece ter melhorado nos últimos anos. Acesso à educação, luz e internet são algumas comodidades que diminuíram as diferenças em relação à cidade e estão presentes nas falas das entrevistadas. Porém a penosidade do trabalho na agricultura segue ainda muito presente, principalmente para o caso das mulheres, como veremos a seguir.

6.3 A vida e o trabalho da mulher rural

A ética do trabalho relaciona-se com a questão de gênero. A exploração sofrida, com a sobrecarga dos serviços domésticos, o tempo aplicado em tarefas de “cuidado” acompanhados do serviço da lavoura são justificados como naturais e parte do papel da mulher. É uma espécie de contrato (PATEMAN, 1988), dado que enquanto a mulher cuida dos filhos e da casa, o homem tem maior poder de decisões econômicas e produtivas da unidade de produção familiar. Ele também fica de responsável pelos trabalhos “mais pesados”, tais como cortar lenha e aplicar venenos nas atividades agropecuárias.

Quanto à percepção da mulher sobre seu próprio trabalho, transparece em alguns momentos o entendimento de que a mulher trabalha mais que o homem. Percebemos isto quando questionamos as entrevistadas sobre o que tinha de bom e de ruim em ser mulher. O fato da mulher trabalhar mais que o homem foi bastante lembrado. Como nos trechos a seguir:

Ah, acho que a mulher tem que se empenhar bastante pra fazer tudo o que tem que ser feito, porque... É de manhã lavar roupa, ir ali, lá, e muita coisa pra resolver. Eu acho que a mulher como dona de casa tem um monte de coisas pra resolver, porque o marido mesmo, não tá em casa... Eu acho que tem diferença, eu acho que a mulher é mais sofrida no trabalho que o homem. (A, 33 anos)

O ruim é ser mulher e fazer diversas coisas. Que nem mostraram ontem lá na palestra, uma mulher com 6 ou 8 mãos. Isso eu acho de ruim na mulher, mas homem também pode fazer. (L, 31 anos)

Na fala destas mulheres é possível perceber a sobrecarga do trabalho feminino, em particular, o serviço doméstico que é sua responsabilidade. O serviço na lavoura aliado aos afazeres domésticos, reprodução da família (cuidados com o filhos e alimentação) e tarefas de cuidado (cuidar dos doentes e mais velhos) são considerados exclusivamente trabalho de mulher, o que evidencia as ideologias de gênero como forma de argumento para a divisão sexual do trabalho. O fato de ser responsável pelo serviço doméstico pesa na carga de trabalho e fica evidente no trecho a seguir:

Do ruim talvez da mulher é que assim o homem é muito mais assim, chega da lavoura a mulher sempre continua fazendo o serviço, o homem senta de baixo da árvore, já tem um descanso a mais, a mulher tem serviço sempre, ou é roupa, filho, é prato pra lavar, é almoço pra continuar, casa pra limpar, varres, sempre tem mais, eu acho que a mulher sempre tem mais a fazer do que o homem, principalmente aqui na colônia. (H, ≈ 35 anos)

A fala anterior revela que os homens não se envolvem nas atividades domésticas, quando chegam da lavoura (na qual as mulheres trabalham lado a lado com eles), descansam enquanto estas mulheres seguem nos afazeres da casa. Uma explicação é o contrato sexual, o homem é responsável pela produção e a mulher é responsável pela manutenção da família. Este contrato denota a sobrecarga do trabalho feminino e a desvalorização das atividades domésticas, o que como já demonstrou Heredia (1979), homem é responsável pela produção e a mulher pelo consumo, fazendo com que o serviço feminino não seja considerado na esfera produtiva.

Já para as mais velhas fica a sensação que o “contrato entre os sexos” tem sido quebrado e isso causa a sobrecarga no trabalho feminino. Como no trecho abaixo, em que a entrevistada pondera sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho atualmente:

Eu não sei, eu acho que as mulheres tão erradas numa parte, porque se a mulher continuar sendo só mulher como era antigamente, as mulheres iriam ter uma vida mais fácil e melhor, porque agora elas querem competir com o homem né, a mulher quer ser motorista, presidente já é, essas tarefas que era mais parte do homem primeiro né, primeiro tinha essas coisas que o homem fazia uma coisa e a mulher a outra e agora a mulher quer fazer tudo igual e mesmo assim se ela faz as coisas igual ao homem ela ainda tem a

tarefa dela em casa, então **eu acho que se a mulher continuasse sendo só mulher**, dona de casa e essas coisas de mulher, a vida dela ia ser mais tranquila. [Grifos nossos] (D, 58 anos)

Para essa mulher, a flexibilização nas relações de gênero das últimas décadas representa um choque cultural. Ela, que comprehende o papel da mulher ‘dentro do “contrato familiar”, percebe essas mudanças não só no sentido de sobrecarga feminina, mas no sentido de desvalorização da mulher. Fica então evidente a naturalização do papel da mulher, as tarefas domésticas são tarefas da mulher, ela não pode abrir mão destas mesmo que tenha uma profissão. Segundo essa concepção, as tarefas da casa são o que definem a mulher, as outras coisas que ela pode vir a fazer não a dissociarão desta obrigação. É o que concluímos com a expressão “se a mulher continuar sendo só mulher”. Diz respeito ao papel feminino, o qual é influenciado pelas relações sociais de gênero. É o que se manifesta na fala desta outra agricultora também com 58 anos:

Olha eu não sei o que eu vou te dizer afinal, eu acho que uma guria tem que se conservar mais que um homem, não exatamente se conservar mais, mas se a mulher é muito oferecida pro homem ela é mais fácil de se ferrar porque se nasce uma criança com ela, ela não pode jogar no valo, ela tem que cuidar dela embora que não tenho homem, mas o homem é mais livre, às vezes até acontece assim a mulher se atira pra qualquer homem, ou mais de um e depois não sabe de quem é, não pode obrigar a um homem a pagar uma pensão se não tem certeza ou então tem que fazer um DNA, eu acho que a mulher tem que se valorizar, ela tem que segurar as coisas da virgindade dela pra quem ela acha que quer entregar, não pode ser assim se esbanjar “oh, eu to aqui eu to disposto”, o homem já é mais livre e se ele não quer fazer filho ele pode cuidar um pouco mas pode usar todas elas, então eu acho que o homem tem mais essa facilidade e ele faz com prazer e a mulher fica sofrendo. (G, 58 anos)

Esse trecho traz também uma importante consideração, pelo fato de ser quem gesta os filhos, a mulher não pode renunciar a essa condição, conferindo ao homem uma maior liberdade em relação à responsabilidade de cuidar dos filhos. A maternidade é um dos grandes argumentos em relação à diferenciação de gênero. E o que constatamos não é diferente, os filhos tem enorme importância para a vida das colonas entrevistadas. O papel da mulher é muitas vezes entendido como ser mãe. Isso foi visto quando questionamos sobre a vocação da mulher:

No meu caso, acho que a vocação é cuidar dos meus filhos, porque eu percebo que eles respeitam mais a mim... Que nem eu te disse, tudo eles pedem pra mim, tudo tem que ser eu e eu tenho que tá sempre na volta deles. Acho que minha vocação acho que é cuidar eles. Hehe (...) O bom em ser

mulher, assim, que nem nessa parte dos filhos, que nem eu tava mexendo com eles esses dias... “Manhê, onde tá isso? Manhê, onde tá aquilo?”. Sabe que eles te procuram sempre, e sei lá, como nasci mulher, não sei te dizer o que é ruim no ser mulher. (F, 35 ± anos)

Além dos filhos, o casamento também tem grande valor na fala dessas mulheres. Nesse sentido, vale dizer que os depoimentos de nossas entrevistadas reproduzem um padrão absolutamente dominante. As mulheres só se realizam “no” e “através do” matrimônio, entendido aqui não apenas como o casamento no sentido pleno da palavra, mas à capacidade de ter filhos e/ou de gerar descendentes. Veja-se o depoimento de uma agricultora de 58 anos, que expressa de um modo bastante enfático esses aspectos, ao definir o que entende por ser mulher, sobre a ideia de casamento e sobre ter filhos:

A minha vó sempre dizia que quem não criava filhos, não valoriza o chão, em alemão isso dá uma rima, mas em brasileiro, aí não rima, e o casamento eu penso assim, se duas pessoas começam a se conhecer e se casam eu acho que têm que conservar aquilo ali, eu fui criada assim, eu discuto com meu marido, porque eu acho assim se uma família diz que não tem discussão é porque tá mentindo, então a gente discute quando as coisas, às vezes, não encaixam. Mas eu acho que um tem que procurar entender o outro e não saltar na primeira briga pegar as malas e sair correndo e dizer que não tem mais volta. Eu acho que sempre, como diz o pastor, na hora de fazer o casamento, ele diz que depois da briga há o perdão, acho que tem que se conversar, tem que se entender porque é só o primeiro casamento que Deus abençoa, depois não é mais com ele, pra mim o casamento tem que ser valorizado e tem que ter filhos, se não têm filhos, um casamento vazio não tem vida, uma criança nova na casa sempre todos os dias eles te trazem uma coisa nova. (G, 58 anos)

Um dos argumentos de gênero que legitima a naturalização dos sexos é a maternidade, a mulher é definida pela maternidade, só assim será uma mulher por inteiro. Tem-se que a função e obrigação feminina é a maternidade, e para isso o matrimônio. Sem estas duas características uma mulher não é completa. Nestes entrevistados, onde a religião luterana influencia de sobremaneira a sua vida, o matrimônio e a maternidade são consagrações idealizadas pela mulher desde pequena. Vemos nesses argumentos uma forma de articular os serviços domésticos e as tarefas de cuidado às características biológicas que as mulheres terem. A princípio, por serem mães estas mulheres têm características específicas para o cuidado da casa e da família, características que o homem não tem. É o “ser mulher” que nos falou a entrevistada anteriormente. Essas obrigações acabam por

sobrecarregas o serviço feminino, as mulheres não podem dissociar-se deles já que “foi feita e criada por Deus” para isso.

Para as entrevistadas ser mulher, hoje em dia, tem algumas vantagens do ponto de vista do acesso a bens que tornam os afazeres domésticos mais simples e práticos. De um modo geral, atualmente os homens participam mais dos afazeres domésticos. Todavia, a questão do casamento e constituição da família emerge de forma recorrente na fala das agricultoras. Em momento algum estivemos diante de um discurso construído em cima de uma emancipação feminina que fosse construído fora desse marco geral. O excerto a seguir expressa claramente essa visão a partir do que comenta esta jovem agricultora casada e mãe de três filhos:

Bom, na minha opinião, nós aqui em casa sempre, tanto que quando a minha outra irmã lá embaixo sempre dizia “ah, eu acho que eu nunca vou casar!”, quando ela entrou na igreja toda de branco todo mundo chorou, porque ela sempre foi daquela história de que não ia casar e eu acho que aqui na colônia as mulheres ainda pensam mais em casar e formar família, em ter a sua casinha, em ter uma sala pra receber visita... sei lá, eu acho que eu sou da opinião que tem que casar, tem que construir uma família. Acho que tem que ser. Ter filhos e casar. Porque o sonho da mulher é casar. Nem de todas, mas da maioria é. Acho que é importante sim. (F, ≈ 35 anos)

O casamento e os filhos são argumentos para mulher trabalhar ‘dobrado’. Na lavoura e nos serviços domésticos, ficar sempre com a responsabilidade dos filhos e com o cuidado da família são parte do papel da mulher. Quanto ao serviço da lavoura, embora elas trabalhem junto com o marido, essa atuação é sempre vista como ajuda (BRUMER, 2004). O trecho a seguir confirma esta percepção:

Eu to **trabalhando que nem homem...** hehe... Eu tenho que ajudar na lavoura, carregar metro, carregar esterco, depois plantar fumo, fazer camaleão... [...] Eu tô indo junto pra lavoura, fazendo o serviço de casa. A Mariane²³ já tá ajudando agora, antes ela tava estudando de noite, mas quatro e meia ela já tinha que ir pro colégio. Agora já ficou mais fácil, assim. Plantar fumo, fazer camaleão, apanhar, cortar flor. **Sempre junto com o marido, acompanhando.** [grifos nossos] (I, 36 anos)

Neste excerto temos duas questões levantadas. Primeiro, quando ela fala que está trabalhando que nem homem, denota que, assim como o serviço doméstico é coisa de mulher, o serviço “pesado” é coisa do homem. Aí há também a naturalização de gênero, características que o homem tem que o habilitam ao trabalho pesado e

²³ O nome fictício tem como objetivo preservar a identidade dos interlocutores desta pesquisa.

assim a responsabilidade pela tarefa produtiva. Isso mostra que não apenas a vida e o trabalho da mulher são perpassados pelas relações sociais de gênero. Mesmo para o homem, o seu papel, suas obrigações e seu trabalho são traçados pelas suas características biológicas. Daí advém a relação com a palavra ajuda: como o serviço produtivo é uma atividade masculina, a mulher o ajuda, quando o serviço está relacionado a manutenção da casa e da família, tarefas que são responsabilidades femininas, o homem ajuda-a. Evidenciamos este fato na fala a seguir:

É, só uma coisa, em muitos lugares, em casas de parentes que a gente ouve, aqui em casa já não é, eu sempre digo pro pai que eu me sinto, como vou dizer, porque o meu marido faz almoço, muitas vezes faz janta, me ajuda em tudo, né? Mas em muitos lugares não é assim, a mulher tem que ajudar na lavoura, mas o marido só trabalha na lavoura e em casa não ajuda a mulher, né? (E, \cong 35 anos)

Quando questionamos sobre sua rotina, notamos que as mulheres são as que primeiro acordam e as últimas que deitam e o serviço da casa é invariavelmente responsabilidade das mulheres. Nesse aspecto, há maridos que as “ajudam”. Para elas o ruim de ser mulher hoje é o de acumular diversas atribuições, sobretudo quando se trata de famílias em que o homem participa pouco ou nada nas tarefas domésticas. Essa faceta da vida familiar aparece referida, de modo recorrente, nas falas de nossas entrevistadas. A divisão do trabalho é feita de acordo com o tamanho da família, idade e sexo. Nas famílias numerosas as mulheres podem dividir o serviço da casa entre elas e também com as filhas mais novas. Como explica esta agricultora:

Ah, quando a gente está todo mundo em casa assim, aí eu tenho que ajudar meu marido também, de manhã levantamos as 6:30 e aí levo a pequena pro micro que passa aqui na frente e depois a outra só tem aula de tarde as 4:30, aí ela fica fazendo almoço e limpando a casa e eu vou ajudar meu marido no fumo, ou tanto faz, buscar pasto pros bois e o que tiver. (I, 36 anos)

Vemos que as jovens desde cedo são treinadas para o serviço doméstico e quando crescem, ficam responsáveis por ele. De forma que o trabalho é divido entre os membros do grupo familiar de acordo com o sexo e idade. Com as entrevistas percebemos que, quando existe mais de uma mulher apta a trabalhar na propriedade, o trabalho doméstico é divido de acordo com o gosto pelo serviço na agricultura. As mulheres que “não gostam do serviço da lavoura” ficam com a maior responsabilidade do serviço doméstico, tal como fica explícito na fala desta mulher de 58 anos:

É, a sogra cozinhava, as irmãs mais velhas do Vilson nunca iam muito pra lavoura, então eles mais criaram meus filhos quando eram pequeninhos, eu sempre fui de ir pra lavoura e trabalhava, eu e meu marido, a gente ia sempre junto com os outros. (D, 58 anos)

Em famílias numerosas ocorre de algumas mulheres pouco se envolverem no serviço da casa, quando têm outras que fiquem responsáveis. Estas vão então para o campo com os homens. As senhoras mais velhas, que não têm condições de ir para lavoura, também se unem no serviço da casa, tal como explica esta agricultora (65 anos), que sempre gostou do serviço da agricultura, mas devido a problemas de saúde teve de dedicar-se apenas a serviços “leves”:

Não, hoje em dia eu sou um coringa, da casa então se eu posso fugir, eu fui porque eu não fui acostumada a fazer limpeza da casa, meu ramo sempre foi acompanhar meu pai na lavoura, porque ele sempre me procurava pra tudo, eu era assim a mão direita dele, ele já tava com 60 e tantos anos e eu era mais nova, eu cheguei até a domar boi e tudo isso. (G, 58 anos)

Esta agricultora, que viveu em uma família numerosa e que gostava do serviço na agricultura demonstra a mudança de seu papel no interior da unidade produtiva através dos anos. De inicio, como tinha uma família grande, não envolviaisse nos serviços domésticos, este ficava a cargo das cunhadas e mãe. Com a idade e a mudança na configuração familiar ela não pode mais ir à lavoura, então fica para ajudar com os netos e com a casa, não por vontade própria, mas por uma obrigação natural de seu papel de mulher. Outro trecho da entrevista reforça esse entendimento. Nem mesmo a condição de amamentar e nutrir os filhos é capaz de impedi-la de seguir trabalhando duramente nas atividades de campo, sem prejuízo das atividades do lar.

Eu sempre tive muita gente na minha volta. Nunca fiquei com meu marido morando sozinhos, casamos ficamos aqui porque o meu pai logo adoeceu, e depois ele faleceu. E aí, a mãe ficou comigo, não demorou muito aí veio um tio do meu marido morar junto com nós, que eles não tinham filhos e a mulher dele tava doente e eles escolheram nós pra eles ficar com nós. Aí eu tava com três pessoas de idade na minha volta e mais as minhas crianças pequenas, mas a minha mãe cuidava de todos eles e eu ia com meu marido pra lavoura. Eu ia amamentando e aí eu botava a criança no colo da minha mãe de novo e lá ia eu descendo as coxilhas e ia pra lavoura, daqui a duas, três horas a minha mãe me chamava de novo e eu voltava pra dar de mamar. E lá ia eu descendo de novo, às vezes numa manhã eu voltava duas vezes da lavoura até o meio dia. (G, 58 anos)

As mulheres ajudam-se entre si nos serviços domésticos e com os filhos, assim, nas famílias numerosas, embora o trabalho seja maior ele é dividido entre mais pessoas. Também, as mulheres são responsáveis pelas atividades de cuidado com a família,

em parte pelo ideário de afeto que a maternidade lhe encarrega. As mulheres são tidas como mais compreensivas, carinhosas e cuidadosas. Assim, são as responsáveis por levar os filhos ao médico, cuidar dos doentes, comprar as roupas e mantimentos para casa. Algumas vezes ocorre de resolver problemas judiciais e burocráticos, mas essa função pode pertencer também ao marido, dependendo da família. Há o costume de uma mulher cuidar da educação e saúde dos filhos de vizinhas, que estão, por motivo ou outro, impossibilitadas de cuidá-los, tal como se expressa na fala abaixo:

Eu sempre trabalhei desde pequeninha e ainda mais porque a minha irmã morava comigo, ela tinha 4 filhos, aqueles 4 eu criei pra ela, ela era costureira e a minha mãe trabalhava na lavoura e eles são assim, um pertinho do outro né e eu tinha 8 anos quando a minha primeira sobrinha nasceu desde aí, eu dava banho em um por um numa bacia porque não tinha chuveiro e então, aqueles 4 eu criei e até hoje me adoram. (D, 59 anos)

O serviço na agricultura é sentido como um prazer para muitas mulheres, aquelas que não gostam ou não podem ir para a lavoura, ficam responsáveis pela casa e pelas crianças da família. Mais uma vez o cuidado é responsabilidade delas, como exposto no trecho abaixo:

Sim, eu tô sempre ali e se alguém precisar eu tô sempre ai pra dar uma mão, ela tava sempre desmaiando, dando umas convulsões nela, ai eu fui junto no hospital fiquei lá o tempo todo com eles dando uma mão, fui eu que segurei pra achar as veias e tudo isso, eu não nego nada, o que eu puder fazer pelos meus filhos e netos eu estou à disposição. (G, 58 anos)

As tarefas de cuidado são funções da mulher, a fala desta agricultora demonstra como os atributos de servidão e cuidado são características compreendidas como intrínsecas às mulheres, principalmente ao comentar que não nega nada aos filhos e netos, colocando-se sempre à disposição. A justificativa para elas é que são características próprias da mulher, o que revela a naturalização das relações de gênero neste contexto, como podemos ver abaixo:

Eu não sei, eu acho que a mulher pra tudo é mais calma, ela tem mais capacidade, o homem é mais nervoso, se não dá certo. Da minha parte eu acho que a mulher é mais capaz de fazer as coisas, eu não desvalorizando o meu marido, mas ele me bota as coisas difícil nas costas, porque ele não tem paciência. (F, ≈ 35anos)

O trabalho é presença constante na vida das mulheres, assim como o amor e cuidado com os filhos, marido e a família, de forma que as relações sociais de gênero

são entendidas e justificadas por essa lógica. O trabalho na agricultura é, por vezes um peso, por vezes um prazer. O serviço doméstico é responsabilidade inerente às mulheres da família, as quais, se em número maior, dividem entre si o trabalho doméstico e a “ajuda” na lavoura. Verificamos a sobrecarga do trabalho feminino decorrente da divisão sexual e geracional do trabalho. Desde novas as jovens são introduzidas nas responsabilidades das tarefas domésticas e com os irmãos mais novos. As famílias baseiam sua dinâmica de reprodução social no patriarcado, onde as estruturas hierárquicas conferem ao homem a esfera pública da unidade produtiva e às mulheres a esfera doméstica de reprodução do lar, conferindo-lhes uma sobrecarga de serviço. A penosidade do serviço na agricultura foi elencada pelas jovens como um motivo para fragilizar a vida na colônia. É possível perceber as limitações das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, principalmente no tocante às relações de gênero. Comentaremos esta questão na subseção que segue.

6.4 Mulher e desenvolvimento rural

O desenvolvimento rural efetivo precisa ter uma perspectiva de gênero, no sentido de flexibilizar as relações sociais de gênero e promover a independência feminina sem sobrecarregar seu trabalho. Neste sentido as políticas públicas e o Estado têm um papel central a cumprir no fomento não apenas à ascensão econômica, mas também social das mulheres rurais. Assim, constatamos que muitas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural são limitadas seja no sentido de acesso as políticas, seja no sentido de, muitas vezes, reforçar o papel de submissão feminino. O desenvolvimento rural é, porém, um processo multidimensional, outras políticas públicas e ações integradas são importantes no sentido de garantir a reprodução social da agricultura familiar,

prezando por uma produção alimentar autônoma, livre de insumos químicos e articulada com redes curtas de comercialização.

Uma questão que colocamos às entrevistadas foi: se tivessem que dar um conselho para uma moça entre ficar no campo ou ir para a cidade, o que fariam? No imaginário dessas pessoas fica o entendimento de que se o casal dispuser de terra e de alguma condição material para iniciar a vida, melhor ficar na colônia. Caso contrário, melhor buscar a cidade pois aí há mais oportunidades de conseguir um emprego, com salário fixo, especialmente para aqueles que possuem algum nível de escolaridade. De novo sobressai o entendimento de que a colônia não é o lugar próprio daqueles que foram mais longe em termos de estudos. No caso das moças, se não tiverem estudo, nem meios materiais, melhor encontrar logo um namorado e permanecer na colônia:

Eu olharia primeiro pelo lado do estudo, se tivesse estudo bom, que fosse fazer outra coisa que não fosse lavoura, porque lavoura além de ser bom e saudável no sentido quando já se tem tudo, como nós, já são 20 anos casados, aí é bom. Agora pra começar, um casal desde novinho, pra conseguir a terra, conseguir o trator e as coisa tudo, nós demoramos 14 anos pra conseguir tudo, acho que não vale a pena. Como hoje em dia estão dizendo, “tem que estudar, tem que estudar”, então se estudaram tanto, então que vão estudar pra fazer alguma coisa... Agora quem não tem bom estudo, que arranje um namorado bom da colônia mesmo e fica por aí, porque aí muitas vezes tem direito à herança e aí já ganha um pedacinho de chão, agora quem estuda é mais ... Que nem na prefeitura mesmo, quanta gente que tem ali que trabalha na sombra, que eu no sol forte já nem posso trabalhar, muitas vezes me dá dor na nuca, na cabeça, por causa do sol forte, coisa ruim também não se deseja pros outros né. (B, 37 anos)

Boa parte das mulheres aconselharia a moça a ficar no meio rural. Porém uma questão é ponderada nos dois casos. Trata-se de uma escolha onde permanecer depende do que se tem para começar uma vida baseada no exercício de uma autonomia que tanto pode ser idealizada “planto o que quero e no que é meu” quanto totalmente relativa, o que é a agricultura em relação ao clima e ao mercado. De todos modos, assim se manifestou uma de nossas entrevistadas:

Eu não iria dizer nem pra que ficasse, nem pra ir embora, eu diria pra ela fazer uma escolha, mas que ela pensasse muito bem antes de sair. Que eu não vou opinar nem com um nem com outro, nem puxar pra um lado, nem pro outro, no meu caso eu ia dizer como é que... Eu, na minha opinião, eu ficaria, ainda mais se tu tem aonde plantar, se a terra é tua e tu não precisa arrendar, pra sair daqui e trabalhar por um salário ou coisa assim? Aí eu sou a favor de ficar e lutar em cima do que é teu e que tu já possa mandar, ser patroa do teu próprio nariz. (F, ≈ 35 anos)

A produção agrícola depende de uma condição climática ideal para diminuir os prejuízos, tecnologias sustentáveis são essenciais. Aos agricultores familiares as dificuldades são constantes, primeiro a dificuldade de obter um patrimônio-principalmente quando não há possibilidade de herança familiar, depois de investir na produção e por fim torcer para que o clima colabore. Assim, o desenvolvimento rural perpassa a autonomia de agricultores familiares, uma autonomia produtiva apoia pelo desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e acessíveis. Esses fatores, entre outros, poderiam garantir a permanência de famílias no meio rural.

Um dos grandes interesses dessa pesquisa sempre foi questionar às mulheres acerca de seus sonhos e desejos. Buscamos deixá-las livres para expressar o que mais gostariam de realizar, se desejavam mudar alguma coisa em suas vidas, etc. Algumas desejavam o bem-estar da família: “Acho que eu iria deixar assim como tá, só a única coisa, meu sonho é ter minha casa nova e como vou dizer, ter ela toda arrumada e pronta, né?”. (E, ≈ 35 anos)

O bem estar dos filhos e da família é na central na vida das entrevistadas, nesse sentido reformar a casa e ver os filhos formados são grandes sonhos. De forma que, estudar ou fazer ter uma profissão urbana é considerado inviável, em especial devido ao casamento visto como um laço. Mesmo entre as mais jovens vemos manifestações de conformidade com a situação atual. Voltar a estudar, mesmo com as facilidades de hoje, é algo quase inatingível, como aludem nossas duas entrevistadas a seguir:

É assim, que nem eu sempre digo, fazer matemática, tipo, eu estudei até a 4^a série, mas eu pra começar a estudar de novo, **fazer matemática, não, eu já conquistei minha terra, meu carro, meu trator, minha casa, já tenho os dois filhos né?** [grifos nossos] (B, 37 anos)

Eu me acho muito velha pra começar a estudar de novo. Hehehe. Queria então trabalhar num restaurante, isso era meu sonho se caso fosse, mas por enquanto tá tudo... A gente até tava pensando em arrumar a casa, como rebocar, essas coisas e ficar aqui, pelo menos era a intenção. (A, 33 anos)

Estudar não é uma possibilidade depois que se tem idade, família e filhos. Essas mulheres mostram-se satisfeitas com o que conquistaram, seus sonhos, em geral, referem-se a ofícios urbanos no setor de serviços. Estes porém, são apenas “sonhos”, em sua percepção, inatingíveis, uma vez que teriam de abrir mão da vida que possuem, ou seja, da família e do matrimônio. Fazer uma outra coisa para

mulheres mais velhas é algo muito complicado, especialmente para as que estão casadas há mais tempo:

É, isso mesmo, ou até eu digo um dia eu gostaria de trabalhar numa escolinha ou com os velhinhos, uma coisa assim. Não, é que me impede, é que talvez seria acomodado e também eu tenho meu marido e eu acho que a gente viveu tanto tempo junto que eu não quero me separar dele, então se eu fizesse isso talvez eu tinha que largar uma coisa ou outra, mas acho que não é um impedimento. (D, 58 anos)

Neste caso, o matrimônio é um laço que mantém a mulher, segundo seu entendimento não há como manter a vida atual e uma profissão fora do estabelecimento familiar. As tarefas domésticas, os filhos, o cuidado com a família e o marido são responsabilidades que as mulheres não podem renunciar. E não há acumular mais atividades. Porém, muitas entrevistadas possuíam o desejo de ter um negócio próprio especialmente no caso de jovens que estão atualmente estudando, o que é algo bastante raro nas comunidades rurais e pequenas localidades dessa parte do Rio Grande do Sul. Esse é o caso da jovem que entrevistamos e disse-nos: “Agora quando eu terminar a faculdade eu queria casar e aí ir pra Pelotas, eu queria trabalhar num banco ou senão eu queria abrir meu próprio negócio” (M, 19 anos). Como vimos anteriormente, uma das coisas mais valorizadas na condição de colono, mesmo que submetido às dificuldades do trabalho no campo, é o de gozar de um certo grau de autonomia, de não ser empregado e receber ordens.

No caso específico do município de Arroio do Padre, duas são as instituições que realizam cursos e diversas atividades ligadas ao artesanato, bem-estar da família e assistência social. De um lado tem-se o Escritório Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/RS-ASCAR), o qual executa, em nível municipal, a política de extensão rural e assistência técnica prestada às famílias rurais do Rio Grande do Sul. O outro órgão que atua no âmbito local é o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Trata-se de entidade ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e à Prefeitura Municipal, o qual é responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de natureza continuada, para as famílias rurais e urbanas. Atua no sentido da promoção e acesso a direitos básicos e em prol da melhoria da qualidade de vida das dos indivíduos e de suas famílias. A oferta de cursos é bastante

variada (eletricista predial, auxiliar administrativo, corte e costura, pintura em tecido, corte de cabelo e penteado, etc.). Esse órgão se insere no marco da rede de proteção social instituída pelo governo federal na última década, tendo como um dos seus eixos de atuação a geração de emprego e renda.

Os cursos oferecidos pelo CRAS e as reuniões organizadas pela EMATER são uma oportunidade de “espairecer”, conversar com as vizinhas e de ter uma renda extra, como no caso da venda de salgadinhos durante a realização da festa anual do município:

Faz desde 2010, que teve um curso aqui da EMATER, quando era o Jaime ainda o prefeito. Daí eu e minha vizinha fizemos. Só que ela não faz, eu faço pra festa do município do Arroio do Padre, eu fiz, e vendo pra fora, pra quem quiser encomendar. (A, 33 anos)

O aprendizado do curso ofertado pela empresa de extensão rural de manufatura de salgadinhos transformou-se em uma forma de geração de renda extra. Mesmo que não garanta o sustento da família, este dinheiro conquistado unicamente com seu trabalho significa reconhecimento e valorização para a mulher. Ela torna-se responsável por uma tarefa geradora de renda, diferente do trabalho doméstico e da ajuda na lavoura, que não é estimado como trabalho produtivo (HEREDIA, 1979). É o que alude a esta agricultora:

Bom, já que eu não podia trabalhar na lavoura, eu tinha uma renda, não é muita, não dá pra sobreviver disso que eu vendo, porque é colônia aqui, né, e não vende tanto, mas é uma rendinha, tu sempre tá faceiro, tu ganha o teu dinheirinho, **não precisa só depender do dinheiro do marido, mesmo sendo tudo numa bolsa, mas tu sempre pode dizer que isso eu conquistei e fazendo artesanato** eu me livrei da depressão como eu disse já foi meu psicólogo, e é isso, é sempre uma rendinha que entra. [grifos nossos] (E, ≈ 35 anos)

Embora haja o reconhecimento só com o dinheiro obtido com a venda de artesanato não permita a sobrevivência familiar, a agricultora considera importante esta renda extra. Não precisar depender do dinheiro do marido, gerir e administrar uma tarefa produtiva, para ela é um motivo de orgulho. Mesmo que a arrecadação com os serviços na agricultura seja familiar “tudo numa bolsa”, o homem (marido) é o responsável por administrar o dinheiro, já que é responsável pela tarefa produtiva. Assim, o dinheiro da casa é por consequência considerado do chefe da família. Como podemos notar a importância desta renda extra não é quantitativa, não se trata do

montante e sim do significado que assume. É uma conquista para esta mulher, fruto do seu trabalho unicamente. Mesmo para quem não deseja converter o aprendizado em atividade geradora de renda, desenvolver habilidades é algo igualmente importante:

Eu não pretendo mais estudar, mas assim me capacitar, que nem eu estou participando da EMATER e eu já fiz curso de panificação, e esses dias mesmo a gente fez o curso de conservas, essas coisas. Eu vou continuar participando e me qualificando um pouco pro meu gasto, pro meu uso em família, e lazer, né, pra receber visitas domingos e ter coisas novas na mesa, mas estudar eu não pretendo. (B, 37 anos)

Esta agricultora não utiliza o aprendizado dos cursos para nenhuma atividade geradora de renda, porém os eles não são menos importantes. Além de melhorar a alimentação da família reforça sua autoestima. Vê-se no extremo sul gaúcho as famílias perdendo os costumes e práticas de autoconsumo, antes o alimento era em sua maioria produzido no interior da unidade familiar. Com a modernização da agricultura veio a monocultura e a especificidade na produção agrícola e as famílias foram ficando dependentes do mercado externo para o seu sustento. A produção de alimentos, seu processamento e consumo em nível de estabelecimento é uma alternativa ao desenvolvimento rural. Assim, os cursos trazidos pela extensão rural auxiliam no resgate da prática do autoconsumo, contribuindo para a saúde das famílias. Nestes casos, executar atividades artesanais representa uma forma de ocupação, de ter uma renda complementar ou mesmo de combater os problemas de depressão. Esse é o caso da agricultora que explica as circunstâncias em que esse tipo de atividade passou a fazer parte de sua vida:

Bom eu sou casada, vai fazer 15 anos já, tenho um guri de 13. Primeiro nós começamos a plantar fumo com o tio do meu marido e meu pai sempre era contra que eu não era pra trabalhar no meio do fumo ainda mais com tio, mas meu marido queria e eu acabei aceitando. E depois acabou não dando certo como o guri era pequeno, no primeiro ano não, que eu não tive filho, mas no segundo ano veio o guri e aí ele inventou de planta 90 mil pé de fumo pra duas pessoas e ainda uma criança. E depois eu desisti, eu falei pro meu marido “se tu quer pode, mas eu não quero mais”, ele disse não, “não, eu também não aguento mais”. E ele ainda ganhou uma intoxicação muito forte e aí nós paramos lá e viemos pra cá e começamos aqui a também plantar fumo e aí vieram os problemas, meu sogro faleceu e eu comecei com depressão, aí eu não conseguia mais trabalhar na lavoura e meu marido sempre sozinho na lavoura. E depois eu já tava um pouco melhor com a depressão, eu não ficava sozinha em casa eu sempre ia junto com meu marido, ele trabalhava de pedreiro e eu sempre ia junto com ele e ele também não me deixava sozinha em casa por causa da minha depressão. Depois nós

paramos de plantar fumo, plantamos só verduras e ai surgiu esse negócio de alergia nos meus pés que eu não podia mais trabalhar nem no meio do pó, nem no meio do veneno e mesmo sempre com depressão não podendo ajudar o marido. Imagina, né? Ainda uma criança pequena e o marido sozinho na lavoura, mas ele foi e foi indo e eu ajudando um pouco com o que eu podia, mas a depressão não deixava e a alergia não queria deixar também e ai as mulheres sempre me convidando pra participar dos grupos de artesanatos e eu não queria. Com medo da depressão, né? E também não queria deixar de trabalhar na lavoura, porque eu me criei na lavoura, desde pequena sempre no meio das verduras, mas aí eu entrei no meio das mulheres com medo que eu poderia ser rejeitada, claro, tudo por causa da depressão. Mas eu fui muito bem recebida por todas e hoje em dia eu posso dizer que artesanato foi minha psicóloga realmente, esses dias eu tava comentando com meu marido “ah, todo mundo diz que tem que ir pra um psicólogo quem tem depressão, mas eu digo que eu me tratei fazendo artesanato”. (E, ≈ 35 anos)

Algumas entrevistadas relatam que deixaram de trabalhar na roça por conta de intoxicações pelo elevado uso de venenos, como é precisamente o caso da cultura do tabaco. Não dispomos de meios para afirmar a associação entre o uso de venenos e o crescimento nos casos de depressão pelas pessoas que se dedicam a essa cultura. Porém nossa entrevistada descreveu uma realidade que atinge milhares de famílias no sul do Brasil. Além disso, mais uma vez esta entrevistada destaca a importância que a elaboração e comércio de peças artesanais ganharam na sua vida.

O artesanato e a culinária são fontes de renda extra, embora o comércio local seja uma opção apenas em períodos de festas que atraiam turismo, pois de resto, todas as mulheres sabem produzir seu próprio artesanato. Nesse sentido, é também possível perceber a valorização do trabalho por parte destas mulheres. Elas inclusive levavam suas peças artesanais para as reuniões, para mostrar às outras mulheres (Figura 13).



Figura 13: Peças artesanais na reunião do grupo 2.

Fonte: Acervo da autora.

Também nas visitas para as entrevistas, foi possível enxergar o orgulho e a valorização do próprio trabalho, para a fotografia três caixas de peças artesanais foram colocadas em cima da mesa e na figura 14 podemos ver o sorriso estampado em seu rosto. Na figura a seguir, retratamos a artesã com seus trabalhos, os artesanatos reunidos em cima da mesa.



Figura 14: A entrevistada e seu trabalho.

Fonte: Acervo da autora.

Constatamos a vontade de aumentar a produção, porém falta apoio institucional. As mulheres reconhecem a importância de ter uma renda extra e um negócio próprio, mas também apontam a dificuldade de acessar mercados. As políticas públicas são, em parte, responsáveis pelo fomento às iniciativas privadas e pelo acesso aos mercados. Entretanto, são relatadas dificuldades burocráticas para conseguir os benefícios, como o programa de crédito rural e a linha específica destinada a mulher rural, o PRONAF Mulher. Assim, as políticas públicas de incentivo

são limitadas, em especial pela dificuldade de acesso, devido a burocracia e a falta de informação.

Algumas políticas dos últimos anos exigem um número mínimo de beneficiárias mulheres (como as chamadas públicas para contratação de extensão rural ou os mercados institucionais) com o intuito de empoderá-las. Porém o que ocorre, muitas vezes, é que o nome da mulher enquanto responsável pelo estabelecimento fica apenas no plano teórico, na prática estas mulheres continuam como dependentes dos maridos. Os extensionistas poucas opções têm para auxiliar na mudança desta situação, desafiar os padrões hierárquicos familiares é um assunto delicado. Muito além disso, os programas públicos seguem, em sua maioria, um padrão pré-estabelecido e não permitem a adequação das propostas as realidades locais.

Assim, apenas incorporar a mulher enquanto número ou mesmo encarar a agricultura familiar como se possuísse características homogêneas, em todos os lugares em que se faz presente, acaba por limitar a ação e resultado dessas políticas públicas. Ocorre que na prática, as mulheres são bastante excluídas do âmbito institucional, muitas vezes não aparecem nem como segundo titular na DAP²⁴ ou nos documentos da terra. Se as políticas públicas fossem construídas a partir da base, em especial permitindo que o extensionista atue de acordo com a realidade que encontra, haveria espaço para a construção de um processo justo de desenvolvimento rural, que permita o reconhecimento e valorização do trabalho feminino, auxiliado que essas mulheres conquistem sua independência ou mesmo uma renda só sua.

As políticas públicas construídas de base permitiriam uma melhor articulação entre as ações de diversificação produtiva e acesso aos mercados, permitindo a inclusão social através do trabalho da mulher e a segurança alimentar pelo incentivo ao autoconsumo e a diversificação de culturas. Dessa forma não apenas as liberdades femininas seriam expandidas, mas também as liberdades da população. Estas ações são possibilitadas pelas políticas públicas e pela extensão rural.

Nesse sentido, identificamos também neste município a atuação de duas cooperativas destinadas ao fornecimento de alimentos no meio rural. Podemos,

²⁴ Declaração de aptidão ao PRONAF. É um documento emitido por instituições de extensão, associações e sindicatos e funciona como uma certidão de agricultor familiar, autodeclaratória. Para a emissão da DAP importa, entre outras informações, a renda, a constituição familiar e a área de terra utilizada para a produção.

entretanto, afirmar que a atuação das duas instituições de extensão rural que já citamos tem como uma das diretrizes de seu trabalho a agroecologia. Destacamos, em particular, o CAPA, que presta ATER a uma cooperativa especificamente orgânica. Visualizamos como a extensão rural e, também o cooperativismo, podem contribuir para a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas produtivos. Há correntes que defendem que a única maneira de empoderar a agricultora é através de práticas de agricultura de base ecológica. Porém não tivemos dados suficientes para identificar a atuação das mulheres especificamente neste contexto.

O tabaco e suas extenuantes jornadas de trabalho são o carro-chefe das produções no município. De forma que, o cultivo do tabaco é uma atividade que demanda muita mão de obra. Eventualmente parentes membros de outras unidades produtivas ajudam nas atividades relacionadas a essa cultura, tal como expressa uma de nossas entrevistadas:

Sim, eu sou casada há 15 anos, eu tenho um guri de 14 anos, e eu moro aqui. Agora no final de semana meu marido vem, né, que ele tá trabalhando, ele viaja. A gente plantava e como era só eu e ele, o guri estuda, não deu certo no fumo. A gente plantou 5 anos fumo, e não deu, a gente pulou pra outra coisa. Eu hoje em dia faço meus salgados pra vender, eu ajudo a mãe... Mais o que eu tenho agora é ajudado a mãe, eu tô ajudando a Neiva, minha irmã lá também, ali eu ajudo a colher fumo, mais é no fumo mesmo. (A, 33 anos)

O trabalho do agricultor familiar no fumo vai desde a semeadura, colheita secagem e classificação do fumo. São em média dez meses de trabalho árduo, o que torna a vida nesta forma de agricultura muito pesada. Uma jovem estudante, de 15 anos, que eventualmente ajuda os pais em casa e na lavoura, descreve como enxerga vida da mulher no meio rural:

Ah, por um lado é bem legal e por outro é chato, chato porque tem muita coisa pra fazer e dependendo assim, se tem Sol ou se tá chovendo, a gente sempre tem coisa pra fazer na colônia. E é chato porque é cansativo, muitas vezes tu fica embaixo do Sol, como a mãe né, a mãe fica trabalhando no Sol quente, no meio do fumo e aí fica até de noite. Até quando é pra pegar e costurar fumo²⁵ pra levar pra dentro da estufa, a gente fica até meia noite, a gente acorda às seis e meia da manhã e vai até a noite. Então aquilo é chato, por esse lado é chato, porque a gente fica muito tempo, só que pelo menos aqui a gente não precisa completar horário assim. Tipo tu tens que tá no serviço tal horário, como vou dizer, não é que nem na cidade, tipo na cidade, tu tem

²⁵ Fase pós-colheita de preparo da folha tabaco feita desempenhada na unidade produtiva familiar.

hora pra chegar, hora pra sair, hora pra almoçar, hora pra voltar pro trabalho depois do almoço, aqui a gente não tem esse tipo de coisa. (C, 15 anos).

Para uma jovem que vê os pais trabalharem arduamente no plantio, secagem e classificação do tabaco, a agricultura parece uma atividade “chata”, mesmo que pesem a favor a liberdade de horário em relação aos serviços urbanos. Ressaltamos como a produção de alimentos e uma educação com foco na produção agrícola aumentariam as chances de permanência dos jovens no meio rural.

Para isso, com o intuito de criar um comércio local e fomentar redes curtas de comercialização, o governo federal institui mercados de compra e venda da produção familiar. Também é importante destacar a atuação da extensão rural neste sentido, a EMATER/RS-ASCAR participou da organização e criação da cooperativa. Embora essa iniciativa esteja iniciando no município estudado, entrevistamos uma agricultora que fornece aos mercados institucionais, em especial ao PNAE, ou seja, alimentação escolar, para ela a venda das verduras significou um complemento à aposentadoria rural e uma opção de atividade mais saudável.

Mesmo assim, plantar fumo até se aposentar é o plano de muitas famílias que persistem nessa forma de agricultura. Mesmo que a aposentadoria não signifique o fim da atividade agrícola no estabelecimento, resta a possibilidade de trabalhar com algo mais saudável e prazeroso. A agricultora e esposa expõe, em sua fala, esse aspecto:

É, amanha no caso, e aí faltam 7 anos pra ele [o marido] se aposentar e ele diz que até esse tempo ele vai querer plantar fumo, depois ele vai ver como que tá a saúde, senão ele nem quer mais plantar fumo também né, porque é sempre tudo com veneno, ele sempre gostava de ter um campo com animal e plantar milho, essas coisas mais saudáveis. (B, 37 anos)

Embora a agricultora admita que a produção de tabaco é não uma atividade saudável, há o entendimento tácito que só a renda do fumo asseguraria uma aposentadoria tranquila financeiramente. Afinal, ainda são grandes os entraves burocráticos para quem quer ser aposentar ou usufruir de direitos previdenciários. No caso relatado no depoimento a seguir transcrito, vemos que, mesmo exercendo a condição de trabalhadora rural, a filha de nossa entrevistada não pode gozar esse direito, tendo que devolver o dinheiro recebido, com juros e correção monetária porque o marido passou a exercer o ofício de motorista. Como os papéis do estabelecimento rural familiar estavam no nome dele (ficha modelo 15), ficou caracterizado, no

entendimento do funcionário do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que não se enquadra no regime de economia familiar que rege a situação de segurado especial:

Por duas vezes eu já fui bastante ferida por causa da previdência, primeiro foi a minha filha, que o marido dela era motorista e ela tinha o modelo 15, mas que ele era o titular do modelo 15 e aí ela foi ganhar a pensão da maternidade e não demorou muito ela teve que devolver porque ele era motorista e ela não tinha direito, mas aí até eu fui junto e perguntei na previdência quais eram os direitos dela. Então e aí a funcionária me disse que ela já tinha falado com ela, o meu caso não é com a senhora e não me disse, porque se o INPS é individual, ela tinha o modelo 15 dela, embora ela fosse o segundo titular, mas se naquilo ali ela não tinha direito onde é que ficava os direitos dela então? Aquilo que me prejudicou muito assim por dentro, ela teve que devolver, ela ganhou 900 reais naquela vez e teve que devolver 1300 reais. [...]. É muita burocracia quando a mulher tem filhos ou coisa assim, pra conseguir o benefício, por mais que tu tenha o modelo 15 ali e mostra que tu trabalha, é muita exigência, porque eles pedem muita coisa. (G, 58 anos)

Vemos como a burocracia e a falta de informações acabam por excluir socialmente a mulher. Por não constar como responsável pela unidade produtiva, aparecer como dependente do marido- que não mais é agricultor, a mulher perde o direito de acesso ao benefício. Então, podemos dizer que as políticas públicas, embora busquem e efetivamente auxiliem as agricultoras no sentido de geração de renda e empoderamento social, muitas vezes estas políticas limitam-se em relação ao processo de desenvolvimento rural que seja baseado em uma agricultura familiar produtora de alimentos e com igualdade de gênero.

A atuação de instituições como a EMATER, CRAS, organizações não-governamentais e pequenas cooperativas são importantes no sentido de oferecer um espaço de capacitação, qualificação e lazer para pessoas acostumadas às vicissitudes de uma vida dura e praticamente invisível para o resto da sociedade. A última década trouxe consigo alguns importantes avanços em termos de políticas sociais. O reconhecimento do direito à aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais que alcançarem a idade correspondente aos 55 anos se insere dentro desse contexto. Assim, podemos afirmar que o processo de desenvolvimento rural carece de ações articuladas e menos burocráticas, a informação deve chegar mais facilmente às mulheres rurais. No caso do município de Arroio do Padre, o principal instrumento de empoderamento feminino que percebemos são as atividades organizadas por

estas instituições, que garantem a mulher a vivencia em um espaço separado do ambiente doméstico e, inclusive, uma renda extra.

7 CONCLUSÕES

O contato com a realidade empírica investigada e a análise das informações reunidas, através da metodologia quantitativa permitiu confirmar parcialmente as hipóteses deste trabalho. Além disso, outros aspectos, de fundamental importância, puderam ser observados.

Verificamos a importância do trabalho da mulher para a viabilidade técnica e econômica do estabelecimento agropecuário e para a reprodução social da família. O trabalho da mulher é determinado através das relações sociais de gênero, ficando para elas a responsabilidade pela criação dos filhos e pelos serviços domésticos. O que não significa que esta mulher não trabalhe na lavoura, pelo contrário. O serviço, nesse caso, é sempre compreendido como “ajuda” mesmo que, em verdade, elas trabalham lado a lado com os maridos, pais ou companheiros. Já no serviço doméstico, os papéis se invertem e os homens que ajudam suas ocmpanheiras, o que reflete a naturalização das relações biológicas. Entende-se as contruções sociais do gênero como naturais e argumentos biológicos (ser mulher) são utilizado para justificar a divisão do trabalho. Não obstante, nos casos em que há muitas mulheres na família, algumas ficam retidas no serviço doméstico para outras trabalharem de sol a sol na lavoura com os homens. Verificamos assim, a sobrecarga do trabalho feminino, causado pelo acúmulo do serviço doméstico, cuidado com os filhos e parentes, tarefas na agricultura para o autoconsumo da família e na lavoura de tabaco, principal atividade entre as famílias.

Ao analisarmos a forma como a mulher relaciona-se com a família e com o mundo social, percebemos que o trabalho na agricultura é compreendido de forma ambígua. Há uma clara separação entre trabalhar na lavoura e estudar. Essas situações, na representação social das agricultoras, se excluem mutuamente. A escolha entre seguir o trabalho da família na propriedade ou ter uma vida na cidade é pautada no nível de estudo e nas condições de iniciar a vida na colônia (posse de terra e de bens materiais que permitem a atividade agrícola). A oposição entre campo e cidade é clara. O campo representa o atraso, ao mesmo tempo que, ambigamente, representa também qualidade de vida, insegurança da sazonalidade agrícola e da interferência climática. Por sua vez, a cidade representa a oportunidade de ter um trabalho fixo, com remuneração mensal, porém, também significa submeter-se a horários mais rígidos e às determinações de um patrão. Destacamos aqui, a necessidade de que as escolas no meio rural direcionem os ensinamentos para práticas agrícolas, para que os jovens não percam o interesse pela profissão e queiram prosseguir nas terras da família. Este seria um fator que contribuiria para a permanência dos jovens no meio rural e, consequentemente, para o desenvolvimento rural.

A ética do trabalho direciona esse pensamento, no sentido de ponderar em qual local a pessoa tem mais condições de viver e ascender profissional e socialmente. Os jovens, almejam uma profissão urbana, longe da penosidade do serviço na agricultura. Ficar na colônia é inclusive uma opção, desde que não precise trabalhar na lavoura. Não ficou evidente nenhuma tentativa de desafiar as relações de gênero e as estruturas hierárquicas existentes. Todas jovens entrevistadas almejam o casamento e a maternidade. Nesse sentido, nenhuma das entrevistadas demonstrou algum tipo de resistência às estruturas hierárquicas que lhe são impostas.

Quando investigamos a divisão sexual do trabalho, vimos que as mulheres compreendem as relações de gênero como natural, como parte da função e do papel da mulher. Ratificamos o que já se fazia presente na teoria, a mulher cuida do trabalho da casa e das tarefas de cuidado. De forma gratuita, devido ao afeto e carinho, sempre associados à figura feminina. O casamento e os filhos têm grande peso na determinação do papel feminino, compreendido e explicado como função e realização da mulher. Quanto à percepção em relação à divisão sexual do trabalho e as relações

sociais de gênero, as mulheres percebem-nas como algo “natural”, como parte do seu papel de mulher, explicadas dentro da lógica patriarcal. Há uma visível uma influência da religiosidade e da herança cultural germânica nesse pensamento.

Das mulheres rurais que entrevistamos, as casadas anseiam uma vida de conforto para si e para família. Como na agricultura o futuro é incerto, buscam desde cedo investir nos estudos dos filhos, tarefa mais facilitada na atual conjuntura devido à ampliação da cobertura do sistema educacional. Isso inclui o fato de que o transporte público municipal permite, inclusive, a que os filhos possam concluir estudos em nível de ensino médio, coisa que era absolutamente impensável até pelo menos 20 anos atrás. Para as jovens, criadas e nascidas neste contexto, há a vontade de permanecer na colônia, porém não almejam seguir a profissão dos pais na agricultura.

Ao indagarmos a interpretação que essas mulheres fazem das relações sociais de gênero, assim como a influência do contexto sobre esse discurso, vemos que esta noção é apoiada fortemente na religião luterana, arraigada na identidade dos descendentes de imigrantes germânicos. Assim somos capazes de corroborar que estas mulheres aceitam como natural a sua própria condição de exploração.

De uma certa forma, podemos afirmar que a extensão rural, por vezes, também atua no sentido de reforçar a estrutura hierárquica de poder entre homens e mulheres, principalmente ao tratar exclusivamente de temas femininos: como saúde e educação, em detrimento dos temas econômicos e produtivos, considerados assuntos de homem. Esta diferenciação temática reforça os padrões de dominação e exploração masculina. O que se encontra presente no direcionamento de ações da extensão rural e de algumas políticas públicas que buscam incentivar a participação das mulheres, porém da forma como são construídas (sem considerar as realidades e individualidades locais), estas políticas acabam apenas por reforçar o padrão de dominação masculina e encarar a participação feminina como um dado matemático.

A extensão rural, entretanto, tem um papel fundamental na construção do processo de desenvolvimento. A execução de políticas públicas para o público rural fica a encargo destas instituições, além disso, cursos e capacitações para as mulheres são também ações destas empresas. Porém, a sobrecarga no trabalho, a burocracia dos programas e as políticas públicas rígidas, que não permitem uma construção participativa e comunitária no processo de desenvolvimento e impedem uma ação

mais efetiva destes órgãos. O que vemos são projetos e iniciativas isoladas, políticas que não dialogam entre si e não se articulam. Porém, a presente dissertação não teve alcance o suficiente para analisar individualmente estas políticas e iniciativas. Este seria um tema interessante para trabalhos futuros.

Para as mulheres, os cursos e capacitações oferecidos pela EMATER/RS-ASCAR e pelo CRAS são oportunidades de sair da esfera doméstica, trocar experiências, aprender novas técnicas de artesanato ou de preparo de alimentos. Isso significa muitas vezes rendimentos próprios e o reconhecimento pelo desempenho em uma atividade produtiva. Mesmo que não gerem dinheiro, esse aprendizado contribui para melhorar a alimentação da família e resgatar práticas de autoconsumo.

Ficou constatado, na pesquisa, que existem algumas iniciativas de desenvolvimento rural em Arroio do Padre que, de certa forma, possuem uma perspectiva de gênero, contribuindo para a expansão das liberdades femininas. Há o exemplo dos mercados institucionais, importante política pública de compra e venda de produtos oriundos da agricultura familiar. Como outras políticas públicas destinadas à agricultura familiar nos últimos anos, os mercados institucionais, assumiram a questão da participação mínima de 50% de mulheres. Todavia, estas iniciativas são recentes e não é possível determinar que influência elas têm no empoderamento das mulheres rurais. Mesmo assim, podemos afirmar que se configuram como oportunidades econômicas, embora de forma superficial. Com efeito, os mercados institucionais podem influenciar positivamente na expansão das liberdades femininas, mas ainda é prematuro para fazer uma avaliação mais profunda.

Outra possível vantagem destes mercados é o incentivo para a produção de alimentos, frente a uma realidade em que a produção de tabaco é preponderante nas pequenas propriedades do sul do Brasil. Além disso, a produção de hortaliças para estes mercados também influencia na sustentabilidade ambiental, uma vez que se trata de uma produção menos agressiva ao solo e com menor carga de venenos e adubos químicos.

Foi possível notar uma vontade, por parte das mulheres, de ter maior independência produtiva e gerir seu próprio negócio. Entretanto, as oportunidades não são muitas, pois as políticas de governo destinadas a mulher rural são muito burocráticas e de difícil acesso. Nesse sentido, verificamos uma atuação da empresa

de extensão rural e da assistência social do município, que reconhecem a importância dessa questão, ainda que o repertório de medidas seja ainda muito escasso. Não obstante, apesar da superficialidade desta análise, percebe-se a limitação das políticas públicas em conferir poderes sociais e participação política às mulheres, atrasando o processo desenvolvimento rural, muitas vezes por encará-lo ainda como sinônimo de crescimento econômico e dar atenção apenas aos números e às estatísticas. De forma muito incipiente vimos que o processo de desenvolvimento rural, em especial as políticas públicas mais recentes são limitadas e, muitas vezes, acabam por reforçar a desigualdade de gênero. Pois continuam em consonância com o papel hegemônico de desenvolvimento conservador.

O acesso à informação (para reduzir os entraves burocráticos das políticas públicas), construção de creches e a licença maternidade rural seriam positivas no sentido da expansão das liberdades femininas. Do mesmo modo, a ampliação dos serviços sociais também deve ser objeto de atenção no sentido de reduzir o déficit de cidadania (VEIGA, 1997 e 2001; SACCO DOS ANJOS, 2003) que historicamente acomete o espaço rural e as coletividades marcadas pelo peso das hierarquias sociais. Dessa forma, a valorização do papel da mulher na propriedade não apenas por elas mesmas e pela família, mas por toda sociedade, é imperativo para a promoção da igualdade de gênero e, por consequência, do desenvolvimento rural.

Podemos concluir que existem disposições institucionais que proporcionam oportunidades às mulheres. Essas disposições, entretanto, têm inúmeros entraves, tornando o desenvolvimento fragmentado e descompassado. Desta forma, retardam a plena promoção de desigualdade de gênero no meio rural e a expansão das liberdades femininas.

Por outro lado, alertamos para a necessidade de geração de tecnologias sustentáveis para a agricultura, principalmente no sentido de reduzir a penosidade e humanizar o trabalho no campo. Nesse sentido, o papel da pesquisa e da extensão rural são fundamentais, seja no sentido de identificar as dificuldades e necessidades dos homens e mulheres rurais, seja no sentido de buscar tecnologias baratas e sustentáveis para serem usadas na agricultura, tornando a atividade na agricultura mais atrativa para os jovens.

As mulheres jovens entrevistadas desejam casar e constituir família. Algumas almejam um emprego na zona urbana ou colocar um pequeno negócio, outras desejam algum emprego público na própria cidade. No nosso entendimento, o que pesa na escolha das jovens (entre ir para cidade ou ficar “na colônia”) é a oportunidade de emprego e renda estável que cidade ou a colônia podem oferecer. Em maior ou menor medida, a melhoria das condições de vida (comodidades da vida moderna, acesso à internet, etc.) têm servido para mostrar que as distâncias entre o âmbito urbano e rural se reduziram. Entretanto, seja pela instabilidade da vida na agricultura, seja pela penosidade do trabalho, poucas delas mostram interesse pela agricultura como espaço de realização pessoal ou profissional.

Não queremos incorrer no erro de afirmar que promovemos um estudo completo sobre o desenvolvimento rural, até porque isso seria impossível, como já destaca Sen (2000), ao afirmar a complexidade de relações que estruturam o processo de desenvolvimento. Buscamos mostrar, outrossim, que o desenvolvimento rural, tal como é discutido atualmente, está longe de ser uma realidade prática no campo, com o qual, a desigualdade de gênero é evidente. Os jovens não possuem interesse pela agricultura, seja devido à penosidade do trabalho, seja pela instabilidade climática e sazonal típica desta atividade, seja pela educação que as escolas oferecem. Muitos deles deixam o campo no afã de buscar a segurança de um trabalho assalariado.

As políticas públicas existentes no Brasil avançaram, nas últimas décadas, no sentido de expandir as liberdades individuais no campo. Porém, há muito que ser feito. Para um processo coerente de desenvolvimento no meio rural é imprescindível enfrentar a questão da mulher rural como um tema importante dentro da agenda pública e não como um assunto marginal e relegado a um segundo plano. Este assunto deve ser discutido em pleno diálogo entre o Estado, a academia, a extensão rural e as comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial
Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – v. 28 n.1, n.2, n.3 e v. 29, n. 1, 1998.

ADELMAN, Miriam. **A voz e a Escuta**: encontros e desencontros entre teoria feminista e sociologia contemporânea. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tese de Doutorado. 2004.

AGOSTINETTO, Dirceu et al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas-RS. **Current Agricultural Science and Technology**, v. 6, n. 2, 2012.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

AMO, Sara Pasadas Del; RUIZ, Jorge Ruiz; ARDOY, Luis Navarro. **Estrategia multimétodo o triangulación metodológica**, 2004.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicología Clínica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.41 – 52, 2005.

ARROIO DO PADRE, Prefeitura Municipal de Arroio do Padre. Disponível em: <<http://arroiodopadre.rs.gov.br/site/>>. Acesso em: 15 de março de 2015.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>>. Acesso em: 25/03/2014

BALSAN, Ricardo. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n2, p. 123-151, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do livro. v. 1, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: A experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do livro. v. 2, 1967.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. As novas possibilidades de comercialização na agricultura familiar: o fornecimento de alimentos aos mercados institucionais. In: XVII Congresso de Iniciação Científica e X Encontro de Pós-graduação, 2008, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2008.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BECKER, Cláudio ; COSTA, Luis. ; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Consumo social e mercados institucionais: a agricultura familiar frente aos mercados de qualidade. In: XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel, Pelotas, 2011. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2011.

BOLFE, Édson Luis. Uso, ocupação das terras e banco de dados geográficos da metade sul do Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**, v. 39, n. 6, 2009.

BOLÍVAR, Carlos Ruiz. El enfoque multimétodo en la investigación social y educativa: una mirada desde el paradigma de la complejidad. Teré: revista de filosofía y socio-política de la educación, n. 8, p. 13-28, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helene Kühner. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros**: La crisis de la sociedad campesina em Béarn , 2004. No original: "Le Bal des célibataires: Crise de la société paysanne en Béarn" Paris: Seuil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista de sociologia e política**. Paraná, v. 26, n. 26, p. 83-92, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais das ciências**. São Paulo: UNESCO, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Parirus, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília. p. 114, 2013.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Fide-NE/ Vozes, 1988.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.1, 2004.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de- obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 8, v. 3, p. 20-38, out. 1988.

BRUMER, Anita. FREIRE, Nádia. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** [da] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 305-322, 1984.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio; MACHADO, Renato Ferreira. Um pacto pela terra: a crise ecológica na agenda da Teologia. **Teocomunicação**, v. 38, n. 160, 2008.

BURG, Inês Claudete, LOVATO, Paulo Emílio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio. A Seguridade Social rural como um seguro agrícola: alcances previstos e imprevistos de uma política pública no sul do Brasil. **Iberoamericana**, p. 57-78, 2009.

CAMARANO, Ana Amélia; ABROMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: um panorama dos últimos 50 anos. **IPEA**, n. 26, 1998

CAMARERO, Luís; SAMPEDRO, Rosario. ¿Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, p. 73-105, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília, p. 30, 2009.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para estudo das relações sociais. **Serviço social em revista**. Londrina: Paraná, v.3, n. 2, p.201-213, 2001.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como Locus Ideal da Agricultura Sustentável. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v.45, n.1, p.1-15, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 323-344, 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos sociedade e agricultura**, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49-58, 2003.

CAVALCANTE, Tânia; PINTO, Márcia. Considerações sobre tabaco e pobreza no Brasil: consumo e produção de tabaco. Organização Panamericana de Saúde. **Tabaco e pobreza, um círculo vicioso a Convenção Quadro de Controle do Tabaco**: uma resposta, Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CEA D'ANCONA, Maria Angeles. **Metodología cuantitativa**: estrategias y técnicas de investigación social. Capítulo 2. El análisis de la realidad social. Madrid: Síntesis, p. 43-62, 1998.

CORCUF, Pierre. **As novas Sociologias**. Construção da realidade social. Bauru: EDUSC, p. 48 – 66, 2001.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes; Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista brasileira de estudos populacionais**, v. 30, n. 2, p. 465- 483, 2013.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Anais...** Santa Maria: Pallotti/Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 66-92. 2009

DADALT, Anderson Martins. **Análise da dinâmica do uso da terra nos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Arroio do Padre (RS)**, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Rio Grande, 2011.

DEERE, Carmen; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 200L

DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 1, p. 187-99, 1994

DELPHY, Christine. **Teorías del patriarcado**. Diccionario Crítico Del Feminismo, p. 189-194, 2002.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 220p, 2005.

FEE. Perfil Socioeconômico dos municípios. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Arroio+do+Padre>>. Acesso em: 13 de setembro de 2015.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FRASER, Nancy. **O que é crítico na teoria crítica?** O argumento de Habermas e o gênero. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 38-65, 1987.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7 – 30, 2000.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Cab International, 1993.

GALSTER, Ingrid. Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 513-521, 2003.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Capítulo 1. Natureza da análise qualitativa e Capítulo 4. Codificação e categorização temáticas. pp. 15-25 e pp. 59-78. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed: 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90**. Campinas: Unicamp, Projeto Rurbano, 2000.

GRISA, Cátia. **A produção "pro gasto"**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul, 2007. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

GRISA, Cátia. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, v. 26, 2009.

GRISA, Cátia; SCHIMIDT, Cláudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato; LEITE, Sergio. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Seminário Temático Programa De Aquisição De Alimentos**. Juazeiro: Action Brazil, v. 24, 2009.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 7, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009, 248f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Editora Boitempo, p. 335, 2002.

HIRATA Helena; KERGOAT Danièle. Nova configuração da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007

HIRATA Helena; KERGOAT Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93, 1994.

IBGE. Censo AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em:< <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 de março de 2014

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo e a divisão sexual do trabalho. **Revista Gênero e Saúde**, 1996.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão: Mudanças nas relações do trabalho, relações profissionais e formação. **Pró-positões**, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**, São Paulo, p. 55-63, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LERNER, Gerda. **Definitions: The Creation of Patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986. p. 231-243.

LIMA DA CONCEIÇÃO, Antônio Carlos. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACÊDO, Goiacira Nascimento. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**, 2003. Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica de Goiás, 2003.

MACHADO, Lia. Zanotta. Gênero: um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, n. 11, p. 107-125, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Departamento de Antropologia [da] Universidade de Brasília, 2000.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: Colóquios sobre pesquisa em educação especial. **Anais...** Londrina: Eduel, p. 11-25, 2003.

MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais...** Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. 2002.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa.** Universidade Católica de Brasília, 2003.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v.15 n.43, p 83-100, 2001.

NOBRE, Miriram; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; **Feminismo e Luta das Mulheres**: análise e debates, São Paulo: **Sempreviva Organização Feminista**, p. 70, 2005.

NOGUEIRA, Cláudia. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** São Paulo: Aurora, ano 4, n. 6. p.59 -62, 2010.

OFFEN, Karen. Gênero: uma invenção americana? **Artcultura**, v. 13, n. 23, 2012.

OLIVEIRA, Iolanda Lopes; TEODORO DE ASSUNÇÃO, Heli Heros; BARBOSA, Roney da Cruz; STURZA, José Adolfo Iriam. A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de Mato Grosso: caso do assentamento fazenda esperança em Rondonópolis-MT. In: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract.** Stanford University Press, 1988.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez; BUENO DE GRANDI, Alessandra; SILVA, Marineide. Mulher e a atividade leitura: a dupla face da exclusão. **Cadernos de Pesquisa n. 21**, Programa de pós-graduação em Sociologia Política [da] Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

PAULILO, Maria. Ignez Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12. n.1. p. 229-252, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**, vol.24, n.1, pp. 77-98. 2005.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e a teoria da diferença**. Belo Horizonte: Autentica, p. 20-39, 2000.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean.-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIERE, Anna; MAYER, Robert; PIRES, Alvaro. (Organizadores). **A pesquisa qualitativa: enfoques, epistemológicos e metodológicos**, Petrópolis, RJ. Vozes, pp. 215-253, 2010.

PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil de 2013. Perfil municipal: Arroio do Padre, RS. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/arroio-do-padre_rs>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

RODRIGUES DA SILVA, Elizabete. Feminismo Radical: Pensamento e Movimento. **Revista Travessias** [da] Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

ROVER, Oscar José. MUNARINI; Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katal**, v. 13, n. 2, p. 260-269, 2010.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina. In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural. Brasília, 1994. **Anais...** Brasília: SOBER, 1994. v. 1. p. 442-449.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-4, 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Crédito Agrário y agricultura familiar en Brasil. Análisis de la morosidad en la aplicación del programa nacional de fortalecimiento de la agricultura nacional. **Revista de fomento social**, v. 64, p. 793-816, 2009.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. **Teoria & Pesquisa**, v. 17, p. 49-66, 2008

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriactividad y sucesión de la agricultura familiar en el sur de Brasil. **Perspectivas Sociales**, v.8, n.2. p. 61-92, 2006.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Organizadores). **O Novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília, ed. 1, v. 7, p. 71-105, 2004.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Sob o efeito da desagrarização: agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n.2, p. 310-339, 2007.

SACCO DOS ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda; HIRAI, Wanda Griep. A dimensão rural da insegurança alimentar: Transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Alimentaria**. 2009

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; HIRAI, Wanda Griep. Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul. **Agroalimentaria**, Mérida, Venezuela, v. 16, n. 3, p 115-125, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEWICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 1, n. 1, p. 73, 2013.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas De Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da capes (1987-2010). **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 3, n. 3, 2012.

SCAVONE Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3. p. 766-769, 2005

SCAVONE Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 16, n. 1. p. 173- 186, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1. p.105-129, 1995.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Asociação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaios FEE**, v. 16, n. 1, p. 104-129, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEYFERTH, Giralda. **As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional**. Horizontes Antropológicos, v. 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania**: a imigração alemã e o Estado brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 9, n. 26, p. 103-122, 1994.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología e supervivencia** (tradução Ana Guyer e Beatriz Sossa Martines). Montevideo: Instituto del tercer mundo, 1991

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.1 n.1, p.61 – 71, 2000.

SILIPRANDI, Emma. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em Debate**, v.2, n 44, p 106-110, 2002

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília DF 2009

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da; CAMPOS, Camila Goulart. Os movimentos LGBT e feminista no Brasil: Da mordaça autoritária à publicidade na esfera transnacional. **Perspectivas Sociais**, v. 3, n. 1, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica. Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SPM. Secretaría de Políticas Públicas para Mulheres Disponível em:
<http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/institucional/Direito_da_mulher_%C3%A0_terra> Acesso em: 20 de junho de 2014.

SORJ, Bila. **Trabalho, gênero e família**. Políticas públicas e igualdade de gênero, v. 8, p. 143, 2004.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, v. 3, p. 29-62, 1994.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Relatório Brundtland, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 30/01/2012.

VANDERLINDE, Tarcísio. CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no Sul do Brasil. **Estudos Teológicos**, v. 46, n. 2, p. 143-162, 2013.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí-RS**. Dissertação (Mestrado em em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

APÊNDICE

Apêndice A

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTTAS RS - BRASIL</p>	<p>Projeto de Dissertação²⁶: Gênero e Desenvolvimento Rural no âmbito da agricultura familiar: O caso do município de Arroio do Padre, microrregião de Pelotas, RS. Msc. Janaína Silva da Rosa</p>	 <p>NUPEAR Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar</p>
---	--	---

Roteiro da Entrevista:

Eixo 1: Perfil e história

Conte-me sobre sua vida: (Nome, idade, casamento, filhos e netos). A senhora é aposentada? Qual sua religião?

Conte-me sobre seu marido: Como vocês se conheceram? Descreva-o para mim. (No que trabalha? Onde ele está hoje?)

Por onde andam seus filhos? O que eles fazem da vida?

E onde a senhora nasceu? Onde vivem seus pais e sogros? E os irmãos? (Como era a propriedade que vivia? O que produzia?) (Por que é difícil morar com...? O que acontecia?)

Até quando você estudou? Lembra quando parou, como foi?

Com que idade casou? O que mudou da vida de solteira para de casada?

E esta propriedade: como foi adquirida? O que ela produz? (O que já produziu? Porque parou? O que mudou?)

Para quem a produção é vendida? (Como se relaciona: É bom? E para você? Existem atividades envolvidas? Quais? De que forma participa? Qual opinião sobre?)

O que é produzido para o consumo da casa? (Pomar? Horta? Animais?)

Eixo 2: Trabalho

Qual sua profissão?

Conte-me seu dia a dia (acorda, de manhã, ao meio dia, a tarde, a noite):

Serviço da casa que horas? Quem ajuda? Se ela não fizer, o que acontece?

E na agricultura? Fumo? Animais? Horta? (O que faz em cada atividade? Plantio, Manutenção. Colheita. Preparo. Em que momento?)

Trabalha fora? (Em que turno? O que faz?) O que mudou desde que começou? Qual a importância de ter seu dinheiro?

Outras atividades? (Artesanato? Comidas para fora? Outros serviços?) Quando começou? Como foi? O que mudou desde então? Qual a importância de ter seu dinheiro?

Já fez cursos do CRAS? (Quando e o que? Como e?) E você gosta de ir? Por que? Tem dificuldades em ir? Por que?

¹ Vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado “Até onde elas querem e podem chegar: Mulheres rurais, Empoderamento e Mercados Institucionais”, financiado pelo CNPq.

Grupo de mulheres da EMATER: me conte quando começou a participar e o que sabe sobre o grupo. E você gosta de ir? Por que? Tem dificuldades em ir? Por que?

Outros cursos ou Reuniões? (Atividades da Igreja, Reuniões/Grupos da EMATER e/ou cooperativa.) E você gosta de ir? Por que? Tem dificuldades em ir? Por que?

E para se divertir? Se distrair, o que faz quando tá em casa (internet, mate, cartas, visitas e etc.)?

Vai a festas? Que tipo? Acha bom? Gosta de ir? Por que? Tem dificuldades em ir?

Gosta de **ir na cidade**? O que vem fazer? E você gosta de ir? Por que? Tem dificuldades em ir? Por que?

E visitar parentes 'distantes' (Canguçu, Turuçu e etc)? Gosta de ir? Por que? Tem dificuldades em ir? Por que?

Eixo 3: Opinião

Como vê a vida da **mulher rural de hoje**? O que mudou em relação ao passado?

Como vê **sua própria vida**? Mudaria algo? Porquê?

Como se vê no **futuro(daqui a dez anos)**? E se pudesse escolher: quais seus **sonhos**?

O que pensa sobre **casar**? E sobre quem **não quer ter filhos**? É certo?

O que pensa sobre **estudar** e ter outra profissão?

O que pensa do **trabalho na agricultura**? **O que gosta de fazer?** **O que não gosta de fazer?**

E se não fosse agricultora, como imagina que seria?

Qual a importância da **religião**? **E para a sua vida?**

Qual o lado bom de ser mulher? Qual o lado ruim de ser mulher?

Mulher foi feita pra quê? A mulher tem alguma função específica/vocação?

O que é típico das mulheres (o que é coisa de mulher?) Você é assim?

Se tivesse que dar um conselho para uma moça **ficar na colônia ou ir morar na cidade**. **O que diria?**